

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ROZINEIDE MARIA DOS SANTOS

**OS DESAFIOS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA
(PNAIC) NO MUNICÍPIO DE RECIFE**

JUIZ DE FORA

2016

ROZINEIDE MARIA DOS SANTOS

**OS DESAFIOS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA
(PNAIC) NO MUNICÍPIO DE RECIFE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Ilka Schapper

JUIZ DE FORA

2016

ROZINEIDE MARIA DOS SANTOS

**OS DESAFIOS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA
(PNAIC) NO MUNICÍPIO DO RECIFE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em:

Prof(a). Dr(a). Ilka Schapper (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Membro da banca

Membro da banca

Dedico esta dissertação à minha família, em especial a meus pais Antônio Augusto (em memória) e Angelita Gomes. Espero ter sido merecedora do esforço dedicado por eles em todos os aspectos, especialmente a minha formação acadêmica.

Dedico também à minha filha Graziella Loredana, pela paciência, compreensão das minhas ausências e por ter sido o maior estímulo para que esta etapa fosse concretizada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo. Por ter sido um pai tão generoso para mim, me dando oportunidades maravilhosas de crescimento pessoal e profissional. Agradeço pelos pais, a quem me confiou aqui na terra, Antônio Augusto dos Santos (em memória) e Angelita Gomes dos Santos. Pais guerreiros, que sempre desejaram o melhor para seus filhos e, apesar das dificuldades, nunca se desviaram do propósito de nos possibilitar a melhor educação, dentro das suas possibilidades.

Agradeço a Deus por toda a minha família: irmãos, irmãs, sobrinhos, sobrinhas e agregados, pela força e incentivos constantes.

Agradeço à minha filha Graziella Loredana dos Santos Creati, pela paciência e compreensão em relação a minhas ausências.

Agradeço às Secretarias Municipais de Educação a quem presto serviço. A Secretaria Municipal de Educação do Recife por, através do convênio firmado com o CAEd/UFJF, me possibilitar a experiência de desenvolver este estudo, e à Secretaria Municipal de Educação do Cabo de Santo Agostinho, por ter me liberado das atividades profissionais durante um ano para que eu pudesse me dedicar a ele.

Agradeço a todos os colegas Professores Alfabetizadores e Orientadores de Estudo que se dispuseram a participar da pesquisa, seja respondendo aos questionários, seja participando das entrevistas.

Agradeço também aos Agentes de Suporte Acadêmicos – ASAs do CAEd, que atravessaram meu caminho nesses dois anos de caminhada, em especial a Patrícia Otoni, pela firmeza nas orientações, Rosane Carmanini pelo carinho com que conduzia seu trabalho, Gisele Zaquini pela suavidade, paciência e competência com que desenvolveu sua orientação, Mônica Motta pela praticidade e objetividade, atributos importantíssimos para impulsionar a escrita e a tantos outros que contribuíram durante todo o processo e em todas as etapas do mestrado.

Agradeço ao Professor Marcos Tanure, pela paixão que demonstra pelo seu trabalho, pelo ensino a distância e por acreditar e ser um grande incentivador desta modalidade de ensino.

Agradeço à Dra. Ilka Schapper, por seu apoio e atenção na orientação deste trabalho. Por sua alegria, seu entusiasmo e forma tranquila com que conduziu a orientação deste estudo.

Agradeço, enfim, a todos que, de uma forma ou de outra, estiveram perto de mim durante este período, me incentivando, compartilhando seus saberes. Enfim, agradeço àqueles que, de diferentes formas, contribuíram para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar. Constatando, intervenho. Intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p. 32).

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado discorre sobre a formação continuada dos Professores Alfabetizadores a partir das ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - Pnaic no município do Recife. Temos como objetivo geral conhecer as razões que levaram à baixa participação de Professores Alfabetizadores nas ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) no município do Recife e elaborar um Plano de Ação Educacional (PAE) que contribua para sanar este problema. Para isto consideramos necessário apresentar e analisar a estrutura deste Programa no município do Recife nos anos de 2013 e 2014, com o fim de identificar os elementos que contribuíram para o seu adequado, ou não adequado, funcionamento no período demarcado nesta investigação. Assumimos como hipótese que a estrutura da formação proposta aos Professores, tanto a partir das orientações do Ministério de Educação e Cultura - MEC, quanto a partir da sua concretização no município do Recife, foi determinante para a adesão ou não adesão dos Professores na formação. Utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa, com ênfase no estudo de caso. Como instrumentos de pesquisa, utilizamos o questionário com questões objetivas e subjetivas, entrevistas e análises de documentos oficiais (relatórios dos Orientadores de Estudos, Portarias, Decretos, entre outros). O público alvo da nossa pesquisa foram os Professores Alfabetizadores que atuaram no ciclo de alfabetização nos anos de 2013 e 2014 e os Orientadores de Estudo que compuseram a equipe do Pnaic neste mesmo período.

Palavras-chave: Pnaic; Professores Alfabetizadores; Formação continuada.

ABSTRACT

The present dissertation was developed in the ambit of the Professional Master in Management and Assessment of Public Education (PPGP, in Portuguese) of the Center for Public Policy and Education Assessment of the Federal University of Juiz de Fora (CAED / UFJF, in Portuguese). The management case studied discusses the continuing education of Literacy Teachers based on the actions proposed by the National Pact for Literacy at the Right Age - PNAIC (Portuguese) occurred in Recife. We have a general goal to "Increase the participation of Literacy Teachers in trainings of PNAIC". For that purpose, we consider necessary to present and analyze the structure of this program in Recife in the years 2013 through 2014, in order to identify the elements that contributed to the proper or not proper functioning of the program in the period delimited for this investigation. Then we present an Educational Action Plan - PAE (Portuguese) - containing strategies that can contribute to an effective participation of Literacy Teachers in the program. We assume as hypothesis that the structure of the training offered to teachers, both from the Ministry of Education and Culture - MEC (Portuguese) guidelines, as from its accomplishment in Recife, was decisive for the adherence or non-adherence of Teachers. We used the qualitative research as a methodology, with emphasis on case study. As research tools, we used the questionnaire with objective and subjective questions, documentary analysis and interviews. The target readership of our research will be the Literacy Teachers who have worked in the literacy cycle during the years 2013 through 2014 and Study Advisors who were part of the PNAIC team in the same period.

Keywords: Pnaic; Literacy Teachers; Continuing education.

LISTA DE ABREVIATURAS

ASA	Agente de Suporte Acadêmico
CEEL	Centro de Estudos em Educação e Linguagem
CNE	Conselho Nacional de Educação
COEF	Coordenação Geral do Ensino Fundamental
CTD	Contrato por Tempo Determinado
DAL	Divisão de Alfabetização e Letramento
DOR	Divisão de Ordenamento de Rede
EFAER	Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Educadores do Recife
GGEIAIEF	Gerência Geral de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PMER	Plano Municipal de Educação do Recife
PNAIC	Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa
PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PROFA	Programa de Formação de Professores Alfabetizadores
PROLER	Programa de Letramento do Recife
SEGEP	Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento e Controle do Ministério da Educação e Cultura
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UTECs	Unidades de Tecnologia na Educação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Organograma da Secretaria Executiva de Educação no município do Recife	36
Figura 2. Pirâmide de Maslow (1970).....	81
Figura 3. Organograma do Plano de Ação Educacional - PAE.	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Avaliação do/a professor em relação ao local da formação	78
Gráfico 2 - Avaliação do/a professor em relação a condições da sala de aula (espaço e climatização)	79
Gráfico 3 - A escola e a participação dos professores alfabetizadores no Pnaic	90
Gráfico 4 - Justificativa pela não adesão ao Pnaic.....	91
Gráfico 5 - Sobre a divulgação do período de inscrição e do início das formações do Pnaic	93
Gráfico 6 – Meios ou pessoas que informaram quanto ao período de inscrição e início das formações.....	94
Gráfico 7 - Influência da bolsa paga pelo MEC na decisão de participar das formações	106
Gráfico 8 - Justificativa pela não participação nas formações.....	108
Gráfico 9 - Avaliação do Pnaic em relação aos conteúdos explorados.....	110
Gráfico 10 - Avaliação do Pnaic em relação aos recursos disponibilizados pelo mec .	111
Gráfico 11 - Avaliação quanto à contribuição do pnaic para a melhoria da prática pedagógica.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro de professores regentes do ciclo de alfabetização	40
Quadro 2 - Cronograma de formação. Pnaic/2013.....	100
Quadro 3 - Cronograma de formação do Pnaic/2014.....	100
Quadro 4 - Cronograma de formação do Pnaic/2014 e o calendário de reposição de greve.....	104
Quadro 5 - Cronograma do PAE.....	125
Quadro 6 - Estruturação do Plano de Ação Educacional – PAE (público alvo: professores alfabetizadores).....	131
Quadro 7 - Estruturação do Plano de Ação Educacional – PAE (público alvo: coordenadores pedagógicos.....	136
Quadro 8 - Estruturação do plano de ação Educacional – PAE (público alvo: gestores escolares).....	137
Quadro 9 – Direitos gerais de aprendizagem: Língua Portuguesa.....	156
Quadro 10 - Direitos de aprendizagem. eixo: leitura.....	157
Quadro 11 – Direitos de aprendizagem. eixo: produção de textos escritos.....	158
Quadro 12 – Direitos de aprendizagem. eixo: oralidade.....	159
Quadro 13 - Direitos de aprendizagem. Eixo: análise linguística: discursividade, textualidade e normatividade.....	160
Quadro 14 - Direitos de aprendizagem. eixo: análise linguística: apropriação do sistema de escrita alfabética.....	161
Quadro 15 - Direitos gerais de aprendizagem: síntese.....	162
Quadro 16 - Direitos de aprendizagem em matemática. Eixo: números e operações..	163
Quadro 17 - Direitos de aprendizagem em Matemática. Eixo: geometria.....	164
Quadro 18 - Direitos de aprendizagem em Matemática. Eixo: grandezas e medidas..	165
Quadro 19 - Direitos de aprendizagem em Matemática. Eixo: tratamento da informação.....	166

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação dos professores nas formações do Pnaic 2013/2014	20
Tabela 2 - Quantidade de turmas formadas por ano	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – PNAIC NO MUNICÍPIO DO RECIFE NOS ANOS DE 2013 E 2014	24
1.1 Pnaic e os eixos de atuação	26
1.2 As temáticas trabalhadas pelo Pnaic nos anos de 2013 e 2014 e a discussão em torno dos direitos de aprendizagem	29
1.3 A concretização do Pnaic no município do Recife	35
1.3.1 A Educação no Município do Recife.....	35
1.3.2 A Adesão do município ao Pnaic e suas contrapartidas	37
1.3.3 Profissionais envolvidos diretamente no desenvolvimento das ações do Pnaic e suas respectivas atribuições	53
1.4 As formações no município	53
1.4.1 O Processo de Inscrição dos Professores Alfabetizadores	55
1.5 A preparação dos orientadores de estudo para os encontros de formação com os professores alfabetizadores	60
2 O PNAIC E O COMPROMISSO COM A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES	62
2.1 A importância da formação continuada de professores e a contribuição do Pnaic para a construção de uma prática reflexiva	66
2.2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	70
2.3 EIXOS DE ANÁLISE DAS FORMAÇÕES DESENVOLVIDAS PELO PNAIC NO MUNICÍPIO DO RECIFE	74
2.4 Análise dos dados coletados	78
2.4.1 A Estrutura do Pnaic no Município do Recife	78
2.4.2 Os Fatores que favoreceram (ou não) a decisão do/a Professor Alfabetizador em participar das formações.	86
2.4.3 Avaliação da Formação na Perspectiva dos Professores Alfabetizadores e Orientadores de Estudo.	109

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – PAE: UMA PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DO PNAIC NO MUNICÍPIO DO RECIFE PARTINDO DA VALORIZAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO.	119
3.1 Aporte legal para o PAE no município	126
3.2 Estrutura do PAE.....	129
3.2.1 Proposta de formação para os Professores Alfabetizadores.....	131
3.2.2 Proposta de formação para os Coordenadores Pedagógicos	134
3.2.3 Proposta de formação com os Gestores Escolares	136
3.3 Pessoal envolvido no PAE e seus respectivos papéis	137
3.4 Orientações complementares para o funcionamento do PAE	139
3.5 Monitoramento e avaliação do PAE.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS.....	143
ANEXOS.....	148

INTRODUÇÃO

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – Pnaic é objeto de estudo deste trabalho. No ano de 2012, o governo federal, os estados e os municípios firmaram um compromisso de alfabetizar todas as crianças, até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ciclo de alfabetização, considerando que, no Brasil, os resultados de avaliações internas e externas revelam que muitas crianças concluem a primeira etapa da escolarização (1º ao 3º ano) sem estarem alfabetizadas. Neste sentido percebe-se um movimento, em âmbito nacional, para enfrentar este problema, de tal forma que a alfabetização das crianças até o final do ciclo de alfabetização figura entre as metas de pelo menos três importantes documentos ligados à educação: o Plano Nacional de Educação - PNE¹, aprovado no ano de 2014 (meta nº 5); o Programa Todos Pela Educação, movimento da sociedade civil, elaborado no ano de 2006 (meta nº 2) e o Plano Municipal de Educação do Recife – PMR, aprovado em 2015 (meta nº 5).

O Pnaic surge, neste contexto, como uma forma de contribuir com o esforço de garantir a alfabetização até o final do ciclo alfabetizador. O Programa está estruturado em quatro eixos de atuação: Formação Continuada para Professores Alfabetizadores e Orientadores de Estudo; Distribuição de Materiais Didáticos; Avaliação e Gestão, Mobilização e Controle Social. A formação continuada de Professores Alfabetizadores e Orientadores de Estudo é o eixo central em torno do qual giram os demais. Busca-se, pela articulação dos quatro eixos, o aperfeiçoamento da prática pedagógica do Professor Alfabetizador.

O meu envolvimento com o Pnaic, o qual me proponho a explorar neste estudo, teve início no ano de 2013, quando integrava a equipe de Orientadores de Estudo. Nos anos de 2014 e 2015, deixei a equipe de Orientadores de Estudo e passei a atuar diretamente na Coordenação Local do Programa.

Como Orientadora de Estudo era responsável pela formação de uma turma composta por 25 Professores Alfabetizadores. Participava das formações desenvolvidas

¹ O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos (2014/2024). Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

pelos Formadores da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. A partir do momento que passei a exercer a função de Coordenadora Local do Pnaic, a responsabilidade em relação à organização das formações tornou-se mais ampla, de forma que passei a organizar as turmas de estudo, coordenar os encontros de planejamento com os Orientadores de Estudo, acompanhar as formações que aconteciam nos dias de sábado e monitorar as atividades desenvolvidas pelos Orientadores de Estudo e Professores Alfabetizadores no Sistema Integrado de Monitoramento e Controle do Ministério da Educação – Simec.

Antes de dar continuidade à dissertação, farei uma apresentação abreviada da minha história de vida, iniciando pela graduação em Pedagogia pela UFPE, em seguida pela especialização em Arte Terapia em Educação e Saúde pela Universidade Cândido Mendes – UCAM, entrando um pouco na minha história dentro da Rede Municipal de Ensino do Recife e do Cabo de Santo Agostinho, ambas cidades do estado de Pernambuco.

Iniciei como Professora do Ensino Fundamental Anos Iniciais, em 1987, no município do Cabo de Santo Agostinho. Em 1989, ingressei no curso de Pedagogia pela UFPE, encerrando-o no ano de 1994. Em 1995, através de concurso público, passei a integrar o Grupo Ocupacional Magistério – GOM - da Prefeitura do Recife, como Professora do Ensino Fundamental, Anos Iniciais. Em 2007, por meio de um processo seletivo interno, realizado pela Secretaria de Educação deste município, passei a integrar a equipe Técnico-Pedagógica desta Secretaria. Entre as atribuições desta função estava desenvolver o acompanhamento pedagógico das escolas da rede e realizar formação dos Professores do Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

Voltando ao Pnaic, a temática explorada pelo Programa no ano de 2013 foi *Alfabetização em Língua Portuguesa*. O curso tinha uma carga horária de 120 horas para os Professores Alfabetizadores e de 200 horas para os Orientadores de Estudo. Em 2014, o tema explorado foi *Alfabetização Matemática*. A carga horária de formação dos professores, neste ano, aumentou para 160, pois havia a proposta de integrar e resgatar o tema desenvolvido em 2013, ficando a distribuição da carga horária dessa forma: 120 horas para Alfabetização Matemática e 40 horas de integração com Língua

Portuguesa. A carga horária de formação para os Orientadores de Estudo permaneceu a mesma de 2013.

O tema “Alfabetização em Língua Portuguesa” foi explorado em 8 (oito) unidades, distribuídas em 10 encontros de formação. As unidades trabalhadas foram: 1. Concepções de Alfabetização; 2. Planejamento e Ensino na Alfabetização; 3. O Funcionamento do Sistema de Escrita Alfabética; 4. A Sala de Aula como Ambiente alfabetizador; 5. Os Diferentes Tipos de Textos; 6. Projetos e Sequências Didáticas; 7. Avaliação; 8. Planejamento e Registros de Aprendizagem.

No ano de 2014, o tema “Alfabetização Matemática” foi trabalhado também em 8 unidades, porém a quantidade de encontros foi ampliada para 13 considerando a proposta de integração com a temática desenvolvida no ano anterior, “Alfabetização em Língua Portuguesa”. As unidades trabalhadas neste ano foram: 1. Organização do Trabalho Pedagógico; 2. Quantificação, Registros e Agrupamentos; 3. Construção do Sistema de Numeração Decimal; 4. Operações na Resolução de Problemas; 5. Geometria; 6. Grandezas e Medidas; 7. Educação Estatística; 8. Saberes Matemáticos e Outros Campos do Saber.

A partir do momento em que aderiu ao Programa, no ano de 2012 ao lado de outros 183 municípios de Pernambuco, o município do Recife vem desenvolvendo as ações que competem aos municípios signatários realizarem como contrapartida: indicação de um Coordenador das ações do Programa no município; seleção dos Orientadores de Estudo que realizarão as formações junto aos Professores; inscrição dos Professores Alfabetizadores no Sistema; distribuição dos materiais didáticos enviados pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC; garantia da aplicação das avaliações externas; garantia da participação dos Orientadores de Estudo e Professores Alfabetizadores nos momentos de formação, possibilitando condições de deslocamento para os locais de formação, assim como condições de alimentação e estada em hotéis quando as formações ocorrem fora do município de origem.

Com relação à formação dos Professores, a contrapartida dos municípios é garantir um local onde as formações possam acontecer, com uma boa estrutura física que permita aos Orientadores de Estudo desenvolverem a contento suas atividades e ofereçam conforto a todos os profissionais envolvidos no processo, permitindo, desta

forma, que as formações sejam realizadas de maneira confortável para todos os envolvidos.

Entre as ações de competência do Governo Federal está o pagamento de bolsas² aos integrantes do Pnaic - Coordenadores, Formadores, Orientadores de Estudo, Professores Alfabetizadores - e gastos relacionados à distribuição de materiais didáticos para os municípios; avaliações sistemáticas e o sistema integrado de monitoramento do Ministério da Educação.

A Secretaria Municipal de Educação do Recife responde por um universo de 210 escolas do 1º ao 5º ano e atendem a um total de 1449³ (2013) e 1473 (2014) turmas do ciclo de alfabetização. As escolas estão distribuídas em seis Regiões Político-Administrativas – RPAs, que, por sua vez, são divididas em quatro Regionais.

A tabela 1 apresenta os dados de participação dos Professores Alfabetizadores nas formações do Pnaic, nos anos de 2013 e 2014.

Tabela 1 - Participação dos Professores nas formações do Pnaic 2013/2014

Ano	2013	2014
Total de turmas/Professores do ciclo de alfabetização indicado pelo MEC⁴	1449	1473
Inscritos (% do total de turmas)	1122 (77,4%)	1089 (73,9%)
Concluintes (% dos inscritos)	762 (67,9%)	419 (38,4%)
Desistentes (% dos inscritos)	153 (13,6%)	210 (19,2%)
Nunca participaram (% dos inscritos)	207 (18,4%)	460 (42,2%)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados oferecidos pela Divisão de Ordenamento de Rede – DOR.

Os dados apresentados na tabela 1 revelam, tanto no ano de 2013 quanto no ano de 2014, uma defasagem entre o número de turmas/professores e o total de inscritos. Isto é atribuído aos seguintes fatores: um percentual aproximado de 30%

² O valor das bolsas é diferenciado, de acordo com a função exercida no Pnaic. No âmbito municipal: R\$ 765,00 (Coordenadores Locais e Orientadores de Estudo); R\$ 200,00 (Professores Alfabetizadores). Esse foi o valor pago nos anos de 2013 e 2014.

³ O censo informa a quantidade de turmas que há na rede. No município do Recife a quantidade de turmas não corresponde à quantidade de Professores, pois há Professores com dois vínculos.

⁴ O total de turmas para o MEC é correspondente ao total de Professores, porém esta correspondência no município do Recife nem sempre é verdadeira, pois há Professores na rede que atuam em duas turmas.

dessas turmas, no período em que o MEC abriu para inscrição, estava em uma dessas situações: sob a regência de Professores de Contrato por Tempo Determinado⁵ - CTDs (que não foram autorizados a participar das formações); Professores de licença de diversos tipos (médica, gestante, para estudo), Professores com dois vínculos (que já estavam inscritos no Pnaic por um deles) e algumas turmas com cadeiras vagas, ou seja, sem professor regente, no período da inscrição. Importante ressaltar que, apesar de todos os Professores terem sido inscritos, a participação no Programa se deu mediante adesão devido ao fato de ser realizada em dias de sábado, dia de descanso remunerado do Professor.

Observamos, também, nesta tabela, o decréscimo no percentual de Professores que concluíram as formações, no ano de 2014, em relação ao ano de 2013, e a elevação no percentual de desistentes e de inscritos que nunca compareceram neste mesmo período.

Acreditamos que o aumento no percentual de desistência e de não comparecimento esteja atrelado aos seguintes fatores: o início tardio das formações (nos dois anos as formações iniciaram no segundo semestre); a necessidade de cumprir uma carga horária de 13 encontros, em um período inferior a 6 (seis) meses (agosto a dezembro/2014); os encontros realizados em dias de sábado, dias que foram utilizados também para reposição dos dias de greve realizada pelos professores neste ano; o valor da bolsa paga pelo MEC, que é o mesmo desde o primeiro ano, assim como os atrasos nos pagamentos das mesmas. Ainda com relação às bolsas, em 2014 o número de encontros de formação aumentou, mas tanto o valor quanto a quantidade de bolsas pagas pelo MEC permaneceram os mesmos de 2013.

Enfim, esses e outros fatores nos levam a entender que por trás da decisão de não participar de uma formação nem sempre está um professor despreocupado, desinteressado na melhoria da sua prática. Entendemos que muitos desses professores, apesar de terem interesse, não tiveram, de fato, condições. Entendo também que é papel da Secretaria de Educação Municipal pensar em estratégias que facilitem a vida deste professor, oferecendo-lhes as condições necessárias para o

⁵ O professor CTD não foi autorizado a participar das formações devido ao fato de não ter vínculo efetivo e poder, a qualquer momento, ser substituído por um Professor do GOM interrompendo, desta forma, o processo formativo.

aprimoramento da sua formação. Compreendemos que a não adesão e/ou a desistência têm desdobramentos que se refletem nos processos de ensino e aprendizagem. Os professores que não participaram dessas formações deixaram de ter acesso aos recursos enviados pelo MEC (kit do professor com os cadernos de formação); e mesmo tendo acesso a outros recursos, ligados ao Pnaic, enviados pelo MEC diretamente às escolas (caixa de jogos, livros de literatura), não receberam as orientações devidas para uso dos mesmos; deixaram também de participar das dinâmicas de leituras e reflexões em torno da prática pedagógica e não compartilharam os momentos de trocas e socializações de experiências entre os pares, por conseguinte, entendemos também que os estudantes desses/as professores não vivenciaram as dinâmicas propostas nos momentos de formação desse Programa.

Diante dos dados expostos, conduziremos nossos estudos de forma a responder a seguinte questão: quais estratégias podem ser utilizadas para ampliar a participação dos Professores Alfabetizadores nas formações do Pnaic?

O objetivo geral deste trabalho se centra, desta forma, em conhecer as razões que levaram à baixa participação de Professores Alfabetizadores nas ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) no município do Recife e elaborar um Plano de Ação Educacional (PAE) que contribua para sanar este problema.

Consideramos necessário apresentar e analisar a estrutura do Pnaic no município do Recife nos anos de 2013 e 2014, com o fim de identificar os elementos que contribuíram para o adequado/ou não adequado funcionamento deste Programa no período citado. Em seguida apresentaremos um Plano de Ação Educacional – PAE - contendo estratégias que possam garantir a participação efetiva dos Professores Alfabetizadores no Programa.

Para atender ao propósito apresentado no parágrafo anterior, organizamos este texto em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos um breve histórico do Pnaic, evidenciando sua importância enquanto política nacional de formação de Professores Alfabetizadores, que vem sendo implementada, desde o ano de 2013, em parceria com os governos estaduais e municipais e com universidades públicas federais. Apresentamos os quatro eixos de atuação do Programa, além da forma como ele vem sendo estruturado no município do Recife. No segundo capítulo, apresentamos o

referencial teórico e os autores com os quais iremos dialogar; além disso, damos destaque à trajetória metodológica adotada para a efetivação do trabalho e a socialização e análise dos dados coletados. No terceiro capítulo, apresentamos o nosso PAE, uma proposta de reestruturação do Pnaic. A ideia é transformá-lo em uma formação de rede, envolvendo três profissionais que estão no interior da escola e são fundamentais para o sucesso na educação: os Professores Alfabetizadores, os Gestores Escolares e os Coordenadores Pedagógicos. São propostas as seguintes ações: a implantação de uma nova dinâmica de formação, no sentido de possibilitar o acesso ao maior número possível de professores tanto à formação propriamente dita, quanto aos recursos do Programa (cadernos dos professores, as caixas de jogos, os livros de literatura); uma ação que promova a participação do Gestor Escolar na formação do Professor Alfabetizador, levando-o a comprometer-se com os resultados do trabalho realizado por estes profissionais dentro da escola em que são responsáveis, e uma ação envolvendo os Coordenadores Pedagógicos a fim de potencializar o seu papel dentro da instituição escolar, na formação do Professor Alfabetizador, orientando-o e acompanhando-o em sua prática cotidiana.

Partimos do princípio de que os Gestores Escolares e os Coordenadores Pedagógicos são profissionais imprescindíveis nesse processo de formação. Acreditamos que o envolvimento dos mesmos contribuirá para uma maior efetivação das ações do Pnaic no cotidiano da escola.

1 O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – PNAIC NO MUNICÍPIO DO RECIFE NOS ANOS DE 2013 E 2014

Propomo-nos, neste capítulo, a tecer um breve histórico do Pnaic, iniciando por apresentar a Portaria nº 867, que o instituiu no ano de 2012, até o detalhamento da estrutura, tanto logística quanto pedagógica, sugerida pelo Ministério de Educação e Cultura e a adotada pelo município do Recife, para garantir a realização desta formação junto aos Professores Alfabetizadores da rede.

O Pnaic foi instituído pela Portaria nº 867, de 04 de julho de 2012⁶, pelo então Ministro da Educação Aloízio Mercadante, considerando o que está previsto nos Decretos nº 6.094/07⁷, que trata do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, nº 6.755/09⁸, que enfatiza, entre outras coisas, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, na meta de número 5 do PNE “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental”. Considerando também o Decreto nº 7.084/10⁹ que se refere aos programas de material didático cujo objetivo é distribuir para as escolas das redes participantes do Pnaic obras didáticas, pedagógicas e literárias, bem como de outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita. A criação do Pnaic também considera a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Lei nº 9.394/96¹⁰ (BRASIL, 1996), e a Lei nº 11.273/06¹¹, que “autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de Programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica”.

⁶ Portaria nº 867/12. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/port_867_040712.pdf

⁷ Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 26 jun. 2015.

⁸ Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em: 26 jun. 2015.

⁹ Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htm>. Acesso em: 26 jun. 2015.

¹⁰ Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12907:legislacoes>>

¹¹ Lei nº 11.273, de 06 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11273.htm>. Acesso em: 26 jun. 2015.

Por meio do Pnaic, o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação Estaduais, Distrital e Municipais reafirmaram o compromisso de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, como previsto no já citado Decreto nº 6.094/07. Os resultados desse compromisso serão aferidos por avaliações específicas: Provinha Brasil, para os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, e Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA para os concluintes do 3º ano do Ensino Fundamental.

As ações do Pnaic estão previstas no artigo 5º, da Portaria de nº 867/12, que são:

(...)

I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;

II - reduzir a distorção idade-série na Educação Básica;

III - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);

IV - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos Professores Alfabetizadores;

V - construir propostas para a definição dos Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental.

É possível observarmos o elo existente entre as ações descritas neste artigo. Para atingir a meta de estudantes alfabetizados (I) ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, o caminho principal, adotado por esta política, é a formação do Professor Alfabetizador (IV). Com estudantes alfabetizados espera-se a melhoria do Ideb (III). A redução da distorção (II) acontecerá como consequência da não reprovação, pois se espera que estudantes alfabetizados tenham condições de avançar nos estudos sem ser retidos, seguindo, desta forma, o fluxo normal nos estudos.

Temos ciência, no entanto, de que outros fatores, além da retenção, colaboram para o aumento no índice de distorção, entre esses fatores estão: entrada tardia na escola, evasão/abandono. Com relação aos direitos de aprendizagens (V) o Pnaic contribuiu bastante para essa discussão e, durante as formações, os Professores Alfabetizadores tiveram oportunidade de familiarizarem-se e colaborarem com a discussão em torno dos mesmos. Os Direitos de Aprendizagem relacionados à língua portuguesa (LP), por exemplo, foram explorados no caderno 1, no ano de 2013, e os direitos de aprendizagens relacionados à Matemática (M) foram explorados no caderno

4, no ano de 2014. Os cadernos 1 (LP) e 4 (M) faziam parte do planejamento de todos os encontros, pois todas as temáticas e aulas planejadas tinham que levá-los em consideração.

Na próxima seção apresentaremos os quatro eixos de atuação do Pnaic e teremos a oportunidade de perceber nesses eixos o desdobramento das ações previstas no artigo 5, da supracitada Portaria.

1.1 Pnaic e os eixos de atuação

Conforme consta na Portaria nº 867/12, são quatro os eixos de atuação do Pnaic: Formação Continuada de Professores Alfabetizadores; Materiais Didáticos, Literatura e Tecnologias Educacionais; Avaliação; Gestão, Controle e Mobilização Social.

O apoio aos sistemas públicos de ensino na alfabetização e no letramento dos estudantes do ciclo de alfabetização é dado pelo MEC, em parceria com instituições de ensino superior, a partir desses quatro eixos de atuação.

O primeiro eixo “Formação de Professores Alfabetizadores” (artigo 7º da Portaria nº 867/12) abrange todos os professores das escolas das redes estaduais, municipais e distritais que atuam no ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental) e em turmas multisseriadas. Abrange também a constituição de uma rede de Professores Orientadores de Estudo que deve ser composta por profissionais efetivos das redes envolvidas: Professores Alfabetizadores, Coordenadores Pedagógicos e Técnicos Educacionais, profissionais com experiência em formação de professores.

Por meio do eixo “Materiais Didáticos” (artigo 8º da Portaria nº 867/12), o MEC disponibiliza para as escolas das redes públicas livros didáticos de 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental, seus respectivos manuais do professor e obras pedagógicas complementares aos livros didáticos. Esses livros são distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD¹². O MEC disponibiliza também, como ação ligada a este eixo, jogos pedagógicos para apoio à alfabetização; obras de referência, de literatura e de pesquisa e obras de apoio pedagógico aos professores, distribuídas por

¹² Resolução nº 42 de 28 de agosto de 2009. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000042&seq_ato=000&vlf_ano=2012&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 26 jun. 2015.

meio do Programa Nacional Biblioteca na Escola - PNBE¹³ além de tecnologias educacionais de apoio à alfabetização.

O terceiro eixo “Avaliação” (artigo 9º da Portaria nº 867/12) é constituído pela Provinha Brasil, que é aplicada anualmente aos estudantes do 2º ano do ensino fundamental das escolas participantes e pela Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, aplicada também anualmente, aos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental. Cada uma dessas avaliações tem estrutura diferenciada. A aplicação da Provinha Brasil é realizada por aplicadores da rede de ensino, geralmente os próprios professores regentes. Já a ANA quem realiza a aplicação são membros externos, financiados pelo governo federal. A ANA é aplicada no final do ano letivo, diferente da Provinha Brasil que é feita em dois momentos, no início e no final do ano.

O eixo Avaliação engloba também um sistema informatizado para coleta e tratamento dos resultados da Provinha Brasil disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep para as redes públicas, e a análise amostral dos resultados registrados após a aplicação da Provinha Brasil, no final do 2º ano e os resultados finais da ANA.

Já o quarto e último eixo “Gestão, Controle e Mobilização Social” (artigo 10º da Portaria nº 867/12) caracteriza-se pela constituição de um arranjo institucional para a gestão das ações do Pnaic que envolve um comitê gestor nacional e as coordenações institucional, estadual e municipal. Caracteriza-se também por um sistema de monitoramento das ações do Pnaic; pelo acompanhamento das ações do Pnaic através dos conselhos municipais, escolares, de acompanhamento e controle social da educação e organizações da sociedade civil; pelo fortalecimento dos conselhos de educação e escolares e pela mobilização desses conselhos e da comunidade escolar em torno das ações do Pnaic.

Para fins deste trabalho, concentrarei minhas ações em dois eixos de atuação do Pnaic: Formação Continuada de Professores Alfabetizadores e Gestão, Controle e Mobilização Social, mais especificamente o que está relacionado à Coordenação Municipal. A responsabilidade em torno da gestão, supervisão e monitoramento das

¹³ Resolução nº 7 de 20 de março de 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13212-resolucao-7-de-20-de-marco-de-2009-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 26 jun. 2015.

ações do Pnaic estão dentro das atribuições da Coordenação Local embora as mesmas devam ser exercidas de maneira compartilhada com outros integrantes da Secretaria de Educação.

O sistema de monitoramento ao qual a Portaria nº 867/12 se refere é o Simec. Através deste sistema são realizadas as avaliações de todos os envolvidos no Programa, respeitando-se algumas hierarquias: Professor avalia Orientador de Estudo e Coordenação Local; Orientador de Estudo avalia Professor Alfabetizador, Coordenador Local e Formador; Coordenador Local avalia Orientador de Estudo; Formador da IES avalia Orientador de Estudo e a Coordenação Geral finaliza o processo, validando todas as avaliações.

Os professores também realizam, a partir do Simec, algumas atividades obrigatórias relacionadas à sua prática pedagógica e ao perfil de aprendizagem da sua turma.

A leitura que fazemos, em termos gerais, dos quatro eixos de atuação do Pnaic é que o eixo relacionado a Gestão, Controle e Mobilização Social é o que se encontra menos estruturado, principalmente no que se refere ao acompanhamento das ações do Pnaic através dos conselhos municipais, escolares e ao fortalecimento dos conselhos de educação e escolares e a mobilização desses conselhos e da comunidade escolar em torno das ações do Pnaic. Na ocasião do último seminário para os Coordenadores Locais, realizado no dia 18 de novembro de 2015 com a Instituição de Ensino Superior - IES¹⁴ responsável pelo Pnaic em Pernambuco, dialogamos e refletimos sobre a fragilidade deste eixo e sobre a necessidade de fortalecimento do mesmo, com ações mais pontuais e incisivas.

No ano de 2015, foi lançado o Caderno de Gestores como uma ação deste eixo direcionada ao envolvimento da comunidade escolar. Este Caderno foi entregue ao Gestor Municipal (Secretário de Educação) e aos Gestores Escolares, porém não visualizamos um desdobramento mais contundente desta ação. Acreditamos que para os próximos anos este eixo se apresente melhor estruturado, com ações mais incisivas.

¹⁴ No Estado de Pernambuco, a IES responsável pelas ações do Pnaic é a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, através do Centro de Estudos em Educação e Linguagem – Ceel.

1.2 As temáticas trabalhadas pelo Pnaic nos anos de 2013 e 2014 e a discussão em torno dos direitos de aprendizagem

No ano de 2013, o foco da formação dos Orientadores/as de Estudo e Professores Alfabetizadores foi em Língua Portuguesa. O MEC ofereceu quatro cursos de formação, três relacionados diretamente ao ano do Ensino Fundamental que o/a professor estivesse atuando (ano 1, 2 ou 3) e outro curso específico para os professores que lecionavam em classes multisseriadas, conhecidas como escola do campo. Cada um desses cursos foi organizado em oito unidades, com temáticas similares, porém com focos de aprofundamento diferenciado: 01. Concepções de Alfabetização; 02. Planejamento e Ensino na Alfabetização; 03. O Funcionamento do Sistema de Escrita Alfabética; 04. A Sala de Aula como Ambiente Alfabetizador; 05. Os Diferentes Tipos de Textos; 06. Projetos e Sequências Didáticas; 07. Avaliação; 08. Planejamento e Registros de Aprendizagem. As temáticas foram trabalhadas em 10 encontros de 8 horas, totalizando uma carga horária de 120 horas, incluindo as atividades extraclases.

Já no ano de 2014 o foco da formação dos Orientadores/as de Estudo e dos Professores Alfabetizadores foi em Matemática, integrado com Língua Portuguesa. O número de temáticas trabalhadas também foram oito, porém dessa vez o curso foi único para todos os professores, sem diferenciação com relação aos anos e às turmas de atuação, embora durante as formações fossem discutidos os graus de dificuldades para cada ano. As temáticas trabalhadas foram: 01. Organização do Trabalho Pedagógico; 02. Quantificação, Registros e Agrupamentos; 03. Construção do Sistema de Numeração Decimal; 04. Operações na Resolução de Problemas; 05. Geometria; 06. Grandezas e Medidas; 07. Educação Estatística; 08. Saberes Matemáticos e Outros Campos do Saber. A formação foi realizada em 13 encontros de 8 horas totalizando uma carga horária de 160 horas, incluindo as aulas extraclases.

Além das temáticas específicas de cada ano, o Pnaic trouxe consigo as discussões em torno dos Direitos de Aprendizagem e essa discussão permeou todos os encontros de formação do Programa. Consideramos importante trazer informações relativas ao processo de construção desse conceito.

A discussão em torno dos Direitos de Aprendizagem teve início no ano de 2012 e deu origem à apresentação, ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e à sociedade brasileira, de um documento para consulta pública, intitulado “Elementos conceituais e metodológicos para definição dos Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do ensino fundamental”. Este documento apresenta os Fundamentos Gerais do Ciclo de Alfabetização, iniciando com a discussão em torno do movimento curricular no Ensino Fundamental e introduzindo o conceito de aprendizagem como direito humano. Este documento defende também a concepção de infância como “universo singular dessa aprendizagem e o currículo e o ciclo contínuo de aprendizagens como viabilização desses direitos” (BRASIL. MEC, 2013, p. 8).

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental de Nove Anos, aprovadas em 2010, em seu artigo 49, incumbem ao Ministério da Educação à tarefa da construção de proposta dos Direitos de Aprendizagem.

O Ministério da Educação, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, deverá encaminhar ao Conselho Nacional de Educação (CNE), precedida de consulta pública nacional, proposta de expectativas de aprendizagem dos conhecimentos escolares que devem ser atingidos pelos alunos em diferentes estágios do Ensino Fundamental (art. 49, § 3º, desta Resolução).

No ano de 2012, uma equipe constituída por professores de 12 instituições públicas brasileiras de ensino superior e de pesquisa, estudantes de pós-graduação em Educação e Letras, estudantes de graduação em Pedagogia, e professores da educação básica (84 pessoas), que compõem a equipe de elaboração do material de formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, construíram uma proposição de alguns direitos básicos de aprendizagem. Para isso, tiveram como referência os documentos curriculares das secretarias de educação estaduais e de capitais brasileiras, além do texto síntese produzido a partir dos encontros do Grupo de Trabalho Fundamental no período 2010/2011. Esta proposição foi submetida à apreciação do Grupo de Trabalho Técnico para elaboração dos Direitos de Aprendizagem em Língua Portuguesa constituído em julho de 2012 no âmbito da Coordenação Geral do Ensino Fundamental (Coef). Este grupo promoveu discussões sobre o documento base com profissionais de secretarias de educação e recebiam

visitas da equipe pedagógica do MEC, os quais contribuíram, fazendo críticas e apresentando sugestões. Foram realizados treze seminários, contemplando profissionais de 1.029 sistemas de ensino.

As contribuições oriundas desses seminários foram sistematizadas por técnicos do MEC e estudadas pelo Grupo de Trabalho Técnico para elaboração dos Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento, das áreas e seus respectivos componentes curriculares: Linguagem (Língua Portuguesa, Educação Física e Arte); Matemática; Ciências Humanas (História e Geografia); Ciências da Natureza que constituem o Ciclo de Alfabetização. Com base em tal sistematização, o documento era modificado. Outras contribuições foram oriundas dos debates travados com os participantes do VI Encontro do Grupo de Trabalho Fundamental Brasil, em 15 e 16 de agosto de 2012, realizado no MEC.

Além dos direitos e objetivos de aprendizagem nas várias áreas do conhecimento, este documento define também “os eixos que estruturam esses direitos e os diversos objetivos de aprendizagem de cada eixo, num rol que compõe cerca de 30 direitos, 20 eixos estruturantes e 256 objetivos de aprendizagem” (BRASIL, 2013, p. 9).

No ano de 2013, os Professores Alfabetizadores tiveram acesso aos direitos de aprendizagens do componente curricular Língua Portuguesa, através do caderno 1, que compunha o kit dos professores neste ano. No ano de 2014, os Orientadores de Estudo tiveram acesso aos Direitos de Aprendizagem da área de Matemática. No Pnaic 2015, os Direitos de Aprendizagem explorados foram os relacionados à temática da interdisciplinaridade. Os demais direitos de aprendizagens relacionados a outras áreas do conhecimento serão objeto de estudos do Pnaic nos anos vindouros.

Os Direitos de Aprendizagem também são abordados no texto “Princípios Orientadores da Base Nacional Comum Curricular (BNC¹⁵)” com o intuito de “sinalizar percursos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes ao longo da Educação Básica” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, 2016, p. 1). Este

¹⁵ Base Nacional Comum: documento que reúne direitos e objetivos de aprendizagem relacionados às quatro áreas do conhecimento – Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Matemática – e seus respectivos componentes curriculares para todas as etapas da educação básica. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

texto apresenta ainda 12 (doze) direitos de aprendizagem, que constituem, na verdade, “um conjunto de proposições que orientam as escolhas feitas pelos componentes curriculares na definição de seus objetivos de aprendizagem, consideradas as dimensões ética, estética e política de efetivação daqueles direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, 2016, p. 16). Esses direitos vão nortear a definição dos objetivos de aprendizagem propostos no documento preliminar da BNC.

O Pnaic, ao adotar o princípio dos direitos de aprendizagens, propõe que é “dever da escola promover a aprendizagem de alguns conhecimentos e habilidades fundamentais” (BRASIL, 2012a, p. 28) constituindo uma defesa de currículo mínimo.

Os objetivos dos cursos são formar Professores, contribuindo para que possam:
(...)
2. Aprofundar a compreensão sobre o currículo nos anos iniciais do Ensino Fundamental e sobre os Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento nas diferentes áreas de conhecimento (BRASIL, 2012a, p. 31).

Segundo Leal (2015), são tratadas como Direitos de Aprendizagem, em uma perspectiva de currículo inclusivo, as quatro dimensões do ensino da Língua Portuguesa, a saber: (1) Apropriação do Sistema de Escrita Alfabética; (2) Desenvolvimento de Habilidades/Capacidades de Produção e Compreensão de Textos Orais e Escritos; (3) Inserção em Práticas Sociais Diversas, com Base no Trabalho de Produção e Compreensão e Reflexão sobre Gêneros Textuais Variados; (4) Reflexão sobre Temáticas Relevantes por Meio dos Textos.

Os princípios de um currículo inclusivo incluem a definição de alguns conhecimentos a serem apropriados por todos os estudantes, respeitando-se as singularidades, diferenças individuais e de grupos sociais (BRASIL, 2012c. unidade 1, ano 3, p. 8).

A didática proposta pelo Pnaic para exploração, junto aos Professores Alfabetizadores, dos Direitos de Aprendizagem é por meio de análise de relatos e depoimentos de Professores, discussão teórica sobre currículo e através de discussões acerca de concepções de alfabetização. Os Direitos de Aprendizagem são apresentados aos Professores em forma de quadro, distribuídos de acordo com eixos.

Os quadros 1, 2, 3, 4, 5 e 6 (em anexo) trazem os Direitos de Aprendizagem em Língua Portuguesa, distribuídos pelos seguintes eixos: leitura, produção de textos escritos, oralidade, análise linguística. Este último eixo encontra-se subdividido em: análise linguística: discursividade, textualidade e normatividade e análise linguística: apropriação do sistema de escrita alfabética.

Em cada eixo, os quadros de Direitos de Aprendizagem vêm acompanhado de orientações sobre o que deve ser introduzido, aprofundado e consolidado em cada ano do ciclo de alfabetização e essas expressões vêm sinalizadas pelas letras I (Introduzido), A (Aprofundado) e C (Consolidado), como podemos ver no quadro 2 do eixo Leitura (anexo 7). Estes termos indicam a progressão esperada durante o desenvolvimento da criança no ciclo de alfabetização.

I (Introduzir) = mobilizar as crianças para que iniciem, formalmente, a relação com os conhecimentos referentes aos objetivos a ele associados.
A (Ampliar) = mobilizar as crianças para expandir esta relação.
C (Consolidar) = mobilizar as crianças para sistematizar conhecimentos no processo de aprendizagem. (BRASIL. MEC, 2013, p. 22)

O objetivo desta escala de progressão é também “orientar o professor quanto a uma avaliação formativa e continuada, tendo em vista o avanço das crianças” (BRASIL. MEC, 2013, p. 22).

Os quadros 7, 8, 9, 10 e 11 (em anexo) trazem os Direitos de Aprendizagem da Matemática, distribuídos nos seguintes eixos: Números e Operações, Geometria, Grandezas e Medidas e Tratamento da Informação.

Compreende-se, desta forma, que “a definição dos Direitos de Aprendizagem colabora para a discussão acerca do que pode ser priorizado no planejamento do ensino e do que pode ser avaliado” (PNAIC, 2013. Cad 1. p. 22).

A formação dos Orientadores/as de Estudo, junto aos Professores Alfabetizadores, era desenvolvida considerando a realização de algumas atividades permanentes que faziam parte da estruturação do curso. São elas:

- Leitura deleite: momento de leitura de textos literários, incluindo obras de literatura infantil. Este momento acontecia sempre no início das formações e tinha como objetivo mostrar ao professor a importância de reservar um tempo, dentro da sua rotina, para este tipo de atividade junto aos alunos;

- Tarefa de casa: este momento consistia na retomada, em cada encontro, do que foi solicitado no encontro anterior como tarefa de casa. Este momento era caracterizado como socialização de experiências. Cada professor tinha oportunidade de trazer para os momentos de formação um pouco da sua vivência com seus alunos.
- Planejamento: momento reservado para o planejamento das atividades que deverão ser realizadas nas escolas, junto aos alunos. O planejamento estava sempre relacionado à temática trabalhada no encontro.
- Estudo dirigido. Este era um importante momento dentro do curso. Era o momento propriamente de estudos, de aprofundamento dos saberes, da discussão e da apropriação dos conteúdos e das estratégias didáticas.

Além dessas atividades permanentes havia (e ainda há) em cada unidade de estudo temas e questões que eram (e são) aprofundados através de diversas atividades chamadas de formativas, como exemplo: socialização de memórias; vídeo debate; análise de situações de sala de aula filmadas ou registradas, os chamados “protocolos”; análise de atividades feitas pelos alunos, análise de relatos de rotinas, de sequências didáticas, projetos didáticos e de planejamentos de aula; análise de recursos didáticos; exposição dialogada; elaboração de instrumento de avaliação e discussão de seus resultados; avaliação da formação.¹⁶ Esses momentos podem ser visualizados nos planejamentos dos Orientadores de Estudos (anexo 5) e nos relatórios dos encontros (anexo 6) realizado junto aos Professores Alfabetizadores.

Após a apresentação do Pnaic em âmbito nacional, a seção a seguir traz informações sobre a forma como este Programa foi estruturado no município do Recife, nos anos 2013 e 2014. Para isto consideramos importante iniciar o item mostrando o organograma atual da Rede. Esperamos, desta forma, ajudar na compreensão de algumas particularidades do município.

¹⁶ Toda a programação dos estudos pode ser visualizada nos cadernos de formação do Pnaic, disponíveis em: <<http://pacto.mec.gov.br/2012-09-19-19-09-11>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

1.3 A concretização do Pnaic no município do Recife

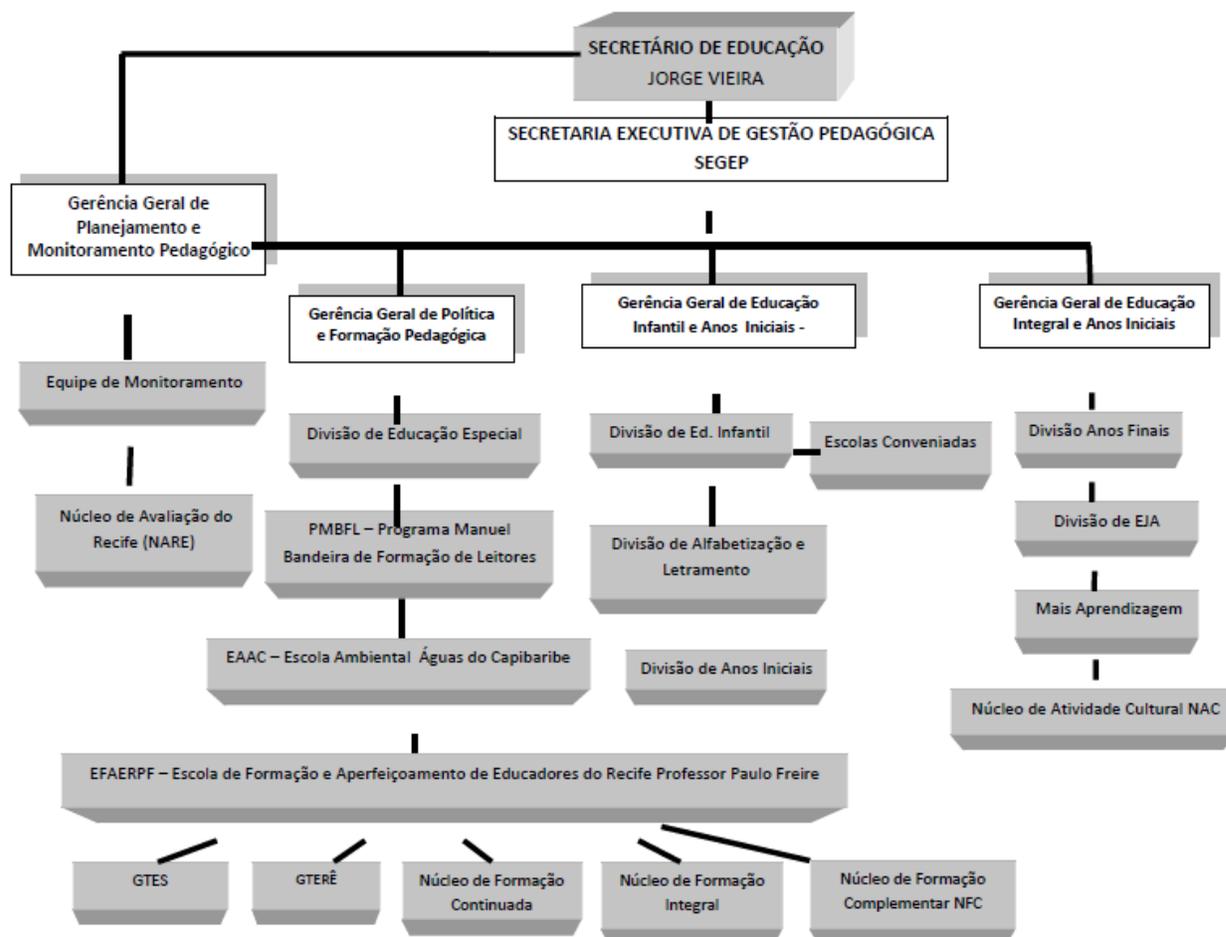
Iniciaremos esta seção trazendo um breve histórico do município do Recife e apresentando a forma como a Secretaria de Educação municipal está estruturada. Logo em seguida falaremos do processo de adesão ao Pnaic, dos atores envolvidos e de todas as implicações da adesão a este Programa.

Recife, capital do estado de Pernambuco, está situado na região nordeste do Brasil; tem 218 km² de extensão, e uma população, de acordo com o censo de 2010, de 1.538 milhões habitantes. Foi fundado no dia 12 de março de 1534. Sua história teve início neste ano, com as capitânicas hereditárias. A cidade era usada como porto onde eram carregadas e descarregadas as produções locais e as que vinham da metrópole. Recebeu este nome devido à quantidade de recifes que existia no litoral da região.

1.3.1 A Educação no Município do Recife

A Secretaria de Educação no município encontra-se organizada de acordo com o organograma apresentado na figura 1.

Figura 1. Organograma da Secretaria Executiva de Educação no município do Recife



Fonte: Secretaria de Educação – Recife/ 2015.

A Secretaria Municipal de Educação do Recife oferece as seguintes modalidades de Ensino: Educação Infantil (creches e pré-escolas) envolvendo crianças de 0 a 5 anos e Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) que atende crianças a partir dos 6 anos de idade e é dividido em Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Anos Finais (6º ao 9º ano). A Rede Municipal de ensino é composta por 320 unidades educacionais, que atendem a aproximadamente 90 mil estudantes. Desse total de escolas, 232 atendem ao ensino fundamental. Dentro deste quantitativo têm 53 creches, 21 creches-escolas e 14 Unidades de Tecnologia na Educação (UTECs). A Secretaria de Educação oferece também Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Pnaic, dentro da Secretaria de Educação do município, está sob a responsabilidade da Divisão de Alfabetização e Letramento – DAL, que integra a Gerência Geral de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – GGEIAIEF, que, como mostra a figura 1, faz parte da Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica – SEGEP.

1.3.2 A Adesão do município ao Pnaic e suas contrapartidas

O município do Recife aderiu ao Pnaic no ano de 2012, junto com outros 184 municípios do estado de Pernambuco. A adesão aconteceu durante o período eleitoral, mais especificamente a eleição de 2012 para prefeitos e vereadores. Em outubro deste ano, os resultados das eleições apontavam a chapa vencedora que, embora pertencente à mesma linha política da gestão anterior, não havia participado do momento de pactuação com o Programa.

A gestão municipal, que iniciou em janeiro de 2013 e encontra-se no poder atualmente, precisou de tempo para apropriar-se de toda a estrutura da rede, de todas as Secretarias, incluindo a Secretaria de Educação, repleta de demandas, todas com muitos desafios, haja vista os números que a compõem: de professores, de escolas, de turmas, entre outras coisas. A adesão ao Pnaic aconteceu nos últimos meses do ano de 2012, e suas demandas propriamente ditas tiveram início nos primeiros meses do ano de 2013, encontrando essa gestão ainda em período de adaptação. As demandas específicas do Pnaic exigiam tomadas de decisão imediata e uma das demandas, a indicação da Coordenação Local, aconteceu concomitantemente com o momento da adesão, em 2012.

Outras ações, no entanto, só foram desenvolvidas no ano de 2013, como por exemplo, a seleção de Orientadores de Estudo, a definição do local onde as formações iriam acontecer, os recursos a serem utilizados nas formações pelos Orientadores de Estudo, a inscrição dos Professores Alfabetizadores, a liberação de verbas para permitir aos Orientadores de Estudo participarem das formações.

Importante ressaltar, no entanto, que esse aparente “despreparo” em relação ao Pnaic foi percebido também em âmbito nacional. Não foi comum apenas aos municípios

que estavam vivenciando, ou não, mudança de gestão. Em esfera nacional era perceptível, por exemplo, a falta de intimidade da própria equipe mentora, com o sistema que monitorava o Programa, o Simec. A apropriação desse sistema foi acontecendo aos poucos por todos os envolvidos. Podemos dizer que o ano de 2013 foi um ano de aprendizagens e descobertas para todos. Ainda não havia respostas para muitas perguntas.

Algumas ações específicas tiveram início já no ano de 2012, pela Coordenação Local, como, por exemplo, o processo de chamada às escolas. Esta chamada começou a ser realizada, exatamente no mês de outubro deste ano.

A informação que tínhamos era que as formações começariam logo no início do ano letivo seguinte, portanto era necessário estarmos com todas as informações necessárias, ou seja, a relação de Professores Alfabetizadores, já organizados em turmas, cada uma já com seus respectivos Orientadores de Estudo. Tudo preparado aguardando a abertura do Simec para inserção dos dados e as formações iniciarem.

Com o objetivo de incentivar e favorecer a participação do maior número possível de professores, vários comunicados foram enviados às escolas, via e-mail, buscando divulgar o Pnaic. Como já dito, o processo de chamada às escolas teve início em outubro de 2012. As escolas precisavam enviar, via e-mail, para a Coordenação do Pnaic no município, a relação de professores atuantes nas turmas do ciclo de alfabetização para que, no início de 2013, fossem feitas as inscrições dos mesmos, no Simec, pela Coordenadora Municipal.

Todos os professores que constavam na relação enviada pelas escolas no ano de 2013, foram inscritos. Não foi pensado na época em fazer uma consulta aos professores quanto ao interesse e/ou disponibilidade. O processo era muito novo para todos. A inscrição dos professores, no entanto, não significava garantia da participação, tendo em vista que a formação acontecia em dias de sábado. A decisão de inscrever todos os professores que constavam na lista das escolas provocou aborrecimentos por parte de alguns professores, que não tinham disponibilidade ou não estavam interessados em participar, pois depois que era finalizado o processo de inscrição, o Simec enviava mensagens automáticas e diárias aos professores solicitando que os mesmos acessassem a página e confirmassem a inscrição.

Diante desta situação, no ano de 2014, pensando em evitar os problemas vivenciados no ano de 2013, decidimos mudar a estratégia de inscrição. Decidimos que, antes da efetivação da inscrição dos Professores Alfabetizadores constantes na relação das escolas, seria realizada uma consulta prévia e só seriam inscritos aqueles que revelassem interesse e tivessem disponibilidade para participar. A intenção era evitar aborrecimentos com os professores que não estivessem interessados em participar das formações e também aumentar o percentual de participação, pois este é calculado tomando como base o número de inscritos. No final do ano anterior (2013), em reunião com Gestores Escolares e Coordenadores Pedagógicos, falamos da importância do Pnaic para a formação de uma rede de Professores Alfabetizadores no município e também da importância de convidar para atuar no ciclo de alfabetização professores que tivessem perfil para atuar no ciclo e interesse em participar do Programa. A expectativa era que os Gestores e Coordenadores Pedagógicos, de maneira democrática, fizessem a distribuição das turmas do ciclo de alfabetização, considerando os critérios do perfil de alfabetizador e de disponibilidade para participação no Pnaic.

Solicitamos, então, que os gestores enviassem por e-mail, a relação de todos os professores atuantes no ciclo de alfabetização de cada escola (quadro 1), complementada com a informação relacionada ao interesse e disponibilidade em participar das formações. Solicitamos interesse e disponibilidade por entendermos que interesse em participar nem sempre quer dizer disponibilidade e vice-versa.

O quadro 1 foi enviado às escolas para que fosse preenchido com informações relacionadas a todos professores que atuavam no ciclo de alfabetização, porém a inscrição no Pnaic seria feita a partir da observação que constava na última coluna: “CONFIRMAÇÃO DO INTERESSE E DISPONIBILIDADE EM PARTICIPAR DAS FORMAÇÕES”.

Pacto em sua rede; designar coordenador (es) para se dedicar (em) às ações do Pacto e alocar equipe necessária para a sua gestão, inclusive em suas unidades regionais, se houver; indicar os Orientadores de Estudo de sua rede de ensino e custear o seu deslocamento e a sua hospedagem para os eventos de formação; fomentar e garantir a participação dos Professores Alfabetizadores de sua rede de ensino nas atividades de formação, sem prejuízo da carga-horária em sala de aula, custeando o deslocamento e a hospedagem, sempre que necessário; monitorar, em colaboração com o MEC, a aplicação da Provinha Brasil e da avaliação externa, a entrega e o uso dos materiais de apoio à alfabetização previstos nesta Portaria; disponibilizar assistência técnica às escolas com maiores dificuldades na implementação das ações do Pacto e na obtenção de resultados positivos de alfabetização; promover a articulação das ações do Pacto com o Programa Mais Educação, onde houver, priorizando o atendimento das crianças do 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental como garantia de educação integral e complementação e apoio pedagógico àquelas com maiores dificuldades.

Entre as contrapartidas estão às avaliações do Inep. No município do Recife todas as escolas da rede participam. Há uma equipe, dentro da Secretaria Municipal de Educação, responsável pela aplicação da Prova Brasil nas escolas. Os resultados dessas avaliações externas são divulgados entre as escolas da rede através do e-mail corporativo intitulado “Gestor em Rede”. Com relação à Coordenação Local e à equipe alocada para dedicar-se às ações do Pnaic, o município indicou uma Técnica Pedagógica, que integrava a equipe técnica da DAL, cujo foco eram as ações voltadas para o ciclo de alfabetização. Já a equipe de Orientadores de Estudo foi composta por meio de um processo seletivo interno no ano de 2013 e o município responsabilizou-se pelos custos relacionados aos deslocamentos e às hospedagens dos mesmos, nos momentos de formação, que, como já dito antes, aconteceram sempre em outro município.

Comparando o Pnaic/2013 com o Pnaic/2014 e 2015, observamos que a apropriação deste Programa foi acontecendo de forma processual por todos os envolvidos, tanto nos municípios, quanto nos estados e no Brasil como um todo. No município observamos que o local onde as formações foram desenvolvidas, os recursos disponibilizados para os Orientadores de Estudo realizarem as formações, as estratégias de inscrição dos Professores Alfabetizadores e o manuseio com o Simec, foram sendo aprimorados a cada ano. Um aspecto bem revelador desse fato, no município, foi a diferença na estrutura física do local onde as formações aconteceram no ano de 2013 e do local onde as formações aconteceram nos anos seguintes (2014 e

2015). No primeiro ano o local não tinha o conforto necessário (climatização das salas, salas amplas, acessibilidade) para o desenvolvimento das formações, já nos anos seguintes tomando como base a experiência de 2013, esses aspectos foram tomados como critérios essenciais para a locação.

Com relação ao cronograma das formações, nesses três anos de existência do Pnaic, elas aconteceram sempre em dias de sábado, com duração de 8 horas (começando, geralmente, às 07h30min e terminando às 17h30min). Os professores reclamavam muito do tempo de formação, achavam muito longo, principalmente por acontecer em pleno dia de sábado. Eles alegavam que só tinham este dia para descansar, haja vista boa parte deles trabalharem em duas redes de ensino ou terem dois vínculos na mesma rede.

No que se refere aos Orientadores de Estudo, levando em consideração as formações destinadas a eles, acontecerem em Caruaru, município do agreste do estado, distante do Recife aproximadamente 140 km, a contrapartida do município foi oferecer a esses profissionais todas as condições necessárias para que pudessem se deslocar para o local da formação e lá permanecer pelo tempo que durassem os momentos de estudos, que variavam entre 3 a 5 dias. Os Orientadores deixavam suas casas, suas famílias, seus trabalhos para participarem dos seminários de formação, oferecidos pelo Centro de Estudos em Educação e Linguagem – Ceel/UFPE. A Secretaria de Educação disponibilizava aos Orientadores de Estudo transporte para levá-los até a cidade onde o Seminário aconteceria e lá esse transporte ficaria à disposição dos Orientadores, para o traslado diário do hotel até a faculdade onde eram realizadas as formações.

A Secretaria de Educação também pagava ajuda de custo para garantir os gastos com hospedagem e alimentação, embora esse auxílio se constituísse em momentos de desentendimentos e insatisfações entre a equipe de Orientadores de Estudo e a Secretaria de Educação. Os desentendimentos e as insatisfações se davam pelo fato de que essas ajudas de custo eram pagas mediante comprovação da frequência no Seminário, portanto não poderia ser pago antes da viagem e também mesmo após comprovação da frequência o pagamento não era imediato. Alguns/as Orientadores/as chegaram a deixar a função alegando que não tinham condições de se

manterem em outra cidade, pagando hotel e alimentação, sem a devida ajuda. Outros Orientadores/as conseguiram se organizar e se manter no grupo, embora não satisfeitos com a situação.

Na próxima seção apresentaremos os profissionais envolvidos diretamente no desenvolvimento das ações do Pnaic no município e quais eram suas atribuições específicas.

1.3.3 Profissionais envolvidos diretamente no desenvolvimento das ações do Pnaic e suas respectivas atribuições

A equipe responsável pela execução do Pnaic em Pernambuco é composta por uma Coordenadora Geral, Coordenadoras Adjuntas, Supervisoras, Formadores, Orientadores de Estudo, Coordenadores locais e Professores Alfabetizadores. As atribuições de cada uma dessas funções estão descritas no documento do Pnaic que consta entre as referências bibliográficas no final deste trabalho. Vou me deter nesta seção às atribuições da Coordenação Local e do Orientador de Estudo.

No âmbito municipal a execução deste Programa fica sob a responsabilidade da Coordenação Local, dos Orientadores de Estudo e dos Professores Alfabetizadores. Nas subseções a seguir serão apresentadas as atribuições de cada um desses profissionais dentro do Programa.

1.3.3.1 Coordenadora Local

Para gerenciar as ações do Pnaic no município, o Secretário de Educação designou uma Técnica Pedagógica que integrava a equipe da DAL. No ano de 2013, a Coordenação foi assumida pela Técnica Maristela Torres Aguiar e, em 2014, pela Técnica Rozineide Santos (eu), que atua no Pnaic desde o ano de 2013, como já informado anteriormente, na função de Orientadora de Estudo.

As atribuições da Coordenação Local estão descritas nas Portarias de nº 867/12 e nº 1458/12 e são as seguintes:

- Cadastrar os Orientadores de Estudo e os Professores Alfabetizadores nos sistemas disponibilizados pelo MEC;
- Monitorar a realização dos encontros presenciais ministrados pelos Orientadores de Estudo junto aos Professores Alfabetizadores;
- Assegurar, junto à Secretaria de Educação, as condições de deslocamento, alimentação e hospedagem dos Orientadores de Estudo dos Professores Alfabetizadores para participação nos encontros presenciais, sempre que necessário;
- Articular-se com os gestores escolares visando ao fortalecimento da formação para os Professores Alfabetizadores;
- Organizar e coordenar o seminário de socialização de experiências no próprio município, estado ou Distrito Federal;
- Monitorar o recebimento e devida utilização dos materiais pedagógicos previstos nas Ações do Pacto;
- Acompanhar as ações da Secretaria de Educação na aplicação da Provinha Brasil no início e no final do 2º ano, e o registro dos resultados, pelos Professores Alfabetizadores, em sistema disponibilizado pelo MEC;
- Acompanhar as ações da Secretaria de Educação na aplicação da avaliação externa no final do 3º ano do ensino fundamental, assegurando as condições logísticas necessárias;
- Manter canal de comunicação permanente com o Conselho Estadual ou Municipal de Educação e com os Conselhos Escolares, visando disseminar as Ações do Pacto, prestar os esclarecimentos necessários e encaminhar eventuais demandas junto à Secretaria de Educação e ao MEC;
- Reunir-se constantemente com o titular da Secretaria de Educação com o intuito de avaliar a implementação das Ações do Pacto e implantar as medidas corretivas eventualmente necessárias¹⁷.

As atribuições ligadas aos eixos de formação de Professores Alfabetizadores e distribuição de materiais didáticos são mais presentes no cotidiano da Coordenadora Local. Ações como a articulação com os gestores escolares, o estabelecimento de um canal de comunicação como o Conselho Estadual, por exemplo, ainda não foram corporificados no Pnaic como um todo e não somente no município do Recife. Com relação ao eixo avaliação, há na Secretaria de Educação do município uma divisão responsável pela realização das avaliações externas e internas de forma que ficam sob a responsabilidade desta divisão todas as ações relacionadas a este eixo.

Na medida em que as ações do Pnaic vão evoluindo e se concretizando, vamos percebendo a necessidade de um envolvimento maior, mais integral de todos os eixos. Acreditamos que desta forma a Coordenação Local, em qualquer município, poderá desenvolver suas atribuições de forma mais concreta, com um melhor direcionamento, garantindo um maior envolvimento da comunidade escolar, assim como existe com

¹⁷ Atribuições do Coordenador Local do Pnaic. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/31-outros-destaques/78-atribuicoes-do-coordenador-local>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

relação aos eixos: Formação de Professores Alfabetizadores, Avaliação e Distribuição de materiais didáticos.

1.3.3.2 Orientadores de Estudo

A equipe de Orientadores de Estudo foi formada no ano de 2013 por meio de seleção interna. Entre os critérios estabelecidos pelo MEC para fazer parte deste quadro estava: ser efetivo na rede; ter experiência com formação de professores; ser graduado em Pedagogia. No ano de 2014, não houve seleção interna. Os Orientadores/as que deixaram a função neste período foram substituídos por professores que atuavam como Técnicos ou Coordenadores/as Pedagógicos. Em 2014 foi vetada a participação de professores regentes nesta função, tendo em conta não haver na rede quadro de professores para substituí-los em sala de aula, no período de formação dos Orientadores/as de Estudo.

O número de Orientadores de Estudo no ano de 2013 foi 58 e em 2014 iniciou com 42 e encerrou com 40. Decidimos trabalhar com um número menor de Orientadores de Estudo devido ao alto percentual de professores desistentes e que nunca compareceram. Este fato ocasionava o esvaziamento das turmas a cada encontro de formação. Além do mais, não era fácil compor o quadro de Orientadores de Estudo, diante da necessidade de afastamento das suas atividades rotineiras para participar das formações em outro município, aliás, este também foi um dos fatores que ocasionou a saída da função de alguns/mas Orientadores/as de Estudo.

As atribuições do Orientador de Estudo também estão descritas na Portaria nº 867/12. São elas:

- Participar dos encontros presenciais junto às Instituições de Ensino Superior (IES), alcançando no mínimo 75% de presença;
- Assegurar que todos os Professores Alfabetizadores sob sua responsabilidade assinem o Termo de Compromisso do Bolsista;
- Ministrar a formação aos Professores Alfabetizadores em seu município ou polo de formação;
- Planejar e avaliar os encontros de formação junto aos Professores Alfabetizadores;
- Acompanhar a prática pedagógica dos Professores Alfabetizadores;
- Avaliar os Professores Alfabetizadores cursistas quanto à frequência, à participação e ao acompanhamento dos estudantes, registrando as informações no Sispacto;

- Efetuar e manter atualizados os dados cadastrais dos Professores Alfabetizadores;
- Analisar os relatórios das turmas de Professores Alfabetizadores e orientar os encaminhamentos;
- Manter registro de atividades dos Professores Alfabetizadores em suas turmas de alfabetização;
- Avaliar, no Sispecto, a atuação dos formadores, dos coordenadores das ações do Pacto no Distrito Federal, nos estados e nos municípios e do suporte dado pelas IES;
- Apresentar à IES formadora os relatórios pedagógico e gerencial das atividades referentes à formação dos Professores Alfabetizadores.

Dentre essas atribuições a que tem gerado um pouco de inquietação é a que se refere a “*Acompanhar a prática pedagógica dos Professores Alfabetizadores*”. Diante das demandas assumidas pelos Técnicos e Coordenadores Pedagógicos, torna-se difícil garantir o acompanhamento da prática do professor na íntegra, e nas Unidades Educacionais. Esse acompanhamento tem se dado durante as formações, nos momentos do compartilhamento das chamadas “tarefas de casa” e através dos relatórios entregues pelos professores nos dias de formação.

1.3.3.3 Professor Alfabetizador

São considerados Professor Alfabetizador aqueles professores que lecionam em turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental ou em turmas multisseriadas. Sua participação nas formações do Pnaic no município do Recife, nos anos de 2013 e 2014, aconteceu por meio de adesão. A condição de adesão não está explícita nos documentos do MEC, mas diante do fato de acontecer nos dias de sábado, dia de descanso remunerado dos professores, o município precisou considerar esta condição, pois não tinha um número suficiente de professores para substituí-los em aula e garantir o dia letivo dos estudantes, caso as formações acontecessem nos dias de semana. Como já dito anteriormente, no ano de 2014, foi feita uma consulta através de e-mails, aos professores sobre o interesse ou não em participar das formações do Pnaic. Os professores que revelaram não ter interesse, ou condições de participar, não foram inscritos, porém, muitos professores não responderam a consulta. Não sabemos se não responderam por não terem tido acesso à consulta ou se não tiveram interesse em responder. Esta ausência de resposta fez com que muitos professores que não

tenham interesse ou disponibilidade para participar das formações fossem inscritos. Não poderíamos deixar de inscrever quem não se pronunciou pelo sim ou pelo não. A intenção da consulta era inscrever apenas os professores interessados e com disponibilidade. Isto evitaria aborrecimentos com os professores e diminuiria o percentual de desistentes ou dos que nunca compareceram em relação ao ano de 2013¹⁸.

Temos ciência, no entanto, que o ano de 2014 foi um ano bem atípico, pois foi um ano em que os professores da Rede participaram de um longo período de greve, paralisações e atos públicos, e a reposição desses dias sem aula (17 dias no total) aconteceu no período de recesso escolar e em dias de sábado, prejudicando, desta forma, o cronograma de formação do Pnaic. Esses dias, no entanto, precisavam ser repostos para garantir do dia letivo do/a estudante. Muitos Professores Alfabetizadores, inscritos no Pnaic, que no momento da consulta revelaram interesse e disponibilidade para participar, desistiram e justificaram a decisão pelo cansaço, pois além de perderem alguns dias do recesso escolar ainda ficaram sem sábados livres para descansarem, curtir com a família. No sábado que não havia formação do Pnaic, havia reposição da greve. Esse fato provocou a elevação do percentual de desistência.

No ano de 2014, esperávamos ter um percentual¹⁹ de participação superior ao do ano anterior, pois com a melhoria nas condições oferecidas, em relação ao local e aos recursos disponibilizados para a realização da formação e com a consulta realizada com os professores, esperávamos inscrever apenas aqueles que tivessem interesse e disponibilidade para participar e a expectativa, neste caso, era de que o número de inscritos seria equivalente ao número de participantes e, se houvesse desistência, seriam poucas, dentro de uma margem aceitável, no entanto não foi isto que aconteceu.

Reconhecemos que houve falha no processo de consulta, pois não foi possível ouvir todos os professores. O tempo foi pouco e os meios que utilizamos não chegaram a todos os educadores. Alguns gestores divulgavam e respondiam às consultas,

¹⁸ O percentual de professores que desistiram e que nunca participaram das formações do Pnaic no ano de 2013 foi de 32%, enquanto que no ano de 2014 esse percentual subiu para 61,5%.

¹⁹ Neste caso percentual de participação elevado em relação não significa, necessariamente, aumento no número de participantes.

informando a relação de professores interessados, outros não fizeram a consulta, justificando não terem tido tempo por estarem envolvidos em outras demandas.

Entendemos, no entanto, que a Secretaria de Educação não pode perder de vista o público que ficou de fora do Pnaic, pois pertence à rede e tem direito a momentos de formação como as desenvolvidas por este Programa. Ou seja, é necessário que se pense em processos formativos para serem direcionados a este público em um formato que lhes dê condições de participar.

A execução do Pnaic demandava altos investimentos no município: aluguel de espaços para realizar a formação, contratação de empresas para fornecer lanches para os professores, dar assistência técnica aos Orientadores de Estudo nos dias da formação; contratação de empresa de ônibus para transportar os Orientadores de Estudo para Caruaru e ficar à disposição deles durante o período de formação; pagamento de ajuda de custo para os Orientadores de Estudo terem condições de se manter no local da formação, entre outras despesas. Ou seja, o Pnaic representa de fato um PACTO estabelecido entre os governos, cuja meta principal é a alfabetização de todas as crianças do ciclo de alfabetização, porém como atingir todas as crianças do ciclo de alfabetização se não atingir todos os professores? Será que o Pacto foi estabelecido também dentro do município? Todos os envolvidos e interessados no processo foram sensibilizados com relação à sua importância?

Apesar de todo esforço e empenho da Secretaria Executiva de Educação e toda a equipe do Pnaic, nacional e municipal, para que o mesmo acontecesse no ano de 2014, de uma maneira mais confortável em relação ao ano de 2013, observamos, no município, um decréscimo nos percentuais de concluintes e, conseqüentemente, o acréscimo nos percentuais de desistentes e dos que nunca compareceram. Esperávamos, como já dito em outro momento, uma maior adesão em 2014, porque o local onde as formações aconteceram neste ano foi mais confortável (salas climatizadas e recursos multimídias). No que tange ao acesso não era muito diferente do local utilizado no ano de 2013. Ambos eram no Centro do Recife e de fácil localização. O que diferenciava eram mesmo as condições físicas do espaço disponibilizado para as formações. No ano de 2013 as salas de aula eram quentes, não eram climatizadas. Os banheiros eram quebrados, alguns nem portas tinham. Os professores se sentiam

desrespeitados como pessoas e profissionais. Diante das mudanças nas condições oferecidas havia a expectativa de que o percentual de participação em 2014 fosse maior, considerando que os professores reclamaram bastante da falta de conforto em relação ao local utilizado em 2013 e que este seria um dos fatores que os fariam desistir de participar em 2014.

O percentual de inscritos passou de 77,4% dos Professores Alfabetizadores da Rede no ano de 2013, para 73,9% dos Professores Alfabetizadores no ano de 2014. Aparentemente não houve grandes mudanças. Considerando apenas o percentual de inscritos, o decréscimo não foi tão grande, embora esse decréscimo no percentual de inscritos não represente, necessariamente, um aspecto negativo. É consequência da consulta realizada aos professores sobre seu interesse e disponibilidade em participar. Lembramos que o objetivo era inscrever apenas os interessados e com disponibilidade. Este processo não foi vivenciado em 2013.

Quando observamos, no entanto, o percentual de concluintes dos dois anos é que entendemos que nossas expectativas não foram atingidas. Como podemos ver na tabela 1, o percentual de Professores Alfabetizadores concluintes passou de 67,9% em 2013, para 38,4% em 2014. O decréscimo no percentual de concluintes elevou, naturalmente, o percentual de desistentes (13,6% em 2013 para 19,2% em 2014) e dos que nunca participaram (18,4% em 2013 para 42,2% em 2014²⁰).

Apesar de cientes da atipicidade do ano de 2014, por conta das greves, paralisações e atos públicos que afetaram diretamente o cronograma de formação do Pnaic, estes percentuais nos levaram a concluir que para realizarmos um processo formativo visando abranger toda a rede de Professores Alfabetizadores, precisaríamos rever a forma como o Pnaic estava sendo estruturado. É certo que outros fatores contribuíram para o não envolvimento de muitos professores nas formações, contudo o dia de sábado apresentou-se como o maior obstáculo para a participação plena desses profissionais. A estratégia da consulta funcionaria apenas como uma estratégia para evitarmos inscrever professores que não tivessem, como já dito, interesse ou disponibilidade, mas não resolveria o problema da participação plena.

²⁰ Esses dados podem ser mais bem visualizados na tabela 1 que se encontra na introdução deste trabalho.

1.3.4 A estruturação do Pnaic na Secretaria Municipal de Educação do Recife

O Pnaic no município do Recife integra as ações do Programa de Letramento do Recife – Proler. Este Programa, criado em 2014, comunga com o objetivo do Pnaic e agrega outros Programas existentes na rede, que compartilham o mesmo objetivo de alfabetizar os estudantes no ciclo de alfabetização.

A Portaria de nº 867/12 diz em seu artigo 14 das obrigações dos municípios com relação à composição da equipe que ficará responsável pelas formações, dizendo que “caberá aos Municípios: V - designar coordenador (es) para se dedicar (em) às ações do Pacto e alocar equipe necessária para a sua gestão, inclusive em suas unidades regionais, se houver” (BRASIL, 2012d).

Desta forma, a Coordenação do Pnaic é compartilhada com alguns integrantes da equipe técnica da DAL e com os Orientadores de Estudo. Nos anos de 2013 e 2014 a composição desta equipe sofreu algumas alterações. No primeiro ano, a equipe de Orientadores de Estudo do Pnaic foi composta inicialmente por 26 Coordenadores Pedagógicos, 32 Técnicos Pedagógicos e 1 Gestor Escolar, totalizando 58 Orientadores de Estudo. Entre os Coordenadores e Técnicos Pedagógicos, havia alguns que acumulavam a função de professores regentes. Alguns desses Orientadores, no entanto, por diversos motivos desistiram da função durante o percurso e o Pnaic/2013 concluiu com 42 Orientadores. Houve desistência, portanto, de 16 Orientadores de Estudo (38% de desistência).

Em 2014, para compor a equipe de Orientadores de Estudo, foi vetada a participação dos Gestores Escolares e dos professores regentes. Os Gestores, devido ao seu afastamento das escolas durante o período de formação. Os professores regentes devido à preocupação com o cumprimento dos dias letivos dos estudantes, pois não havia na rede quadro de professores para substituir esses professores em formação. O quadro de Orientadores de Estudo foi composto então, por: 17 coordenadores pedagógicos, 12 técnicos da antiga Gerência de 1º e 2º ciclos, atual Divisão de Anos Iniciais – DAI - e 11 técnicos de diversas gerências, atualmente denominadas Divisões. Iniciamos 2014 com 40 Orientadores de Estudo e encerramos com 36 (10% de desistência).

Um dos requisitos para ser Orientador de Estudo, constante no documento do Pnaic, em 2012 era “ser professor efetivo da rede pública de ensino que promove a seleção”. Esse requisito, no entanto, gerou alguns problemas para a rede, pois para liberar o/a professor para compor a equipe de Orientadores de Estudo era necessário providenciar substitutos para ele na sala de aula nos dias em que estivessem participando das formações. Essas formações aconteciam durante a semana e duravam em torno de 4 a 5 dias, e tinham uma carga horária diária de 8 horas.

Como já dito, a Secretaria de Educação não contava com um número de professores substitutos em número suficiente para substituir esses professores em suas salas de aula. Contava, neste momento, com a colaboração dos Gestores Escolares e Coordenadores Pedagógicos que se articulavam no dia a dia e assumiam as turmas desses professores, para garantir o cumprimento dos duzentos dias letivos dos estudantes. No entanto, esta situação não poderia perdurar, pois nem todos os Gestores e Coordenadores Pedagógicos estavam dispostos e/ou tinham condições de assumirem por tanto tempo um compromisso como este, diante das suas demandas diárias.

No documento do Pnaic, no ano de 2012, que orientou as ações do Pnaic/2013, constavam as seguintes orientações:

Requisitos para ser Orientador (a) de Estudo

I – ser professor efetivo da rede pública de ensino que promove a seleção;

II – seja formado em Pedagogia ou ter licenciatura;

III – ser professor ou coordenador do ciclo de alfabetizador do ensino fundamental há, no mínimo, três anos ou ter experiência comprovada na formação de Professores Alfabetizadores;

IV – prioritariamente, ter sido tutor do Programa Pró-Letramento;

V – ter disponibilidade para dedicar-se ao curso de formação e à multiplicação junto aos Professores Alfabetizadores (MEC, 2012, p. 1).

Além do problema relatado no parágrafo anterior, tivemos algumas dificuldades no momento da composição da equipe neste primeiro ano, principalmente porque queríamos atender à risca os requisitos exigidos no documento. Encontrar professores da rede que tivessem sido tutores do Pro-Letramento (IV) foi difícil. Só conseguimos 4 (quatro). O Pro-letramento aconteceu no município há aproximadamente 10 anos. Muitos professores ou Coordenadores Pedagógicos que desempenharam essa função

não estavam mais na rede ou não se interessaram pela proposta de participar da equipe de orientadores.

Outra dificuldade foi encontrar professores com disponibilidade para dedicar-se ao curso de formação e à multiplicação junto aos Professores Alfabetizadores. Mesmo sendo liberados para a função, muitos professores tinham vínculos em outras redes e não podiam ausentar-se por 4 a 5 dias para participar das formações, nem tinham disponibilidade para trabalhar nos dias de sábado.

A solução para o impasse foi convidar professores que exerciam a função de técnicos pedagógicos e tinham experiência em formação de professores. Aliás, a Prefeitura do Recife tem uma equipe de técnicos cuja função principal é a formação de professores e essa equipe de técnicos foi convidada para integrar a equipe de orientadores do Pnaic. Não sendo suficiente o número de técnicos, com interesse e disponibilidade para formar o grupo, convidamos também professores que exerciam a função exclusiva de Coordenadores Pedagógicos nas escolas. Entendíamos que era uma forma de potencializar o trabalho desses profissionais considerando seu papel no cotidiano escolar.

Diante da dificuldade apresentada pelos municípios participantes de compor uma equipe, o MEC, no segundo ano de existência do Pnaic (2014), alterou a redação com relação aos critérios que passou a ser a seguinte:

A priorização para seleção dos profissionais que atuarão nesta função deve seguir as diretrizes abaixo, sendo que as prioridades estão listadas em ordem de preferência.

a) Prioridade um: ter atuado como Orientador de Estudo do Pacto 2014 com frequência superior a 75%.

b) Prioridade dois: ter sido Professor Alfabetizador do Pacto 2014 recomendado para certificação e preencher os seguintes requisitos cumulativos:

I - ser profissional do magistério efetivo da rede;

II - ser formado em Pedagogia ou ter Licenciatura;

III - atuar há, no mínimo, três anos nos anos iniciais do ensino fundamental, podendo exercer a função de coordenador pedagógico, e/ou possuir experiência na formação de Professores Alfabetizadores.

c) Prioridade 3: ter sido tutor do Programa Pró-Letramento;

d) Prioridade 4: ser profissional do magistério efetivo da rede e preencher os seguintes requisitos cumulativamente:

I - ser formado em Pedagogia ou ter Licenciatura;

II - atuar há, no mínimo, três anos nos anos iniciais do ensino fundamental, podendo exercer a função de coordenador pedagógico (grifo meu) e/ou possuir experiência na formação de Professores Alfabetizadores. Deve ser considerado o currículo, a experiência e a habilidade didática. Neste caso, será

necessário anexar documento que comprove a experiência do professor. (BRASIL, 2014).

Independente dos critérios estipulados pelo MEC, a composição, a cada ano, do quadro de Orientadores de Estudo não tem sido um processo fácil. As demandas da função, aliadas aos períodos de formação que acontece sempre na cidade de Caruaru, não é atraente para muitos, além de outros entraves que integram o processo: atrasos no início das formações, atraso no pagamento das bolsas do MEC, atraso na ajuda de custo oferecida pela Secretaria de Educação, entre outros.

1.4 As formações no município

As formações do Pnaic no município do Recife tiveram início no ano de 2013 e o primeiro local de formação foram duas escolas públicas estaduais que cederam o espaço para a Prefeitura realizar esta ação. As formações foram desenvolvidas durante 11 encontros, incluindo o Seminário de Socialização de Experiências, com carga horária de 8 horas cada um.

No segundo ano do Pnaic, 2014, as formações aconteceram em um prédio particular, onde funcionava durante a semana uma faculdade. O prédio foi locado pela prefeitura para a realização das formações durante todo o ano. À semelhança de 2013, todos os encontros tiveram carga horária de 8 horas e foram realizados em dias de sábado.

A frequência média dos professores nas formações, no ano de 2013, era de 700 professores, dos 1122 inscritos e no ano de 2014, a frequência média era de 500 professores, dos 1089 inscritos.

A partir do segundo ano do Pnaic, a Secretaria de Educação aumentou a atenção dispensada ao Programa, e, apesar da perceptível baixa participação dos professores nas formações, não deixou de se preparar para receber todos os inscritos. Os espaços alocados e recursos disponibilizados foram sempre calculados tomando como base o número total de inscritos, embora, no decorrer da formação, os gastos fossem adaptados ao número de participantes.

A baixa participação dos Professores Alfabetizadores nessas formações sempre foi a preocupação de toda a equipe. Havia um esforço coletivo para que as formações acontecessem da melhor forma possível. Entendíamos, no entanto, que alguns fatores concorriam para justificar a não adesão dos professores na formação.

Um desses fatores foi o início tardio da formação. A cada ano havia uma expectativa de que o início dessas formações aconteceria no primeiro semestre, entre os meses de abril e maio. No entanto, tanto em 2013 quanto em 2014, ela só veio a acontecer no segundo semestre, especificamente no mês de agosto. A esta altura, entendíamos que a maioria dos professores já estava com sua rotina organizada e, talvez, não estivesse disposto a alterá-la, faltando tão pouco tempo para encerrar o ano.

Outro fator que acreditamos ter contribuído para o afastamento do Professor Alfabetizador do Pnaic foi a quantidade de sábados por mês que eram utilizados para as formações. O atraso no início das mesmas fazia com que muitos sábados fossem agendados para cumprir uma carga horária que deveria ser distribuída entre 10 a 15 encontros. E o complicador era que os encontros teriam que acontecer no mesmo ano. Não poderia passar para outro, para não gerar problemas na liberação de bolsas para os participantes. Com relação às bolsas, a quantidade das mesmas não acompanhava a quantidade de encontros realizados. Por exemplo, em 2013, a carga horária do curso foi de 120 horas, distribuídas entre 10 encontros de formação e os professores receberam 10 bolsas, no valor de R\$ 200,00. No ano de 2014, a carga horária aumentou para 160 horas, o que elevou a quantidade de encontros, de 10 para 13, todavia o valor e a quantidade de bolsas permaneceram os mesmos de 2013.

Apesar de não ser uma determinação, há uma orientação do MEC que as formações aconteçam em dias de sábado para que os dias letivos dos estudantes não sejam prejudicados. Muitos professores, no entanto, não aceitaram ou não tinham disponibilidade para participar de formação nesse dia. Alguns professores, inclusive, verbalizaram durante o período de chamada para participação que não abririam mão dos seus sábados livres, pois trabalhavam, geralmente, durante toda a semana em dois ou mais turnos e necessitavam desse dia para descanso, lazer com a família, resolver problemas pessoais, entre outras coisas.

Enfim, o início tardio das formações, a determinação do sábado como dia de formação, quantidade de sábados utilizados, o valor e a quantidade de bolsas pagas pelo MEC, assim como os atrasos na liberação das mesmas, são fatores que, a nosso ver, podem ter influenciado o professor na sua decisão de participar. Outros elementos também podem ser considerados e analisados, tais como a percepção do Professor Alfabetizador em relação à qualidade da formação, os conteúdos explorados, a capacidade/habilidade dos Orientadores de Estudo, entre outros.

Esses são aspectos que foram observados, analisados e avaliados neste estudo, a fim de que pudéssemos pensar em mudanças possíveis, sempre pensando no aperfeiçoamento do Programa.

1.4.1 O Processo de Inscrição dos Professores Alfabetizadores

A inscrição dos Professores Alfabetizadores no Pnaic é realizada pela Coordenadora Local e são necessárias as seguintes informações: Nº do CPF, e-mail, telefone e turma em que leciona. Ao registrar o número do CPF no Simec, o professor que consta no censo do ano anterior é automaticamente localizado pelo sistema. O professor que não consta no censo do ano anterior não é identificado imediatamente pelo sistema. Para constar no censo é necessário que o professor tenha assumido regência em qualquer sala de aula. Se ele não consta, significa dizer que pode não ter atuado em regência no ano anterior ou pode ser novato na rede. Para que a inscrição desse professor seja efetivada é necessário buscar alguma Portaria que comprove o seu vínculo com a rede de ensino. De qualquer forma, este professor, mesmo inscrito e participando das formações, não terá direito à bolsa paga pelo MEC, pois ela é paga apenas aos professores constantes no censo.

O processo de inscrição dos professores se deu, nos anos de 2013 e 2014, mediante envio pelas escolas da relação de professores que atuavam nas turmas do 1º ao 3º ano. Todos os professores que constavam nas listagens das escolas eram inscritos. No ano de 2014, no entanto, a partir da experiência observada no ano de 2013, quando um número grande de professores inscritos não participou das formações, resolvemos fazer diferente. Organizamos uma consulta prévia aos

professores, através das escolas, quanto ao interesse e à disponibilidade na participação e aqueles que revelaram não ter interesse e disposição em participar não foram inscritos. Algumas gestoras, no entanto, não consultaram os professores e não enviaram as informações solicitadas e isto fez com que muitos professores, que não tinham interesse em participar, fossem inscritos. Após recebermos todas as informações por parte das escolas, organizamos as turmas de estudo e enviamos novamente a planilha para que as gestoras observassem se havia alguma alteração a ser feita, de substituição de professores ou de inclusão de professores e, novamente, consultarem quanto ao interesse na participação. Tivemos problemas com algumas escolas cujas gestoras compartilharam as informações com sua equipe de professores e perdemos a oportunidade de inscrever apenas os interessados na formação.

A inscrição de professores que já sabem de antemão não ter interesse ou disponibilidade para participar do Programa, além de provocar aborrecimentos com os professores, só faz elevar o percentual de evasão e/ou de desistência e passa para o município, estado ou país a ideia de fracasso do Programa. Resta-nos verificar se os motivos que levaram estes professores a não participarem das formações estão relacionados ao Pnaic propriamente dito ou a questões externas ao Programa.

A baixa participação nas formações do Pnaic sinaliza para uma situação que necessita de um olhar mais cuidadoso por parte da Secretaria Municipal de Educação. O Pnaic tem como público alvo a formação dos Professores Alfabetizadores, então: seria interessante analisarmos que orientações pedagógicas estão embasando as práticas do Professor Alfabetizador que decide não participar dessas formações? Há outro/s Programas na rede que estão suprimindo a necessidade de formação desses professores? Que medidas estão ou foram tomadas em relação ao professor que não participa ou que medidas poderão ser tomadas para garantir que o professor que leciona em turmas do ciclo de alfabetização participe de formações destinadas a seu campo de atuação? A atuação do gestor escolar tem sido incisiva neste aspecto? O gestor tem incentivado e facilitado a participação dos professores que lecionam em suas escolas, nas formações do Pnaic?

Pensamos que a baixa participação dos Professores Alfabetizadores nessas formações sinaliza para o fato de que alguns aspectos precisam ser revistos no

desenho do Pnaic, seja a partir do MEC, seja a partir da Secretaria de Educação do município do Recife. Sendo este um Programa, cuja meta principal é a alfabetização de todas as crianças até os 8 anos de idade ao final do 3º ano do ensino fundamental, consideramos imprescindível garantir que todo o professorado que atua no ciclo de alfabetização esteja envolvido no processo.

O fortalecimento, por parte do MEC, do eixo Gestão, Controle e Mobilização Social poderá contribuir bastante, seja propondo estratégias de envolvimento dos Gestores Escolares e Coordenadores Pedagógicos, seja propondo estratégias que ajudem a convencer/conquistar os professores a se engajarem nas formações.

A Secretaria de Educação do Recife, pensando em fortalecer os laços e aproximar-se dos Gestores Escolares e favorecer a comunicação entre eles, criou um e-mail corporativo, o GESTOR EM REDE, e cadastrou todos os gestores, de forma que todos, sem exceção, passassem a receber os comunicados que a Secretaria de Educação envia. Alguns gestores, no entanto, alegando dificuldades com a tecnologia, não criaram o hábito de ler essas informações. Não criaram também uma rotina de repasse dessas informações para os professores. Alguns professores reclamaram desse fato durante as formações. Muitas vezes, os professores têm conhecimento das informações, inclusive as relacionadas ao Pnaic, por meio de colegas que trabalham em outras escolas e que estão participando, no entanto, o período de inscrições para participação no Pnaic é predefinido pelo MEC e algumas vezes quando o professor tem acesso à informação, o período de inscrição já tem sido encerrado e não dá para fazer novas inscrições e este professor fica de fora do processo, mesmo tendo interesse em participar.

No ano de 2013, o sistema reabriu para novas inserções, no entanto, reabriu muito tarde e alguns professores, que haviam iniciado a participação na expectativa da inclusão, acabaram desistindo. No ano de 2014, no entanto, o sistema não reabriu e alguns professores que tinham interesse em participar ficaram de fora. Uns dois ou três participaram como voluntários, mas muitos desistiram. Consideramos isto uma falha do processo. A nosso ver, o processo de inclusão e exclusão dos professores deveria estar sempre disponível.

O encerramento do sistema tem, portanto, se tornado um problema e para evitar isto, logo no início do ano, solicitamos às escolas a relação atualizada de professores que atuam no ciclo de alfabetização na expectativa de, no momento da abertura do sistema para inserção de professores, já estarmos com todas as informações necessárias: CPF, e-mail, telefone, ano de atuação, nome completo. A realidade das escolas, contudo, é muito dinâmica. Uma relação entregue no mês de fevereiro pode estar desatualizada no mês de março e mais ainda no mês de julho, agosto. Ou seja, quando as formações vêm começar de fato, alguns professores inscritos não permanecem na função, mudaram de turma, foram substituídos por outros professores. Muitas dessas alterações não são informadas em tempo.

Quando chega o tempo predeterminado pelo MEC, o sistema fecha. Ele abre tarde e passa pouco tempo disponível para inserção, não dando tempo para novas atualizações das planilhas das escolas. Outro fato que dificulta um pouco mais o processo é o início tardio da formação. A cada ano há uma promessa de que ela terá início logo no começo do ano, porém, tanto no ano de 2013, quanto no ano de 2014, as formações vieram começar, de fato, no segundo semestre. Nesse intervalo entre a inscrição dos professores no sistema e o início de fato das formações, muitas coisas acontecem. Muitos professores, por exemplo, que iniciaram o ano com intenção de participar, desistem. Outros interesses surgiram e os momentos, livres, que antes estavam reservados para o Pnaic, foram preenchidos por outros projetos pessoais e profissionais.

1.4.2 Organização das Turmas de Estudo

De acordo com as orientações/determinações do Pnaic, cada Orientador de Estudo é responsável por uma turma que deve ser composta por 25 a 35 Professores Alfabetizadores. No município do Recife, cada Orientador de estudo tem sua turma, registrada no Simec, com 25 a 35 Professores Alfabetizadores, no entanto, nos dias de formação optamos por realizar o trabalho em dupla. Essa opção foi definida, coletivamente, dentro do município e foi baseada em dois principais motivos. Primeiro por entendermos que desta forma daríamos mais qualidade aos trabalhos em sala de

aula, segundo por uma questão de logística. Não foi fácil encontrarmos no município local que tivesse disponível a quantidade de salas necessárias para desenvolver a formação. No ano de 2013 seriam 58 salas, no ano de 2014 seriam 40 salas. Com o trabalho em dupla utilizamos no ano de 2013, 29 salas e no ano de 2014, 20 salas. Tínhamos também dificuldade em conseguir recursos midiáticos para todas as salas. A dupla de Orientadores de Estudo, no entanto, compartilhava apenas a sala e as dinâmicas de estudo. O registro das atividades era individual, assim como o acompanhamento da prática do Professor Alfabetizador. O trabalho com duplas de formadores já é uma prática antiga da rede desenvolvida em outras formações já realizadas, entre elas o Pro-Letramento. Entendemos que trabalhar em dupla é mais enriquecedor. O encontro fica mais dinâmico e mais produtivo.

Com relação à composição da turma de professores, seguimos a orientação apresentada na página do Simec, de que preferencialmente deve ser por ano (turmas apenas com professores do 1º ou do 2º ou do 3º ou de turmas multisseriadas). Só quando não é possível é que devem ser compostas turmas mistas. Esta situação só deve acontecer em municípios pequenos com número reduzido de professores, o que não é o caso do Recife. A Tabela 3 mostra a quantidade de turmas formadas nos anos de 2013 e 2014, por ano de regência.

Não trabalhamos com turmas multisseriadas. Essa realidade é mais presente em escolas do campo.

Tabela 2 - Quantidade de turmas formadas por ano

TURMAS/ ANO	2013	2014
1º ANO	19	13
2º ANO	18	13
3º ANO	21	14
TOTAL	58	40

Fonte: Elaboração própria.

Decidimos também organizar as turmas de acordo com as escolas, de forma que todos os professores do 1º ano de uma mesma escola tivessem oportunidade de compartilhar uma mesma sala de aula, um mesmo formador. Entendíamos que esta dinâmica favorecia uma aproximação entre os professores de uma mesma escola, pois

durante as formações terão oportunidades de se conhecerem mais e trocarem algumas ideias relacionadas ao planejamento. Terão oportunidade também de fortalecerem os laços de amizade, vínculos que, acreditamos, influenciam bastante nos resultados do trabalho.

1.5 A preparação dos orientadores de estudo para os encontros de formação com os professores alfabetizadores

Para realizarem as formações junto aos Professores Alfabetizadores, os Orientadores de Estudo vivenciam momentos de preparação para o exercício da função, junto com outros Orientadores de Estudo, vindo de diversos municípios de Pernambuco. Esses momentos de preparação são chamados de Seminários e são ministrados por Formadores da IES. Através desses Seminários eles têm acesso às temáticas que serão trabalhadas com os Professores Alfabetizadores.

No ano de 2013, os Orientadores participaram de cinco Seminários, que aconteceram nos seguintes períodos: 20 a 24 de janeiro, 27 a 29 de maio, 12 a 14 de agosto, 02 a 4 de outubro e 18 a 20 de novembro. No ano de 2014 também aconteceram cinco Seminários, nos períodos de: 05 a 08 de maio, 07 a 10 de julho, 11 a 15 de agosto, 7 a 10 de outubro e 01 a 04 de dezembro. Todos os Seminários foram realizados na Faculdade de Filosofia da Cidade de Caruaru (Fafica).

Após o período de formação que vivenciam com os Formadores da IES, nestes seminários, os Orientadores de Estudo reúnem-se com seus pares para planejar o encontro com os Professores Alfabetizadores. Esses encontros de planejamento são realizados às vésperas dos encontros de formação com os Professores Alfabetizadores. Ao sair do Seminário de formação com os formadores do Ceel/UFPE, os Orientadores de Estudo já trazem os planejamentos prontos para serem desenvolvidos junto aos professores, porém, consideramos por bem realizarmos um encontro com os Orientadores de Estudo para alinharmos as formações. A intenção é que todos sigam para o encontro com os professores com um mesmo foco, alinhando com a perspectiva da rede.

No ano de 2013, tínhamos um calendário de reunião para planejamentos e este era feito tomando como base o planejamento construído em sala junto aos formadores do Ceel/UFPE. Já no ano de 2014, com o atraso no início das formações e a demanda de trabalho dos Orientadores de Estudo enquanto Técnicos e Coordenadores Pedagógicos, não foi possível organizar um cronograma de encontros e cumpri-lo. As datas foram agendadas, no entanto, devido a demandas típicas das funções de cada um, nem todos podiam participar, de forma que a unidade nas formações junto aos professores não foi estabelecida. Cada dupla seguia para os encontros com os professores com seus planejamentos particulares. Alguns orientadores se reuniam e pensavam coletivamente, mas não era um planejamento de rede. Este fato ocasionou alguns problemas. Ouvíamos comentários de alguns professores de que as atividades que estavam sendo vivenciadas nas salas eram diferentes umas das outras, porém para aquele momento não havia como fazer diferente. O tempo era escasso. Todos os envolvidos no Pnaic estavam assoberbados de demandas nas demais funções que desempenhavam: técnicos pedagógicos e coordenadores pedagógicos.

Após desenvolvermos um breve histórico em torno da estrutura e funcionamento do Pnaic tanto em âmbito nacional quanto local, no próximo capítulo apresentaremos nossas hipóteses em relação à baixa participação dos Professores Alfabetizadores neste Programa no município do Recife. Em nossa análise, observamos os seguintes eixos: a estruturação do Programa no município do Recife nos anos 2013 e 2014, os fatores que favoreceram (ou não) a decisão do/a Professor Alfabetizador em participar das formações e a avaliação dos Professores Alfabetizadores a respeito desta formação. Para este último eixo, analisamos os seguintes aspectos: conteúdo explorado, recursos didáticos, dinâmicas utilizadas e perfil dos Orientadores de Estudo.

Apresentamos também no segundo capítulo, o referencial teórico e as estratégias metodológicas adotadas para a efetivação do trabalho. Fazemos também a socialização dos dados coletados a partir das pesquisas documentais, das entrevistas junto aos Orientadores de Estudo e dos questionários enviados aos Professores Alfabetizadores via e-mail.

2 O PNAIC E O COMPROMISSO COM A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES

Retomando a história do Pnaic, apresentada no capítulo 1, vimos que é um Programa desenvolvido pelo governo federal em parceria com os estados, municípios e Distrito Federal, com o objetivo de alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. São quatro os eixos de atuação deste Programa: Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, Material Didático, Avaliação, Gestão, Controle e Mobilização. A formação continuada de Professores Alfabetizadores é o principal eixo de atuação do Pnaic, os demais são complementares e estão interligados a este. Os materiais utilizados (livros, jogos, cadernos dos professores) foram produzidos com a assessoria das universidades públicas federais.

A equipe destinada a coordenar as ações do Pnaic no município (Coordenadora Local, Orientadores de Estudos, Técnicos da DAL, entre outras pessoas) não poupou esforços, no ano de 2014, para garantir que as formações acontecessem da melhor forma possível. A luta era para que todos os Professores Alfabetizadores tivessem acesso a ela, no entanto, apesar de todo o investimento por parte desta Secretaria, a participação integral dos professores não aconteceu. Observamos o decréscimo no percentual de participação dos professores no ano de 2013 (67,9%) para o ano de 2014 (38,4%)²¹.

Assumimos como hipótese para o decréscimo no percentual de participação três fatores: a estrutura da formação, tanto a oferecida pelo MEC, quanto a oferecida pela Secretaria de Educação, que comprometeu ou não garantiu a participação dos professores; o processo de divulgação das informações em relação ao Pnaic não foi desenvolvido em prazos adequados; e não houve mobilização suficiente por parte da Secretaria de Educação e das Unidades Educacionais, de forma a envolver ou conquistar os professores para esta ação.

Com relação à estrutura da formação oferecida pelo MEC, nos referimos especificamente a três aspectos: *ao processo de inscrição dos professores*: o sistema

²¹ Consideramos como participantes os professores que concluíram a formação e os que tiveram um percentual de 75% de frequência.

abria para inserção dos professores nos primeiros meses do ano, mas a formação só iniciava no segundo semestre. No intervalo entre o período de inscrição e o início das formações, o quadro de professores das escolas mudava, mas a possibilidade para novas inserções nem sempre era oferecida e quando isto acontecia era em prazos curtíssimos; *ao valor, à quantidade e ao atraso no pagamento das bolsas*: a quantidade e o valor das bolsas pagas aos envolvidos no Pnaic foram o mesmo. Em 2014 e 2015, a quantidade de encontros aumentou de 10 para 13 e 15 respectivamente, porém a quantidade de bolsas pagas aos professores e Orientadores de Estudo permaneceu a mesma paga em 2013, ou seja, 10 bolsas com o mesmo valor. Por parte da Secretaria de Educação Municipal consideramos também três aspectos: o cronograma da formação: de 10 a 15 encontros a serem realizados em curto espaço de tempo, seis meses; o local onde as formações aconteceram (acesso) e as condições de funcionamento deste local. Acreditamos que estes fatores influenciaram positiva ou negativamente a decisão dos professores de participar das formações do Pnaic.

O segundo e o terceiro aspectos que apontamos como determinantes ou influenciadores da decisão de participação por parte dos professores foram os processos de divulgação e mobilização do Pnaic. Entendemos que, talvez, não tenham sido utilizados todos os mecanismos necessários e disponíveis para garantir o acesso às informações a todos. Talvez os/ou alguns atores importantes no processo, como Gestores e Coordenadores, além dos próprios professores, não tenham sido envolvidos da maneira como, a nosso ver, deveriam ter. Acreditamos, portanto, que um bom número de professores não aderiu à formação, por falta de conhecimento da sua existência no período certo, ou seja, antes do fechamento do processo de inscrição.

Pretendíamos, no momento da coleta de dados, buscar elementos, por meio da pesquisa empírica (entrevista feita com os Orientadores de Estudo, formulários para serem respondidos pelos Professores Alfabetizadores, análise de relatórios feitos pelos Orientadores de Estudo após cada encontro de formação), ou seja, pesquisa realizada diretamente com pessoas que mantiveram ligação com o Pnaic no período recortado neste estudo, que comprove, ou não, estas hipóteses a fim de identificarmos os elementos que possam contribuir ou não para o sucesso do Pnaic, sucesso que só poderemos visualizar e atribuir a este Programa a partir do momento em que

garantirmos a participação, se não de todos, mas de um percentual elevado de Professores Alfabetizadores nas formações.

Na seção seguinte apresentaremos a fundamentação teórica do nosso caso de gestão, tomando como base para nosso referencial teórico as contribuições de Paulo Freire (1996, 1997), Tardif (2002) e Maslow (1970 apud REGIS; PORTO, 2006 apud CUTRIN et al., 2013), entre outros. Seleccionamos estes autores por apresentarem em suas obras elementos que nos auxiliarão a discutir ou a pensar a formação de professores, tanto no que se refere à formação inicial quanto à formação continuada, sendo esta última, o foco da nossa pesquisa.

Antes de entrarmos propriamente na fundamentação teórica, achamos por bem fazermos uma busca no que já foi produzido sobre o Pnaic nesses 3 anos de existência (2013 a 2015) a fim de buscarmos elementos que possam enriquecer nossos estudos.

Observamos em nossa pesquisa que, apesar de pouco tempo de existência (2013 a 2015), o Pnaic foi tomado como objeto de estudo de várias pesquisas sendo tema de dissertações, teses e também de vários artigos. Vimos que foram objetos de estudos, entre outros aspectos do Programa, os Cadernos do Professor, a Formação propriamente dita e os Direitos de Aprendizagens. Não é nosso propósito apresentar aqui todas as publicações em torno deste Programa, mesmo porque o tempo e o espaço não permitiriam. Seleccionamos, então, algumas dissertações e artigos, entre tantas que encontramos, apenas para dar uma ideia do que encontramos em nosso percurso.

Os cadernos de formação, por exemplo, foram objetos de estudo da pesquisa intitulada “Análises dos pressupostos de linguagem nos cadernos de formação em Língua Portuguesa do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC” (RESENDE, 2015), pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita - UEPJM. O objetivo desse estudo foi analisar os pressupostos de linguagem, explícitos ou não, nos cadernos de formação. Os cadernos também foram objeto de estudo da dissertação de mestrado intitulada “A formação continuada do Professor Alfabetizador nos cadernos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC” (SOUZA, 2014), pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Consideramos por bem apresentar

esta pesquisa porque os cadernos de formação foram citados nas pesquisas junto aos professores como algo muito positivo nas formações.

O Pnaic foi também tema de artigos, como por exemplo, “O Pacto Nacional pelos Direitos do Professor Alfabetizador: por uma política de responsabilidade e uma docência de responsividade” (LÚCIO, 2013), que trata da permanência, na contemporaneidade, do desafio nacional de formar leitores e escritores e da parceria entre a universidade e a escola pública. Esse artigo contribuiu muito para a minha leitura, enquanto refletia sobre os desafios que o professor enfrenta em seu cotidiano para exercer com competência seu papel e atingir seus objetivos.

Já com relação aos Direitos de Aprendizagens, entre vários estudos pesquisados, destacamos a monografia de Alves (2014) intitulada “Formação Continuada: os Direitos de Aprendizagem no Ciclo de Apresentação” que, entre outros aspectos, apresenta os Direitos de Aprendizagem como guia para o “fazer pedagógico dos docentes envolvidos no ciclo de alfabetização”.

Há muitas outras produções em torno do Pnaic que tratam dessas temáticas já apresentadas e de outras ligadas mais especificamente à proposta de formação do Programa, aos conteúdos trabalhados, entre outros assuntos, porém, como já dito no início, não é propósito desta dissertação esgotar tudo o que já existe de estudo em torno deste Programa; essas produções estão à disposição e são de fácil acesso a quem se interessar por pesquisar. Consideramos, no entanto, importante fazer este resgate, para mostrar que este processo de formação não está passando sem ser visto pela comunidade acadêmica. Com tão pouco tempo de existência, já se configura como uma temática relevante. O nosso propósito, nesta dissertação, é apresentar a experiência do Pnaic no município do Recife. Mostrar os desafios enfrentados para conseguir pôr em execução um Programa deste porte. Acreditamos que muitos municípios se identificarão com a nossa experiência, embora nem todos enfrentem as mesmas condições. Há municípios, por exemplo, que tinham uma quantidade muito pequena de Professores Alfabetizadores em sua rede e que precisavam, por exemplo, de apenas 1 (um) ou 2 (dois) Orientadores de Estudo. Para esses municípios desenvolverem as formações do Pnaic não seria necessária toda a logística que o município do Recife demandava.

Essas produções em torno do Programa serviram como memórias desse processo formativo e vão compor também um conjunto de documentos de avaliação desta Política de Formação. Esperamos também contribuir para a composição desta memória e deste conjunto de documentos de avaliação do Pnaic, ao relatar a experiência do município de Recife, através da percepção do Professor Alfabetizador em torno da estrutura local e nacional do Pnaic, revelando, desta forma, potencialidades e fragilidades do Programa.

Na próxima seção apresentamos a importância do Pnaic como Programa de Formação continuada e também a trajetória metodológica que utilizamos para desenvolver nossos estudos.

2.1 A importância da formação continuada de professores e a contribuição do Pnaic para a construção de uma prática reflexiva

A educação escolar e acadêmica é vista pela sociedade como o caminho para o desenvolvimento da humanidade e, conseqüentemente, para o progresso do país. Porém, para que esta visão seja solidificada, é necessário que o poder público volte seu olhar para todos os que fazem esta educação, especificamente aqueles/as que estão à frente do processo educativo, que são os professores.

É importante que a formação continuada seja concebida como uma oportunidade de oferecer ao/à professor/a muito mais do que a possibilidade de aquisição de conhecimentos específicos relacionados à sua profissão, fazendo com que se torne mais capaz de atender às exigências impostas pela sociedade. Ela pode levar o/a professor “a uma prática crítico-reflexiva, abrangendo a vida cotidiana da escola e os saberes derivados da experiência docente” (SILVA, 2009, p. 4).

Conforme Sousa (2008, p. 42), “ser professor, hoje, significa não somente ensinar determinados conteúdos, mas, sobretudo ser um educador comprometido com as transformações da sociedade, oportunizando aos alunos o exercício dos direitos básicos à cidadania”.

A proposta de formação de professores que o Pnaic apresenta se dá mediante um processo dinâmico de interações e experiências e nesse processo os saberes são

construídos, seja para solucionar os problemas relacionados à sua prática, seja para organizá-la, ou mesmo, para repensá-la. Conforme foi visto no capítulo 1, a dinâmica proposta pelo Pnaic para os momentos de formação favorece o desenvolvimento de uma prática reflexiva por parte dos professores, pois as propostas de intervenção junto aos estudantes não vêm prontas, são construídas conjuntamente nesses momentos de estudo e os professores têm a oportunidade de socializar suas experiências, compartilhando as aprendizagens com outros colegas de profissão.

As atividades consideradas permanentes favorecem também o desenvolvimento de uma prática reflexiva. O resgate da tarefa de casa, por exemplo, é um momento onde os professores compartilham suas vivências e ouvem as avaliações e análises dos colegas; outro exemplo é o momento de planejamento, que sempre é feito na coletividade. Nada é imposto, tudo é construído à luz das discussões teóricas vivenciadas nos momentos de leituras propostos pelo Pnaic, que trazem também contribuições de autores renomados na educação como o Professor Arthur Gomes de Moraes²² e a Professora Telma Ferraz Leal²³ e outros teóricos da educação.

Algumas experiências relatadas nos cadernos de formação do Pnaic foram desenvolvidas por Professores Alfabetizadores que integravam o quadro de efetivos da rede de ensino do Recife e alguns/mas desses/as professores, inclusive, participaram das formações em 2013 e 2014, seja como Professor Alfabetizador, seja como Orientador de Estudo. Uma dessas professoras fazia parte da turma de professores do Recife e foi muito interessante, para os professores desta turma, analisar uma experiência cuja autora estava ali presente. Foi interessante para ela também vivenciar a experiência de ver sua prática ser objeto de estudo de colegas da própria rede onde

²² Professor titular do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, onde atua também no Ceel/UFPE. Tem experiência na área de Educação, dedicando-se, principalmente, aos seguintes temas: psicolinguística, didática da língua portuguesa, alfabetização, formação do professor e psicologia da educação.

²³ Professora da Universidade Federal de Pernambuco, no Centro de Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em ensino e aprendizagem, pesquisando principalmente os seguintes temas: prática pedagógica, produção de textos, leitura, alfabetização, oralidade. É membro do Ceel/UFPE, onde desenvolve atividades de formação de professores, produção e análise de materiais didáticos (livros e jogos) e de propostas curriculares. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE, orientando dissertações e teses no Núcleo de Educação e Linguagem.

atua e também de outras redes de ensino, pois aquele caderno estava sendo utilizado no Brasil inteiro.

As atividades consideradas permanentes também envolvem estudos dirigidos, que são realizados sempre na coletividade, com pequenos grupos, lendo os textos que se encontram nos Cadernos de Formação, discutindo e organizando sínteses para socialização junto ao grande grupo. Além dessas atividades, há também propostas de vídeo debate; análise de situações de sala de aula filmadas ou registradas, os chamados “protocolos”; análise de atividades feitas pelos alunos, análise de relatos de rotinas, de sequências didáticas, projetos didáticos e de planejamentos de aula; análise de recursos didáticos; exposição dialogada; elaboração de instrumento de avaliação e discussão de seus resultados; avaliação da formação. Enfim, há todo um cuidado em garantir que o professor se sinta reconhecido em sua prática como ator principal nesse processo. As experiências do professor são reconhecidas e validadas neste momento.

Diante do exposto, entendemos que a formação continuada é uma das principais estratégias para se alcançar uma educação de qualidade, tendo em vista a insuficiência da formação inicial para atender ao que a sociedade atual impõe e/ou reclama. Nesse contexto, a formação continuada é mais do que importante, é necessária à profissionalização do professor, pois neste momento é oferecida a ele a oportunidade de desenvolver uma reflexão entre a teoria e a prática. Isso vai ao encontro do que afirma Paulo Freire (1996, p. 18): “(...) na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática”.

Trazemos ainda mais uma contribuição de Paulo Freire, que vem corroborar a importância e a necessidade da formação continuada, diante da incompletude humana:

A educação é permanente não por que certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. Mas ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí (FREIRE, 1997, p. 12).

Entendemos que o curso de graduação não garante a formação do professor, pois esta se dá, de fato, no cotidiano da sala de aula, onde ele tem a oportunidade de lidar com dúvidas e vivenciar conflitos. Entendemos também ser muito importante que

seja dada a este professor a oportunidade de discutir com outros profissionais da educação, buscando coletivamente a superação das dificuldades, favorecendo desta forma a troca de experiências e propiciando reflexões aprofundadas sobre a sua prática.

Nesta perspectiva, o Pnaic foi criado com o objetivo específico de “assegurar uma reflexão mais minuciosa sobre o processo de alfabetização e sobre a prática docente, garantindo que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, no final do 3º ano do Ensino Fundamental” (MEC, 2012), porém entendendo que

A formação de docentes é uma tarefa complexa que precisa contar com o esforço conjunto de diferentes segmentos da sociedade. Este Programa do Ministério da Educação se desenvolve em parceria com universidades públicas brasileiras e secretarias de educação. Não há como garantir a efetividade da formação docente sem a participação ativa desses três segmentos. Cada um desses tem funções específicas a fim de garantir o bom andamento do Programa. (Caderno 1. PNAIC, 2013. p. 27).

Compreendemos que a sociedade clama por um ensino de qualidade e por práticas pedagógicas inovadoras, mas para isto precisamos dar oportunidade aos professores de se preparem para atender a essas exigências da sociedade. Uma das alternativas para isso é oportunizar momentos de formação continuada que lhes permitam refletir sobre a sua prática, aprender com os seus pares e, desta forma, conseguirem preparar alunos para o verdadeiro exercício da cidadania. No entanto, esta é uma tarefa complexa e precisa do envolvimento de todos os segmentos da sociedade.

O quarto eixo de atuação do Pnaic, “Gestão, Controle e Mobilização Social”²⁴, diante da complexidade que envolve o compromisso com a formação de Professores e com os resultados de aprendizagem dos estudantes, fala de um arranjo institucional para gerir as ações deste Programa. Neste arranjo institucional estão envolvidos vários segmentos da sociedade, com o propósito de gerir, monitorar e acompanhar as ações do Pnaic, entre eles estão os Conselhos Municipais, Escolares, Organização da Sociedade Civil entre outros.

²⁴ Informações detalhadas sobre este eixo, no artigo 10, da portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, que institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais.

O envolvimento de todos estes segmentos em torno do Pnaic se justifica pelo entendimento de que no âmbito da educação existem problemas que dependem exclusivamente do compromisso do professor no exercício da docência em sala de aula, dentro da escola, em seu cotidiano, mas também existem problemas que precisam de políticas públicas e/ou de um modelo de gestão democrática e compartilhada. A formação continuada está dentro das ações que necessitam de políticas públicas. Esta ação foge do poder do professor que pode até cuidar do seu desenvolvimento profissional de forma individual, mas a formação continuada a qual estamos nos referindo é a formação continuada de rede e/ou em rede.

Segundo Tardif (2000, p. 3),

Tanto em suas bases teóricas quanto em suas consequências práticas, os conhecimentos profissionais são evolutivos e progressivos e necessitam, por conseguinte, uma formação contínua e continuada. Os profissionais devem, assim, autoformar-se e reciclar-se através de diferentes meios, após seus estudos universitários iniciais.

Tardif (2000, p. 13) diz ainda que o trabalho em sala de aula exige dos professores uma “variedade de habilidades ou de competências” e que o professor precisa adquirir “sensibilidade” para perceber, entre outras coisas, “as diferenças entre os alunos” e que esta habilidade é uma das “principais características do trabalho docente”. Diz ainda que “Essa sensibilidade exige do professor um investimento contínuo e a longuíssimo prazo, assim como a disposição de estar constantemente revisando o repertório de saberes adquiridos por meio da experiência”. Este processo de revisão da própria prática não pode ser um trabalho individual do professor, precisa ser realizado na coletividade, nos momentos de formação.

Por essas e tantas outras falas de autores/as renomados ligados à educação, especificamente a temática da formação de professores, concluímos que será impossível atingir uma educação de qualidade se não houver investimento nesses/as profissionais. Investimento, entre outros aspectos, de formação.

Na seção seguinte apresentaremos o percurso metodológico que percorremos com o intuito de buscar elementos para elucidar a problemática a que nos propomos estudar que está relacionada à participação dos Professores Alfabetizadores nas

formações e, desta forma, colher dados para a construção do nosso Plano de Ação Educacional – PAE.

2.2 Trajetória metodológica

A metodologia adotada para a realização deste estudo foi a abordagem qualitativa, especificamente por meio do método estudo de caso. A pesquisa qualitativa, segundo Neves (1996), não se contrapõe totalmente à pesquisa de abordagem quantitativa, “na verdade complementam-se e podem contribuir, para um melhor entendimento do fenômeno estudado”. Nesse sentido, o autor afirma que é comum os pesquisadores procurarem “entender o fenômeno, segundo as perspectivas dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situar sua interpretação dos fenômenos estudados”.

Minayo (1994) diz que as relações entre as abordagens qualitativas e quantitativas demonstram

que as duas metodologias não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projeto; que uma pesquisa qualitativa pode conduzir o investigador à escolha de um problema particular a ser analisado em toda sua complexidade, através de métodos e técnicas qualitativas e vice-versa; que a investigação qualitativa é a que melhor se coaduna ao reconhecimento de situações particulares, grupos específicos e universos simbólicos (apud SILVA, 1998, p. 177).

Os sujeitos da pesquisa foram os Professores Alfabetizadores da Rede Municipal de ensino do Recife, participantes ou não do Pnaic, e os Orientadores/as de Estudo²⁵ que fizeram parte da equipe desde o ano de 2013.

Utilizamos três instrumentos para coleta de dados: (i) entrevista, direcionada aos Orientadores de Estudo e (ii) questionário com questões semiabertas (questões objetivas e subjetivas), direcionado aos Professores Alfabetizadores e (iii) documentos oficiais: portarias, decretos, leis, pesquisas bibliográficas e os relatórios dos Orientadores de Estudo sobre cada encontro realizado.

²⁵ Orientadores de Estudo são profissionais que compõem a equipe técnico pedagógica da rede e que são responsáveis pela formação do Pnaic junto aos Professores Alfabetizadores.

A escolha da entrevista²⁶ para os Orientadores de Estudo se deu em função do número de sujeitos envolvidos e pela rotina de encontros que já está consolidada entre eles. A intenção ao utilizar este recurso é buscar conhecer melhor a experiência dos Orientadores de Estudo no Pnaic e os significados que eles/as atribuem a essa experiência. Utilizamos a entrevista aberta, com questões semiestruturadas.

Optamos pela aplicação do questionário online junto aos Professores também em função do número de sujeitos envolvidos. O objetivo é extrair dos pesquisados respostas que nos ajudem a entender as expectativas dos professores em relação ao Pnaic e os motivos que os levaram a participar ou não das formações. Esperamos também, através das respostas, descobrir aspectos que poderão favorecer uma melhor compreensão do objeto de estudo. Para garantir uma avaliação mais real do Pnaic no formulário (anexo 1) não solicitamos a identificação do professor, mas sim da Unidade Educacional em que ele atua e a turma que leciona.

A pesquisa foi realizada no início do ano letivo de 2016. Para garantir que todos os professores tivessem acesso ao questionário, encaminhamos o link do formulário para o e-mail pessoal e também para o e-mail de todas as escolas da rede, com turmas do ciclo de alfabetização. No entanto, apesar de todo o esforço para que o formulário chegasse às mãos do maior número de professores, alguns entraves apareceram. O primeiro desses entraves foi que, para evitar duplicação de respostas e dar mais veracidade à pesquisa, optamos por marcar a opção “uma resposta por e-mail” no momento da configuração do formulário. Acontece que, desta forma, só teve acesso ao formulário quem tinha conta no Google. Ou seja, o professor que não tivesse conta neste provedor, não poderia responder, a não ser que criasse uma conta naquele momento, para respondê-lo. Ao clicar no link do formulário, o professor, que não tivesse conta no Google, era convidado a criar uma neste provedor. Percebemos que nem todos criaram esta conta e isto comprometeu o número de formulários recebidos.

Um segundo entrave encontrado foi com relação ao período em que a pesquisa foi realizada, pois coincidiu com o período em que a Secretaria de Educação solicitou também aos professores uma avaliação do Pnaic/2015. Acreditamos que foi muita

²⁶ O roteiro das entrevistas realizadas junto aos Orientadores de Estudo consta como anexo nesta dissertação.

informação solicitada no mesmo período e por conta disso alguns/as professores podem ter optado por não responderem ao segundo formulário enviado, no caso, o da avaliação do Pnaic 2013 e 2014.

Um terceiro entrave encontrado foi com relação aos Professores Alfabetizadores que não participaram das formações do Pnaic. Eles também seriam sujeitos da pesquisa e muitos não responderam ao formulário, talvez, por terem entendido que, por não terem participado, não era necessário responder, embora estivesse bem claro na mensagem inicial que buscávamos também sua participação.

Diante dos entraves acima apresentados, e da possibilidade de não conseguirmos dados suficientes para desenvolvermos nossos estudos, foi necessário pensarmos em outras formas de obtê-los.

Para resolvermos o entrave de número 1, relacionado ao acesso dos professores ao formulário, pelo fato do mesmo ser acessível apenas a quem tivesse conta no Google, resolvemos desmarcar a opção “uma resposta por e-mail”. Sem esta opção marcada qualquer professor poderia ter acesso ao formulário e poderia respondê-lo.

Para resolvermos o entrave de número 2, relacionado ao fato de dois formulários com títulos parecidos estarem sendo enviados concomitantemente, optamos por reforçar, via e-mail ou telefone, a diferença entre os objetivos de um e outro formulário e solicitar aos professores que respondessem a ambos, dada a importância de cada um.

Com relação ao entrave 3, relacionado à falta de resposta no formulário dos professores que não participaram das formações, optamos por resgatar um material produzido pelos Orientadores/as de Estudo, antes das formações do Pnaic/2014 terem início. Neste período, entregamos a cada Orientador/a de Estudo a relação de Professores Alfabetizadores que comporiam suas turmas e os dados pessoais desses/as professores (CPF, telefone, e-mail, escola e turma que leciona). Solicitamos que entrassem em contato com os professores que constavam na sua relação para informá-los sobre o início das formações. Era necessário que os professores confirmassem ou não sua participação nas formações. Aos que revelaram não ter interesse e/ou disponibilidade em participar, os Orientadores/as de Estudo deveriam pedir uma justificativa. Todas as respostas foram registradas e é este material que

pretendemos utilizar neste estudo, diante da ausência de participação desses/as professores nos formulários.

Quanto aos relatórios, estes foram produzidos pelos Orientadores de Estudo após cada encontro realizado, por exigência dos Formadores do Pnaic. A entrega desses relatórios era pré-requisito para avaliação dos Orientadores/as de Estudo e consequente certificação no final do curso e também para a liberação das bolsas. Passaram a compor, desta forma, a memória do Pnaic no município e, através deles, teremos acesso a um maior detalhamento em relação ao processo de formação e às avaliações dos Professores e dos Orientadores/as de estudo no final de cada encontro.

A entrevista junto aos Orientadores de Estudo foi realizada no mês de julho. Convidamos 10 Orientadores de Estudo que integravam a equipe desde o primeiro ano do Pnaic. Nas questões propostas procuramos resgatar desses/as profissionais suas opiniões em relação ao Pnaic, enquanto política de formação, quanto ao perfil do Professor Alfabetizador e quanto à estruturação do Pnaic no município.

2.3 Eixos de análise das formações desenvolvidas pelo Pnaic no município do Recife

Diante da amplitude do Pnaic, sentimos a necessidade de estabelecermos alguns eixos sobre os quais concentraremos nossa análise. Temos consciência, no entanto, de que há muitos outros aspectos a serem analisados, porém serão necessários outros estudos para dar conta da gama de possibilidades que existe em torno desse Programa. Por hora, me proponho a me debruçar em torno dos seguintes eixos: a estrutura do Pnaic no município do Recife; os fatores que favoreceram (ou não) a decisão do/a Professor Alfabetizador em participar das formações e a avaliação da formação na perspectiva dos Professores Alfabetizadores e Orientadores de Estudo.

Nas subseções adiante faremos uma breve descrição do que será observado especificamente em cada eixo.

2.3.1 A estrutura do Pnaic no município do Recife

Neste eixo concentraremos nossa análise na estrutura em que o Pnaic se desenvolveu no município, levando em consideração os espaços reservados para as formações, o local, a acessibilidade, as condições físicas dos espaços e os recursos destinados ao desenvolvimento das formações, entre outros aspectos.

Partimos do princípio de que as condições dos ambientes de trabalho mexem com a autoestima e, conseqüentemente, a saúde do/a professor, seja elevando-a, no caso de ambiente confortável, climatizado e com todos os equipamentos necessários para seu bom funcionamento, seja rebaixando-a, no caso de ambientes desconfortáveis, não climatizados e sem os recursos necessários para o bom desenvolvimento da sua prática.

A autoestima, tal como conceituada por Moysés (2004 apud JÚNIOR, 2010, p. 9),

(...) é a percepção que a pessoa tem do seu próprio valor [...]. O sentimento de valor que acompanha essa percepção que temos de nós próprios se constitui na nossa autoestima [...]. Em termos práticos, a autoestima se revela como a disposição que temos para nos ver como pessoas merecedoras de respeito e capazes de enfrentar os desafios básicos da vida.

Pereira (2004 apud JÚNIOR, 2010, p. 11) diz que a autoestima não é um dado definitivo. Ela é “a dimensão da nossa personalidade eminentemente móvel: mais ou menos alta, mais ou menos estável, ela precisa ser alimentada com regularidade”. Ainda segundo Pereira (2004 apud JÚNIOR, 2010, p. 12), “a autoestima pode ser ameaçada por fatores internos, próprios da pessoa, ou por fatores externos, sociais, familiares, reais, imaginários, passageiros, duradouros, etc.”.

Sendo assim, entendemos que um ambiente de trabalho digno, decente, é um dos fatores externos que poderá contribuir para a elevação da autoestima, por que, tal como Moysés (2004 apud JÚNIOR, 2010) falou, o professor vai se perceber valorizado, respeitado e se sentirá “capaz de enfrentar os desafios básicos da vida”. Com a autoestima baixa o/a professor desanimará, passará a desacreditar da sua própria capacidade e, conseqüentemente, adoecerá.

Esteves (1999 apud GONÇALVES, 2010) diz que o adoecimento do professor está relacionado, entre outros fatores, ao ambiente profissional e às deficiências nas condições de trabalho, assim como na insuficiência de recursos materiais:

[...] a falta de recursos generalizada aparece como um dos fatores referidos em diversos trabalhos de investigação. [...] professores que enfrentam com ilusão uma renovação pedagógica de sua atuação nas aulas encontram-se frequentemente, limitados pela falta de material didático necessário e pela carência de recursos para adquiri-los. [...] Quando esta situação se prolonga a médio e longo prazo, costuma-se produzir uma reação de inibição no professor, que acaba aceitando a velha rotina escolar, depois de perder a ilusão de uma mudança em sua prática docente, além de utilização de novos recursos dos quais ele não dispõe (ESTEVES, 1999, p. 48).

Creemos que um profissional com autoestima elevada tem uma postura confiante, tem consciência do seu valor pessoal e profissional e está sempre em busca de novas oportunidades, novas aprendizagens. Já um/a profissional com autoestima rebaixada não tem esta gana de aprender, de ir em busca de novas aprendizagens.

Diante disto entendemos que este é um eixo importante de ser analisado, pois um/a professor consciente do seu valor pode negar-se a participar de um processo formativo onde as condições mínimas de funcionamento e a acessibilidade não estejam garantidas. O nosso objetivo neste eixo é analisar a avaliação que o/a professor fez do Pnaic no município do Recife levando em consideração este aspecto e tentando identificar o quanto esta avaliação influenciou na sua decisão de participar das formações.

2.3.2 Fatores que favoreceram (ou não) a decisão do/a Professor Alfabetizador em participar das formações

Colocamos também como eixo de análise os “Fatores que favoreceram (ou não) a decisão do/a Professor Alfabetizador em participar das formações”. Partimos do seguinte questionamento: se a decisão de participar do Pnaic no município do Recife se deu por meio de adesão e não por obrigação, que fatores levaram estes/as professores a decidirem participar ou não desse Programa? Fomos então à busca das respostas para este questionamento, tentando identificar os fatores que favoreceram as decisões tanto de um grupo de professores quanto de outro grupo. Entendemos que ao

encontrarmos respostas para este questionamento estaremos colhendo elementos para a elaboração de um plano de ação mais atraente, utilizando estratégias que melhor viabilizem o processo e evitando outras que não contribuem efetivamente.

A experiência e o envolvimento no Programa desde o seu início nos ajudou a iniciar a pesquisa já com algumas hipóteses: acreditamos que estejam entre esses fatores: o calendário das formações, os dias de sábado, a qualificação dos Orientadores de Estudo, o valor e os prazos de liberação das bolsas pagas pelo MEC e também as dificuldades do/a professor em relação ao Simec.

Percebemos que estes são aspectos que podem contribuir para o sucesso ou insucesso de uma formação. Sucesso tanto no sentido de melhoria da prática do professor quanto no sentido da participação efetiva nas formações.

2.3.3 Avaliação da formação na perspectiva dos Professores Alfabetizadores e Orientadores de Estudo

O objetivo deste eixo é explorar a avaliação das formações a partir da visão dos Orientadores/as de Estudo e dos Professores Alfabetizadores. Como estes/as profissionais estão concebendo esta formação? Esta formação ofereceu e está oferecendo, de fato, subsídios para a melhoria da sua prática pedagógica? Os conteúdos explorados estão atendendo ao que realmente necessitam para condução da dinâmica em sala de aula de maneira mais apropriada e aprimorada? Em suas opiniões, os caminhos que estão sendo trilhados estão sendo direcionados de fato para o atendimento da meta de “alfabetizar todas as crianças até os 8 anos ao final do 3º ano do ensino fundamental”?

Na seção seguinte faremos uma análise a partir dos dados coletados dos Professores Alfabetizadores, por meio dos formulários, e dos Orientadores de Estudo, por meio das entrevistas e dos relatórios elaborados por estes últimos ao final de cada encontro de formação.

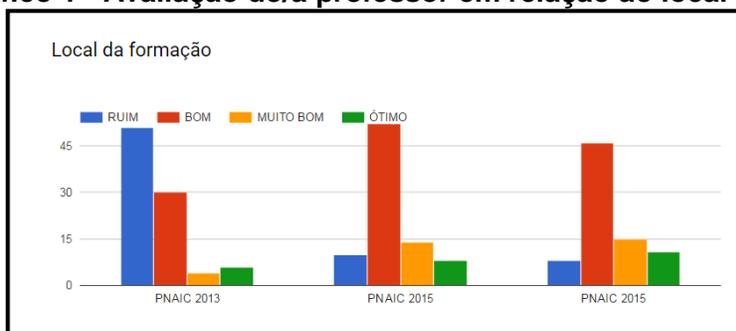
2.4 Análise dos dados coletados

Nas subseções a seguir apresentamos os achados da pesquisa, encontrados após a análise dos formulários respondidos pelos Professores Alfabetizadores, da entrevista com os Orientadores de Estudo e da análise documental, especificamente dos relatórios dos Orientadores de Estudo sobre cada encontro realizado, considerando os eixos de análise apresentados na seção anterior. Recebemos um total de 100²⁷ formulários respondidos por Professores Alfabetizadores e realizamos 10 entrevistas com Orientadores de Estudo do Pnaic, que fizeram parte da equipe nos anos de 2013 e 2014.

2.4.1 A estrutura do Pnaic no município do Recife

Iniciamos a análise dos dados relacionados à estrutura do Pnaic no município do Recife buscando identificar, nas respostas dos Professores Alfabetizadores e Orientadores/as de Estudo, suas opiniões em relação aos locais onde as formações do Pnaic aconteceram nos anos 2013 e 2014, e também em relação às condições das salas de aula utilizadas para o desenvolvimento das formações. Os gráficos 1 e 2, mostrados mais adiante, revelam o resultado da pesquisa em relação a esses dois aspectos. O gráfico 1, por exemplo, mostra a opinião dos professores em relação aos locais de formação utilizados nos anos de 2013, 2014 e 2015.

Gráfico 1 - Avaliação do/a professor em relação ao local da formação



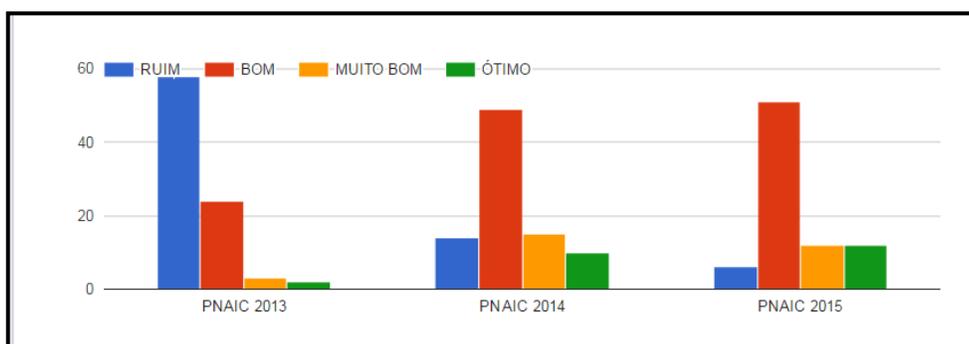
Fonte: Dados produzidos pela autora a partir dos questionários.

²⁷ Dos 100 Professores Alfabetizadores que responderam ao formulário, 10 (10%) não participaram das formações.

Podemos ver, analisando o gráfico 1, a diferença entre a avaliação feita do local utilizado em 2013 e dos locais utilizados nos dois anos seguintes (2014 e 2015²⁸). Em 2013, por exemplo, este item foi avaliado como RUIM por mais de 50% dos professores que participaram da pesquisa (Podemos ver nos comentários que serão postados mais adiante o que foi considerado pelos Professores Alfabetizadores, no momento da avaliação). Neste mesmo gráfico podemos ver que a desaprovação quanto ao local utilizado para as formações em 2014 baixou para aproximadamente 10% e em 2015 para menos de 10%. Acreditamos que esta mudança de opinião se deva às intervenções feitas pela Secretaria de Educação, nos anos de 2014 e 2015, no sentido de melhorar as condições oferecidas aos professores nestes momentos de formação.

A definição do local de formação do Pnaic, em 2014 e 2015, foi feita mediante um processo de escolha bem criterioso, visando evitar os problemas vivenciados no ano de 2013. Foram observados aspectos como: climatização, acessibilidade, tamanhos das salas, localização, proximidades de restaurantes, pontos de ônibus e estacionamentos nas proximidades, quantidade e condições dos banheiros, entre outros aspectos. Foi contratada também uma equipe de apoio logístico, para ficar atenta às questões ligadas à tecnologia e também à manutenção dos espaços, deixando-os em condições de uso.

Gráfico 2 - Avaliação do/a professor em relação a condições da sala de aula (espaço e climatização)



Fonte: Dados produzidos pela autora a partir dos questionários.

²⁸ O Pnaic 2015 não é objeto de estudo deste trabalho, no entanto, no momento da realização da pesquisa decidimos ampliar a avaliação e abranger os três anos de existência do Pnaic, considerando que as formações do Pnaic neste ano já se encontravam em fase de encerramento, de forma que eventualmente aparecerão nos gráficos informações relacionadas a este ano.

O gráfico 2 revela a avaliação do professor em relação às condições da sala de aula onde as formações aconteceram e também neste aspecto podemos perceber a diferença da avaliação do ano de 2013 para os demais anos. Aproximadamente 60% dos professores que participaram da pesquisa avaliaram as condições das salas onde as formações aconteceram no ano de 2013, como RUIM. Em 2014 podemos perceber que a desaprovação baixou para aproximadamente 15% e em 2015 para menos de 10%. Como já foi dito, acreditamos que essa avaliação positiva tenha sido consequência da intervenção da Secretaria de Educação, no sentido de oferecer, como já dito, um ambiente mais confortável para os Professores e Orientadores de Estudo.

A Organização Internacional do Trabalho (1984) definiu as condições de trabalho do professor em reconhecimento ao seu papel na sociedade e a sua responsabilidade no preparo do cidadão para a vida, por isto consideramos importante analisar esses dois aspectos: as condições do local e da sala de formação. Entendemos que, quando o professor está satisfeito com as condições de trabalho, ele se sente respeitado e motivado a participar. Acreditamos que se no início das formações tivessem sido oferecidos ambientes confortáveis de estudo aos professores, os resultados de participação seriam diferentes do que temos.

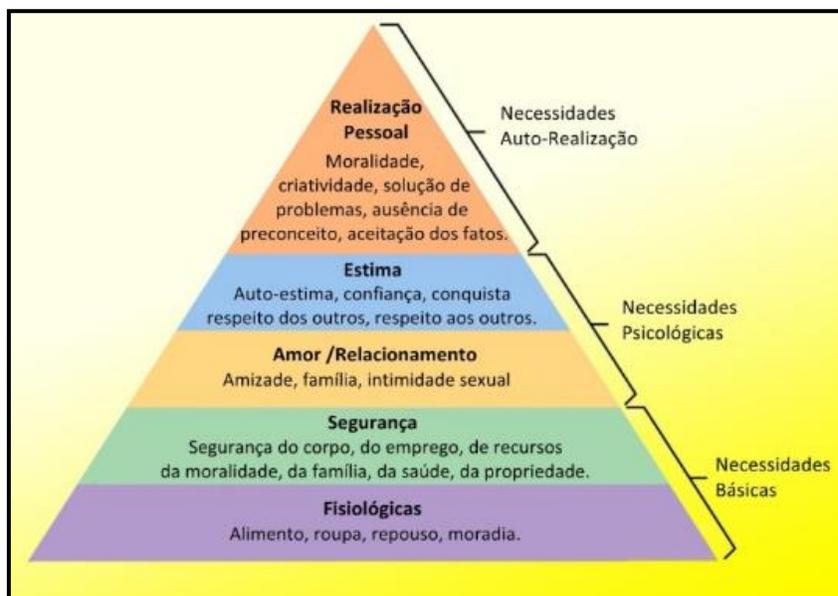
Só lembrando, em 2013 as formações do Pnaic aconteceram em duas escolas estaduais situadas no centro do Recife. Em 2014 as formações aconteceram em dois prédios particulares, pertencentes a duas faculdades particulares do Recife e em 2015 aconteceram em um prédio, também particular, onde funciona um colégio, situado também no centro do Recife.

Um dos comentários extraído do formulário reforça a avaliação negativa do/a Professor Alfabetizador em relação ao local e às condições de estudo do Pnaic em seu primeiro ano de funcionamento e nos anos seguintes:

Em 2013 a formação foi no centro do Recife, esqueci o nome da escola, mas ficava próxima ao Parque 13 de maio. Não tinha ventilador adequado, quanto mais ar condicionado, banheiros sujos e sem papel higiênico, falta de segurança (muitos trombadinhas ao redor do prédio, uns chegaram até a entrar). Sim, água, vários encontros que passávamos sem beber porque não tinha e quando tinha não dava para todos. Lanche insuficiente para todos e teve dias que nada de lanche. Mas deu pra sobreviver. (C.M.A.F.V. 2016).

Podemos ver, a partir desse comentário e de outros que seguem mais adiante, que questões básicas de conforto e segurança não foram observadas no momento da locação dos espaços de formação no ano de 2013 e sobre este aspecto fomos buscar apoio em Maslow, especificamente na Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas. Para Maslow (1970 apud REGIS; PORTO, 2006 apud CUTRIN et al., 2013), esses aspectos (conforto e segurança) figuram no nível das necessidades básicas do ser humano, classificadas por ele em 5 níveis e mostrada através da Pirâmide das necessidades, como podemos ver na figura 2.

Figura 2. Pirâmide de Maslow (1970)



Fonte: Disponível em: <<http://www.dicasdeescrita.com.br/ficcao/criacao-de-personagem-piramide-de-maslow/>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

Segundo Maslow, se um indivíduo não tem suas necessidades básicas atendidas, não poderá se concentrar nas necessidades superiores ligadas à realização integral do indivíduo.

A pirâmide de Maslow (figura 2) apresenta as necessidades humanas de maneira hierárquica. Na base da pirâmide figuram as necessidades mais básicas, tais como: as necessidades fisiológicas (alimentar-se, vestir-se, repousar e morar) e as necessidades de segurança (do corpo, do emprego, de recursos, da moralidade, da

família, da saúde e da propriedade). No topo da pirâmide figuram as necessidades de autorrealização que, segundo Maslow, só serão atingidas depois que as necessidades básicas forem atendidas. São consideradas necessidades ligadas à autorrealização: moralidade, criatividade, solução de problemas, ausência de preconceitos e aceitação dos fatos.

Regis e Porto (2006 apud CUTRIN et al., 2013) dizem sobre a teoria de Maslow que ele

(...) baseou sua teoria da motivação humana na hierarquia das necessidades humanas básicas que parte do princípio de que todo ser humano tem necessidades comuns que motivam seu comportamento no sentido de satisfazê-las. Nessa teoria Maslow classifica, hierarquicamente, as necessidades em cinco níveis: 1- necessidades básicas ou fisiológicas - aquelas que estão diretamente relacionadas à existência e a sobrevivência do ser humano, elas são primordiais, se referem às necessidades biológicas do indivíduo; 2- necessidades de segurança - são as necessidades ligadas à proteção individual contra perigos e ameaças; 3- necessidades sociais - tem haver com vida em sociedade, incluindo necessidades de convívio, amizade, respeito amor, lazer e participação. São as necessidades de convívio social referindo as necessidades de afeto das pessoas; 4- necessidades do ego (estima): tem relação com a autossatisfação, são as necessidades de independência, apreciação, dignidade, reconhecimento, igualdade subjetiva, respeito e oportunidades; 5- necessidades de autorrealização - expressam o mais alto nível das necessidades estando diretamente relacionadas à realização integral do indivíduo. Neste grupo estão as necessidades de utilização plena das potencialidades, de capacidade e da existência de ideologias.

Entendemos, então, à luz da teoria de Maslow que o descontentamento dos professores em relação ao desconforto do local onde as formações aconteceram no ano de 2013 influenciou o percentual de participação no Pnaic no ano de 2014. Muitos professores sequer voltaram em 2014 para conhecer os novos espaços. Para eles as lembranças relacionadas ao Pnaic 2013 continuavam fortes em suas memórias e isto fez com que não se motivassem a participar novamente. Um determinado dia entrou na sala da DAL uma professora que havia participado do Pnaic em 2013 e, ao ser questionada sobre sua participação em 2014, ela disse que não participaria, pois não seria submetida a situações tão vexatórias quanto foi em 2013. Conversamos com ela sobre as mudanças que estavam sendo preparadas para 2014, porém ela se mostrou irredutível e perguntou: até quando? Será que no meio do processo não vão mudar

para outro local desconfortável? Acreditamos que, tal como esta professora, outros não tenham voltado por conta dessa preocupação.

A professora da Escola M. G. M.A, por exemplo, expôs a sua indignação no seguinte comentário: “Em 2013 a estrutura do local onde ocorreram as formações foi horrível, salas quentes, banheiros entupidos e pouco higiênicos” (E.M.G.M.A. 2016).

Encontramos sinais de insatisfação dos professores em relação ao local das formações de 2013 também nos relatórios dos Orientadores de Estudo.

Não sentimos nada negativo em relação ao conteúdo, método, etc., entretanto, há uma tristeza das professoras em relação à infraestrutura que continua apresentando os mesmos problemas como falta de água, copos, sabão e papel higiênico e, em determinados momentos, o fato de a formação ocorrer num ambiente escolar onde elas já passam a semana inteira e a forma de distribuição ou falta de lanche (Orientadora de Estudo. E.M. Relatório do Encontro 3. Set. 2013).

Podemos ver neste trecho do relatório que a avaliação em relação ao conteúdo e ao método utilizado nas formações não foi negativa, mas sim em relação ao local (estrutura física) onde as formações aconteceram.

O “ambiente escolar” a qual a Orientadora de Estudo está se referindo são as duas Escolas Estaduais, onde as formações do Pnaic aconteceram no ano de 2013. Essas escolas públicas estaduais oferecem, geralmente, as mesmas estruturas das escolas públicas municipais, ambiente já comum aos professores. Ou seja, isto revela um grau de saturação dos professores em relação ao ambiente escolar, comum no dia a dia e, talvez, tivessem outras expectativas em relação ao local das formações. Era costume a rede desenvolver as formações dos professores em locais como Centros de Convenções, Universidade Federal ou mesmo na Efaer, espaço próprio de formação pertencente à Prefeitura do Recife.

Já em 2014, segundo ano do Pnaic, os comentários dos professores sinalizam um pouco de satisfação em relação ao local onde as formações aconteceram, pelo menos no que diz respeito às condições físicas. Neste ano foram realizados 11 encontros, que aconteceram em prédios particulares, pertencentes a duas faculdades do Recife. Até o 8º encontro, as formações aconteceram em uma instituição localizada no Centro do Recife, o 9º e 10º encontros aconteceram em outro prédio particular,

também pertencente a uma faculdade particular, porém a sua localização era mais afastada do centro do Recife e o último encontro, o 11º, aconteceu na Efaer.

O processo de mudança de localidade, principalmente onde aconteceu o 9º e o 10º encontros, foi bem conflituoso. Os professores reclamaram bastante, principalmente da distância desse segundo local de formação. Era, no entanto, um espaço belíssimo. Estrutura física excelente, arborizado, no entanto, do ponto de ônibus mais próximo até a faculdade propriamente dita tinha um percurso de difícil acesso, principalmente para quem não fosse de transporte particular. Ônibus não tinha acesso. Os professores teriam que seguir andando e o caminho era ladeirozo. A mudança infelizmente foi necessária. A faculdade, onde aconteceram os primeiros encontros, havia informado antecipadamente quanto à falta de disponibilidade dos seus espaços nas datas previstas para os últimos encontros, porém, havia da nossa parte expectativas positivas de que esta situação mudasse, coisa que não aconteceu e tivemos que ir à busca de outro espaço para concluirmos as atividades do Pnaic 2014. O único espaço, com as condições necessárias para desenvolver essa formação, atendendo o quantitativo de pessoas envolvidas, foi este. Outros espaços havia, porém não tinham disponibilidade para as datas solicitadas.

O comentário a seguir mostra bem este processo. A professora começa analisando o local da formação utilizado em 2013, falando positivamente em relação ao acesso e negativamente em relação às condições físicas; depois ela registra sua opinião em relação ao processo de mudança vivenciado no ano de 2014.

No ano de 2013 o local escolhido enquanto distância foi muito bom, mas em relação às condições físicas deixou muito a desejar, pelo fato das salas serem quentes, não dispor de acústica acessível à apreensão das explicações, ventiladores barulhentos, mesmo os formadores se esforçando ao máximo, mostrando domínio dos conteúdos, promovendo debates riquíssimos, não foi agradável; o calor era insuportável. Os entraves de 2014 foram complicados pelo fato dos locais escolhidos não serem acessíveis, não só pelo deslocamento, como também a disponibilidade de restaurantes, mas em compensação a estrutura física atendeu as expectativas reivindicadas nas avaliações anteriores, pelo fato de dispormos de salas climatizadas; acústicas acessíveis à explanação dos conhecimentos, facilitando a compreensão e registro (E.M.P.J. O).

A professora da Escola M.L.B também fala do seu descontentamento em relação ao local onde as formações aconteceram em 2014 e reforça que o problema foi

mais relacionado à localização do espaço do que propriamente às suas condições que, como ela mesma diz, foi ideal (o primeiro) e agradável (o segundo).

Em 2013 o local onde estávamos não era adequado, sem climatização, longe de restaurantes. Carteiras, piso e paredes quebradas. Em 2014 passamos por dois locais, o primeiro era o ideal, mas não permanecemos por muito tempo, mudamos para outro que apesar de ser um lugar muito agradável tinha dois problemas cruciais, difícil acesso e sem restaurantes por perto. (E.M.L.B, 2016).

Enfim, este comentário só confirma o que foi dito anteriormente com relação aos espaços utilizados para as formações em 2014, ou seja, que a avaliação foi positiva, porém a mudança de local, exatamente no 9º encontro, desagradou os professores. E foi uma mudança que não foi anunciada em tempo porque até o último momento havia a expectativa de a faculdade, onde os encontros já estavam acontecendo, nos ceder o espaço e continuarmos lá. Infelizmente, não foi o que aconteceu.

Concordamos com Gasparini et al. (2005, p. 192), quando diz que

As condições de trabalho, ou seja, as circunstâncias sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção escolar podem gerar sobre-esforço ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas.

Entendemos com isto que a preparação de uma formação não envolve apenas a escolha dos conteúdos ou dos formadores, precisamos atentar para as condições físicas, estruturais do local onde essas formações acontecerão. Conforto, acessibilidade, climatização, entre outros aspectos, precisam ser observados no momento da definição do espaço de formação. Uma das professoras em seu comentário chamou atenção para o seguinte: “Temos espaços mais estruturados que poderiam ser utilizados, com estruturas mais confortáveis” (E.M.P.J.O. 2016).

Esta professora está se referindo a Efaer, espaço pertencente à Prefeitura do Recife que foi construído especialmente para realizar as formações dos professores da rede. Realmente é um local excelente, e a maioria das formações oferecidas pela Secretaria de Educação ocorre neste espaço. Acontece, no entanto, que a Efaer conta em sua estrutura com apenas 6 salas de aulas que têm capacidade para, no máximo, 40 professores cada. Este é um número muito pequeno para o desenvolvimento das

formações do Pnaic, que precisa de, no mínimo 20 salas de aula, com capacidade para, pelo menos, 50 professores. Diante dos números que envolvem o Pnaic (número de Professores Alfabetizadores, carga horária da formação), se a Efaer for tomada como espaço para a realização das formações desse Programa, não haverá disponibilidade desse espaço para o desenvolvimento de outras formações, pois as formações do Pnaic ocuparão este espaço por quase toda a semana, para conseguir concluir uma unidade de estudo, atendendo a todos os Professores Alfabetizadores inscritos.

2.4.2 Os fatores que favoreceram (ou não) a decisão do/a Professor Alfabetizador em participar das formações

Na seção anterior tivemos acesso à percepção do professor em relação à estrutura do Pnaic no município do Recife, especificamente ao local onde as formações aconteceram e as condições físicas da sala de aula. Nesta seção vamos buscar elementos para identificar quais foram os fatores que favoreceram (ou não) a sua decisão de participar das formações.

Apesar do desagrado em relação à infraestrutura e ao local onde as formações do Pnaic aconteceram em 2013, tivemos neste ano um percentual de participação (67,9%) superior ao percentual de participação em 2014 (38,4%), quando as condições, em termos gerais, foram melhores. Sentimo-nos, então, impulsionados a investigar os fatores que provocaram a queda no percentual de participação, pois se entendemos que as questões ligadas à infraestrutura afetaram a decisão do professor em participar das formações do Pnaic em 2013, e se em 2014 observamos criteriosamente os espaços de formação, buscando oferecer maior conforto aos professores, por que a queda no percentual de participação neste ano? Que fatores, além da infraestrutura, influenciaram a decisão desses/as professores em participar? Seria algo de fórum íntimo ou algo externo? Na busca por estes fatores, tentaremos também identificar o perfil dos Professores Alfabetizadores participantes a fim de identificar o que os motivaram.

Responderam ao formulário 100²⁹ Professores Alfabetizadores. Desses, 98% é do sexo feminino. 48,4% encontram-se na faixa etária de 40 a 49 anos e 26,4% na faixa etária de 30 a 39 anos. Ou seja, 74,8% dos professores que decidiram participar das formações pertencem à faixa etária de 30 a 50 anos. A primeira leitura que fazemos desta informação é que, talvez, os professores mais jovens pertencentes à faixa etária de 18 a 29 anos (7,7% dos pesquisados pertencem a esta faixa etária) não tenham sido atraídos pela proposta do Pnaic ou estivessem entre os que estavam dando continuidade à sua formação acadêmica, participando de algum curso de pós-graduação nos dias de sábado. Quanto aos professores que estão acima da faixa etária de 50 anos (2,2% dos pesquisados pertencem a esta faixa etária) talvez estivessem desestimulados em participar por conta da proximidade da aposentadoria. De qualquer forma não fizemos nenhuma pergunta específica sobre isto no formulário, portanto não temos respostas precisas para estes aspectos.

Quanto ao tempo de regência em sala de aula, a maior concentração de respostas está no grupo que tem entre 10 a 19 anos de regência, que foi de 42,5% dos pesquisados. Com relação à formação acadêmica, 81,5% dos que responderam a pesquisa têm pós-graduação (lato sensu), 5,4% têm mestrado. Observamos que, neste grupo, ainda temos um percentual de 2,2% com apenas o Magistério do Ensino Médio. Os demais têm graduação em Pedagogia. Como podemos observar há um percentual elevado de professores com pós-graduação (lato sensu). Isto se deve, talvez, ao fato da Prefeitura, no intuito de atender à exigência da LDB/96, oferecer regularmente aos professores a oportunidade de realizar pós-graduação (lato sensu) em várias temáticas relacionadas à educação: Educação Inclusiva, Coordenação Pedagógica, Gestão Escolar, Tecnologia, Música, entre outras, em parceria com IES públicas e particulares.

Moran et al. (2000, p. 14) falam das variáveis que envolvem o ensino de qualidade e entre elas estão: infraestrutura adequada, atualizada, confortável; tecnologias acessíveis, disponíveis e adequadas; profissionais preparados intelectual e emocionalmente e com boa remuneração; condições de trabalho adequadas; tempo para pesquisa e estudo, entre outras variáveis. Apresenta também o conceito de

²⁹ Dos 100 Professores Alfabetizadores que responderam ao formulário, 10 (10%) não participaram das formações.

professor como orientador/mediador intelectual, emocional, gerencial, comunicacional e ético. Segundo Moran (2004 apud KRAHE et al., 2006, p. 4), este professor é ativo, pois “aprende com a prática e a pesquisa e ensina a partir do que aprende”. Para este professor a tríade pesquisar-ensinar-aprender é uma fonte de realização. Ainda de acordo com Moran (2004), o professor como “Orientador/mediador gerencial e comunicacional” é aquele que planeja e desenvolve diferentes metodologias de ensino, buscando sempre utilizar diferentes meios e dinâmicas, tais como pesquisas, grupos de trabalho, avaliação etc. em sua prática cotidiana.

Este professor é capaz de gerir sua própria formação profissional e pessoal, independente das circunstâncias. Ele busca o aperfeiçoamento e visualiza as benesses da constante atualização. Segundo Perrenoud (1999), “gerir sua própria formação contínua” está entre as 10 competências que estão ligadas à transformação do ofício de professor. As demais competências são: organizar e animar as situações de aprendizagem; gerir o progresso das aprendizagens; conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; envolver os alunos nas suas aprendizagens e no seu trabalho; trabalhar em equipe; participar da gestão da escola; informar e envolver os pais; servir-se de novas tecnologias; enfrentar os deveres e dilemas éticos da profissão (PERRENOUD, 1999)³⁰.

Nos relatórios dos encontros e entrevista com os Orientadores, identificamos muitos traços desse professor “Orientador/mediador gerencial e comunicacional”, apresentado por Moran et al. (2000) e desse professor que gere sua própria formação, apresentado por Perrenoud (1999). No relatório do Pnaic 2013 (modelo em anexo), no item que questiona sobre “(...) as maiores surpresas no desenrolar dos encontros” uma das Orientadoras respondeu: “A receptividade das professoras pelo PACTO, o interesse em produzir/estudar para melhorar sua prática pedagógica, o trabalho em sala de aula” (Orientadora de Estudo R.M. Relatório do Encontro 3, 2013).

Em outro relato podemos ver mais claramente a descrição do perfil do professor participante:

O grupo de Professores alfabetizadores é bastante participativo e crítico, tornando o nosso primeiro encontro bastante dinâmico. O momento mais significativo e mais apreciado por todos foi à análise das atividades e

³⁰ Encontra-se em anexo um inventário mais detalhado dessas competências.

instrumentos de avaliação. Este momento prático de relacioná-los aos Direitos de Aprendizagem foi muito interessante, pois os Professores relataram o quanto é importante esse exercício para a efetivação coerente do planejamento para o ano em que atuam. Ainda, expuseram que estavam “com sede” de formação nesse formato, em que teoria e prática são compartilhadas. Demonstraram maior interesse na produção das sequências didáticas, utilizando os livros paradidáticos. (Orientadora de Estudo. M.V. Relatório do encontro 1, 2013).

No momento da entrevista também solicitamos que os Orientadores de Estudo traçassem o perfil dos professores participantes do Pnaic nos anos 2013 e 2014 e obtivemos as seguintes respostas:

Em 2013 o grupo era formado por professoras bem interessadas, atuantes e de um excelente convívio. Estavam sempre abertas aos diálogos e as atividades de trabalho propostas nas Formações. Sempre tinham interesse em expor nas Formações os trabalhos realizados em sala com os alunos; já em 2014 o grupo tinha outro perfil. Tranquilas, gostavam de diálogos, mas levou tempo para que despertassem o interesse e a vontade em realizar as apresentações. O convívio do grupo também era muito bom em ambas às turmas e isso favoreceu o andamento das atividades do PNAIC. (Entrevista. OE1).

No momento da montagem das turmas, alguns/mas Orientadores/as de Estudo solicitavam que mantivéssemos a mesma organização do ano anterior, pois alegavam que já haviam criado vínculos com a turma e poderiam dar continuidade ao processo já iniciado. Alegavam também que teriam menos problemas relacionados à adaptação. Acontece, no entanto, que nem sempre era possível manter a mesma organização, pois de um ano para outro o quadro de Professores Alfabetizadores de uma escola sempre mudava. Alguns/mas professores mudavam de função, outros mudavam de turmas e às vezes até saíam do ciclo de alfabetização. Como o Pnaic no município do Recife é organizado de acordo com as turmas, um professor que participou da formação no ano de 2013, em uma turma de 1º ano e em 2014 passou a lecionar em uma turma de 2º ano, certamente seria colocado em uma turma de professores de 2º ano, pois o objetivo era que ele trocasse ideias com seus pares no Pnaic. Ou seja, a turma e o/a Orientador/a não seriam os/as mesmos/as.

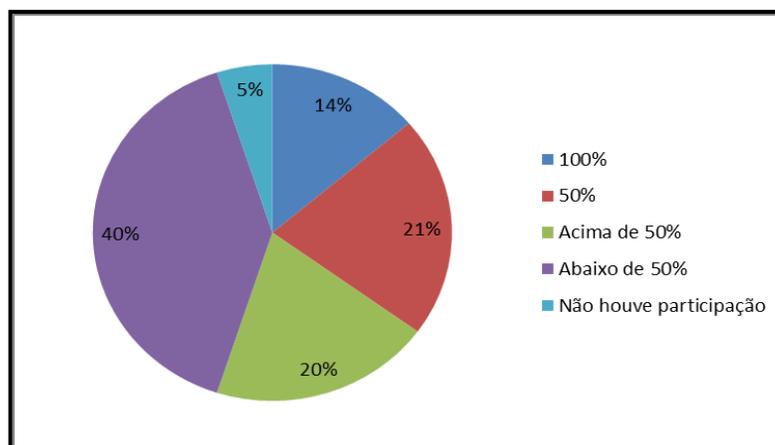
A Orientadora 3 não fez comparações entre as turmas do ano anterior e a atual. Pelo contrário falou da participação, do interesse, do envolvimento, entre outras coisas. Acreditamos então que a situação vivenciada pela Orientadora 1 não foi comum a todos os Orientadores de Estudo.

A turma sempre participativa, interessada, tivemos ótimos relatos de vivências das cursistas, trabalhos belíssimos foram desenvolvidos em sala de aula através de jogos criados pelos cursistas, aulas inovadoras, com uso de tecnologia etc., inclusive os Professores puderam notar um maior desempenho dos alunos em suas avaliações (Entrevista. OE3).

Apesar da expectativa positiva dos Orientadores/as de Estudo com relação ao perfil do professor participante do Pnaic, muitos deles deixaram de participar em 2014 e 2015. Interessávamo-nos, então, por descobrir o que influenciou a decisão desses professores de participar ou não das formações. Aproveitamos o ensejo do questionário e solicitamos dos professores informações a respeito do quantitativo de professores de suas escolas que aderiram à formação. Inserimos, então, no formulário questões voltadas para este aspecto. Iniciamos questionando aos professores sobre a quantidade de professores de suas escolas que participaram dessas formações nos dois primeiros anos de existência do Programa. Eles tinham entre as alternativas de respostas: 100%; 50%; acima de 50%; abaixo de 50%; ninguém participou.

O gráfico 3 revela que apenas 14% das escolas conseguiram envolver todos os professores nas formações do Pnaic e 40% tiveram menos da metade dos professores participando das formações. Entendemos então que, em termos de participação e envolvimento, o município do Recife não atingiu seus objetivos nesses dois primeiros anos. Apesar da proposta de adesão, a expectativa era que, se não todos, mas uma parcela bem significativa de professores participasse. O que o gráfico 3 revela, no entanto, é que muitos professores ficaram de fora deste processo.

Gráfico 3 - A escola e a participação dos Professores Alfabetizadores no Pnaic



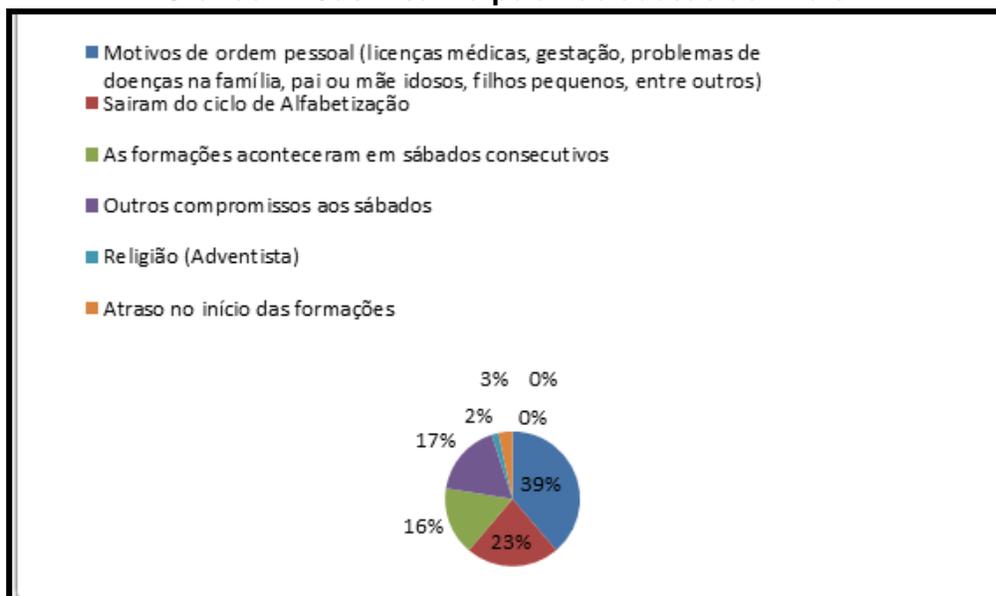
Fonte: Dados produzidos pela autora a partir dos questionários.

Fomos, então, em busca dos motivos que levaram os professores a não participar das formações. Não conseguimos, no entanto, como já dito essas informações por meio do formulário, pois o percentual de professores não participantes que responderam a esta pesquisa foi mínimo (10%). Acreditamos que entenderam não ser público alvo desta pesquisa, apesar de termos enviado uma mensagem de apresentação ressaltando a importância de todos responderem ao questionário, tendo participado ou não das formações. Decidimos, então, para suprir a carência de informações desse público resgatar uma consulta feita pelos Orientadores de Estudo no início das formações de 2014.

Na ocasião, cada Orientador/a de Estudo recebeu a relação de sua turma e ficou responsável por entrar em contato com todos os professores constantes na relação e informar-lhes a data e o local de início das formações e solicitar confirmação em relação à participação. Deparando-se com algum/a professor que revelasse não ter interesse em participar os Orientadores deveriam registrar e repassar as informações junto com a planilha de confirmação.

O resultado dessa consulta está sintetizado no gráfico 4.

Gráfico 4 - Justificativa pela não adesão ao Pnaic



Fonte: Dados produzidos pela autora a partir das consultas realizadas pelos Orientadores de Estudo.

Como podemos ver no gráfico 4, a justificativa pela não participação nas formações do Pnaic se concentra em torno do dia determinado para a sua realização: o

dia de sábado. Se juntarmos os 16% que responderam não terem participado devido ao fato das “formações acontecerem em sábados consecutivos”, aos 17% dos que responderam ter “outros compromissos aos sábados” e ainda aos 2% que disseram pertencer à religião adventista, que tem restrições ligadas à realização de algum tipo de atividade em dia de sábado, além de alguns outros que revelaram não poder participar porque não tinham com quem deixar filhos pequenos, pais idosos, entre outros fatores, observamos que a determinação do sábado como dia de formação foi decisiva para a tomada de decisão dos professores.

Entendemos, no entanto, que, além do dia de sábado, havia outros fatores que poderiam ter afetado a sua decisão e fomos direcionando nossos questionamentos a fim de confirmar ou não nossas hipóteses. A primeira questão apresentada foi com relação aos processos de divulgação e mobilização. Acreditávamos que, talvez, não tivesse havido divulgação e/ou mobilização suficiente em torno do Pnaic no sentido de informar e motivar os professores a participar. Começamos, então, perguntando aos professores sobre o processo de divulgação.

2.4.2.1 Quanto à influência do processo de divulgação e mobilização das ações do Pnaic na decisão do professor em participar das formações

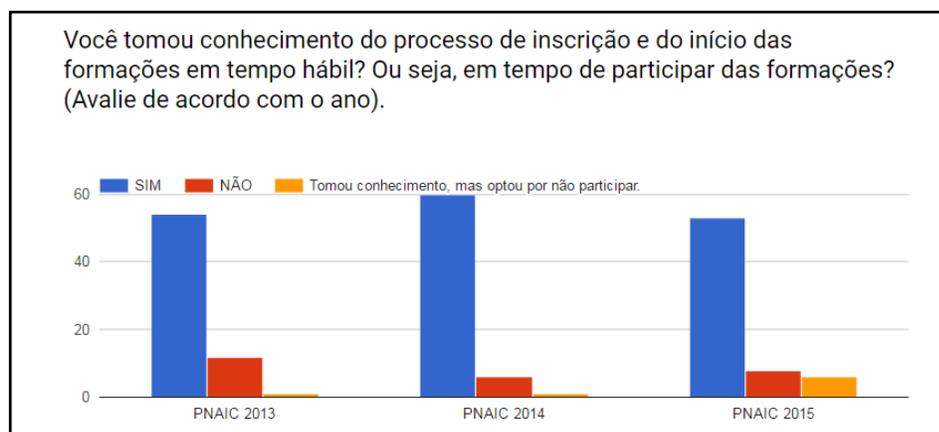
Perguntamos aos professores se, a cada ano de existência do Programa, eles tomaram conhecimento do processo de inscrição e do início das formações em tempo hábil, ou seja, em tempo de participar das formações. Pedimos também que avaliassem o processo de divulgação a cada ano.

A questão apresentada no formulário foi a seguinte: Você tomou conhecimento do processo de inscrição e do início das formações em tempo hábil? Ou seja, em tempo de participar das formações? Avalie de acordo com o ano de existência do Pnaic (2013, 2014 e 2015). Em seguida apresentamos aos professores três opções de respostas: Sim. Não. Tomou conhecimento, mas optou por não participar.

A nossa hipótese era de que houve falha no processo de divulgação e que isto favoreceu a queda no percentual de participação. O gráfico 4, no entanto, revela o contrário. Pelas respostas dos professores (gráfico 4) houve divulgação sim, tanto do

período de inscrição quanto do início das formações, nos anos de 2013 e 2014, portanto descartamos esta hipótese. De acordo com a pesquisa, a não participação não pode ser atribuída a este fator.

Gráfico 5 - Sobre a divulgação do período de inscrição e do início das formações do Pnaic



Fonte: Dados produzidos pela autora a partir dos questionários.

Alguns comentários dos professores confirmam o que o gráfico 4 indica, ou seja, a ideia inicial de que a não participação aconteceu devido à falha no processo de divulgação e mobilização não se sustenta, como podemos ver no comentário: “*Em 2013 o PNAIC foi bastante comentado e recebi mensagens por E-mail das coordenadoras e de colegas. No ano de 2014 recebi a comunicação também por E-mail*” (E.M.L.B. 2016).

Isto não quer dizer, no entanto, que todos os professores tenham sido devidamente informados em relação a este Programa. O gráfico sinaliza um percentual pequeno, porém, que não pode ser desconsiderado. Entendemos que em uma rede de ensino o acesso a informações desse tipo deve ser garantido a todos. A professora da Escola M. G. M. A, por exemplo, reclamou da falha no processo de divulgação: “*O processo de divulgação das datas é precário e precisa ser revisto. No ano de 2014 participei do Pnaic no município de Recife, mas perdi o primeiro encontro por falta de divulgação da data e do cronograma dos encontros*” (E.M.G.M.A. 2016).

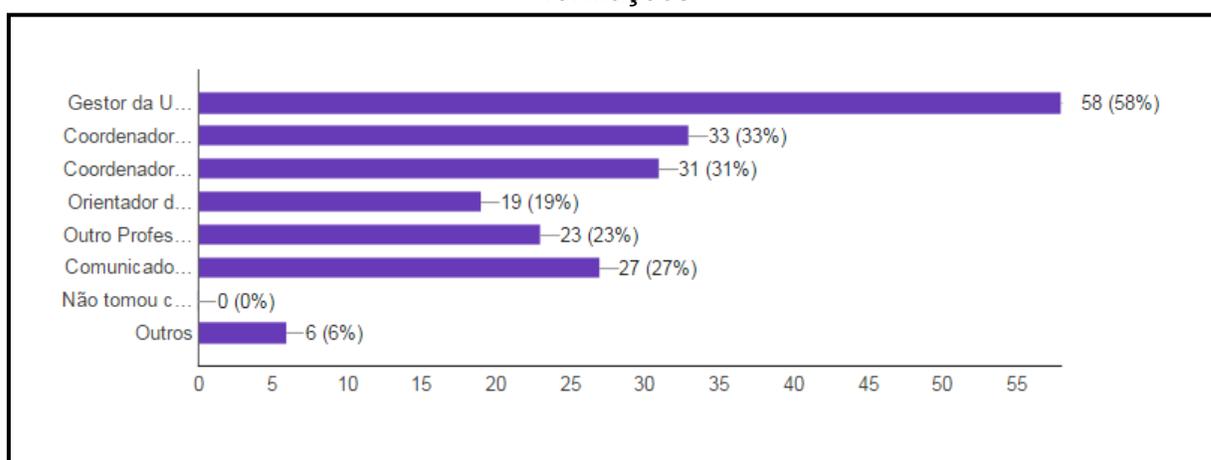
Lembramo-nos de alguns entraves no processo de divulgação do Pnaic, principalmente porque os comunicados oficiais eram, e ainda são feitos, basicamente, por e-mail. Observamos a partir desse processo de inscrição dos professores no

sistema que muitos gestores/as e professores não têm o hábito de ler seus e-mails e, dessa forma, não ficavam cientes dos informes. Era importante, então, utilizar outras estratégias para conseguirmos as informações necessárias, tais como ligações telefônicas, mensagens via SMS, entre outros. Mesmo assim, muitos não confirmavam o recebimento das mensagens e alguns nem atendiam ao telefone. As ligações eram feitas para as escolas e também para os telefones particulares.

Dentro ainda do processo de divulgação, perguntamos aos professores através de que meios ou pessoas eles/as tomaram conhecimento do período de inscrição e do início das formações do Pnaic. Colocamos como alternativas: Gestor da Unidade Educacional, Coordenador Pedagógico, Coordenador Local, Orientador de estudo, outro/a Professor, Comunicados Oficiais, Não tomou conhecimento e outros.

O gráfico 6 revela que o Gestor da Unidade Educacional (58%) foi o principal divulgador do processo, seguido pelo Coordenador Pedagógico (33%) e pela Coordenação Local do Pnaic (31%). Os comunicados oficiais (27,5%), os colegas professores (23%), os Orientadores/as de Estudo (19%) também foram citados. Isto nos leva a perceber que, ao contrário do que pensávamos, houve um bom envolvimento das equipes no sentido de garantir que as informações chegassem aos professores.

Gráfico 6 - Meios ou pessoas que informaram quanto ao período de inscrição e início das formações



Fonte: Dados produzidos pela autora a partir dos questionários.

Outro aspecto que consideramos importante avaliar foi o processo de mobilização em torno do Pnaic, no sentido de incentivar o/a professor a participar das formações. Partimos, então, para investigar se perceberam mobilização por parte da Secretaria de Educação e da Equipe Técnico-Pedagógica da escola, buscando incentivar ou motivá-los a participar das formações. Entendemos que uma proposta de formação não pode ser simplesmente apresentada. Ela precisa ser motivada, estimulada. O/A professor precisa também ser envolvido na construção dessa proposta. Penso que é mais um processo de conquista ou convencimento. O/A professor precisa ser convencido sobre qual será o ganho profissional que esta formação lhe acarretará.

Perguntamos então aos professores sobre o quanto os Gestores das Unidades Educacionais e Coordenadores Pedagógicos os influenciaram na decisão de participar das formações. As respostas que obtivemos foram diversas. Em alguns comentários percebemos uma gestão e uma coordenação pedagógica atuante, incentivadora da prática de formação. Em outros casos as percebemos mais reservadas, preocupadas em não impor, não determinar, deixando aos professores a responsabilidade pela decisão.

2.4.2.2 Quanto à influência da Gestão Escolar e da Coordenação Pedagógica na decisão de participar das formações

Consideramos os Gestores/as Escolares e os Coordenadores/as Pedagógicos figuras muito importante no ambiente escolar. Com suas posturas e ações definem o ritmo das Unidades Educacionais em que atuam. Segundo Silva (2009, p. 73), é responsabilidade do Gestor Escolar “liderar e incentivar sua equipe a encontrar a motivação necessária para a prática cotidiana no ambiente de trabalho”.

Davis e Newstrom (1992 apud SILVA, 2009, p. 73) definem liderança como

(...) o processo de encorajar os outros a trabalharem entusiasticamente na direção dos objetivos. É o fator humano que ajuda um grupo identificar para onde ele está indo e assim motivar-se em direção aos objetivos. Sem liderança, uma organização seria somente uma confusão de pessoas e máquinas, do mesmo modo que uma orquestra sem maestro seria somente músicos e instrumentos. A orquestra e todas as outras organizações requerem liderança para desenvolver ao máximo seus preciosos ativos.

Segundo Silva (2009), um gestor/líder que assume uma postura positiva em suas ações geralmente faz com que sua equipe sintam-se motivada, sem medo de mudanças ou de desafios e normalmente leva a sua equipe à busca da satisfação pessoal pelo profissional. Do contrário, um gestor/líder que assume uma postura negativa acaba reprimindo sua equipe, inibindo a participação e o envolvimento da mesma em ações, revelando, geralmente, o autoritarismo com que exerce a liderança, amedrontando sua equipe na busca pelos resultados.

Diante disto, perguntamos aos Professores Alfabetizadores sobre qual a influência dos Gestores/as e dos Coordenadores/as Pedagógicos na sua decisão de participar das formações do Pnaic.

Alguns/mas professores responderam que os Gestores/as “*apenas repassaram o comunicado*”, outros, apesar de incentivar a participação, “*deram liberdade para aderir ou não*”.

Selecionamos alguns comentários que falam da atuação da Gestão e da Coordenação Pedagógica com relação à participação no Pnaic. A professora da Escola Municipal R. G, por exemplo, disse em relação ao Gestor que “O Gestor só perguntava se tinha interesse, mas não vendia o peixe” (E.M.R.G., 2016).

Com relação à atuação da Coordenação Pedagógica, obtivemos os seguintes comentários:

O único contato da Coordenadora foi quando passou a lista para saber quem iria participar da formação, depois não teve mais nenhum interesse em acompanhar o andamento da formação (E.M.G.M.A.A. 2016).

Só perguntava, mas não animava em outros sentidos (E.M.R.G. 2016).

Fui inscrita pela Coordenadora Pedagógica. Não fui sequer questionada sobre meu interesse (E.M.N.S.P. 2016).

Percebemos na expressão “não vendia o peixe”, utilizada pela Professora da Escola M. R.G., um descontentamento do professor em relação à atuação do gestor. Talvez houvesse da parte desta professora a expectativa de que o gestor utilizasse alguma/s estratégia/s de convencimento, mostrando, por exemplo, a importância de participar das formações. Acredito que, em seu íntimo, o professor esperava por uma ação mais incisiva do gestor no momento da socialização da informação.

Os dois comentários a seguir mostram uma reclamação por parte dos professores com relação à falta de conhecimento/envolvimento da Gestão e da Coordenação em torno do Pnaic:

A equipe gestora deveria se inteirar mais sobre o PNAIC, afinal todos devem buscar a melhoria do ensino (E.M.W.V. 2016).

Acho que todos os Coordenadores deveriam também participar do PNAIC para se apropriar mais dos assuntos e conseqüentemente aprender mais (E.M.W.V. 2016).

Percebemos nesses comentários uma compreensão por parte dessas professoras de que o compromisso com a educação de qualidade é de todos e não apenas dos professores. No primeiro ano do Pnaic, não houve, de fato, por parte da Secretaria de Educação, tampouco por parte do Programa, uma ação voltada para os Gestores Escolares. A Secretaria de Educação enviou os informes por e-mail, comunicando o início das inscrições e informando os critérios para participação, porém não houve reuniões para apresentação da proposta do Programa. No segundo ano aconteceram algumas reuniões com o objetivo de repassar as informações básicas e pedir a colaboração de todos no sentido de incentivar sua equipe a participar das formações. Quanto aos Coordenadores Pedagógicos, também não houve nenhuma ação efetiva. Os mesmos não foram envolvidos no Pnaic no primeiro ano. No segundo ano, tentamos levar ao seu conhecimento o que era tratado no Pnaic. Inseríamos, nos momentos em que havia formações específicas para eles, um momento para informes, no entanto não foi uma ação muito efetiva, pois havia outras ações na rede que exigia a participação deste profissional.

Em outros comentários podemos também visualizar certa decepção do professor com relação à atuação do gestor. O comentário apresentado adiante revela bem esse sentimento. A professora desenvolveu as práticas solicitadas pelo Pnaic, apresentou seu trabalho no Seminário, porém não recebeu reconhecimento que esperava por parte da gestão: “A gestão apresentava indiferença até em momentos em que me propus a relatar minha prática em seminário do PNAIC” (E.M.G. 2016).

Este sentimento, no entanto, não é geral. Nos comentários a seguir podemos ver a atuação de um gestor implicado, preocupado com a formação da sua equipe:

“A gestão, principalmente nos dois primeiros anos, incentivou bastante a participação na formação”. (E.M.P.J.C.M.N. 2016).

“(…) foi bastante parceira com a formação do PNAIC”. (E.M.J.U. 2016).

“(…) sempre incentivava e procurava saber como foi”. (E.M.N.A. 2016).

“(…) sempre soube que gosto de participar de estudos que me leve a melhorar minha prática. Então quando surgia qualquer tipo de estudo ela sempre, me comunicava”. (E.M.L.L.G. 2016).

“Sempre fomos incentivadas a participarmos do PNAIC e a escola sempre disponibilizou recursos necessários para realizarmos as atividades propostas pela formação”. (E.M.S.M. 2016).

Com relação à atuação da Coordenação Pedagógica também identificamos comentários bem positivos, mostrando uma coordenação atuante, consciente do seu papel, estimulando sempre o professor a buscar o aperfeiçoamento da sua prática, por meio da formação.

A Coordenadora comentava que seria bom participar deste Programa e sempre perguntava como estavam sendo realizados os trabalhos, se estava gostando ou não (E.M.L.B. 2016).

Incentivou a participar informando que seria uma ótima oportunidade de formação continuada (E.M.C.A. 2016).

Nossa Coordenadora é bastante envolvida e comprometida com o crescimento e aprimoramento de nossas práticas; além de ser uma das formadoras do PNAIC, é uma grande incentivadora (E.M.S.M. 2016).

Diante dos comentários postados podemos concluir que em algumas Unidades Educacionais a influência da Gestão e da Coordenação Pedagógica na decisão do Professor Alfabetizador em participar do Pnaic foi fundamental, porém em outras unidades não houve interferência, ou mesmo incentivo do gestor que se reservou apenas o repasse das informações, deixando ao professor a responsabilidade pela decisão.

Por outro lado, encontramos depoimentos de professores que fizeram questão de mostrar que são donos das suas vontades, que tomam suas decisões sozinhas, sem influências da gestão e/ou da coordenação pedagógica.

Os comentários apresentados a seguir evidenciam este sentimento:

“Sempre busquei melhorar meu desempenho profissional, e não por influência da gestão.” (E.M.I. 2016).

“Eu tomo minhas decisões geralmente sem influência externa”. (E.M.A.N.B. J, 2016).

“A Gestão informa, mas a decisão é pessoal”. (E.M.V.S. L, 2016).

“Apesar de considerar importante e válido as considerações da Coordenadora não adiantariam, pois chocava com as atividades pessoais”. (E.M.S.M.G. 2016).

Concluimos também que, em alguns casos, as questões particulares foram preponderantes na decisão do professor de participar das formações, porém não podemos desconsiderar o papel da gestão e da coordenação pedagógica como incentivadores e também como responsáveis pela busca da melhoria da qualidade da educação.

Outra hipótese nossa era com relação ao cronograma da formação. Entendíamos que o dia de sábado era um dia complicado para muitos professores devido ao fato de já trabalharem durante toda a semana, muitas vezes em dois ou três turnos de trabalho. No entanto, o cronograma de formação tinha mais um complicador. Ele não garantia o que foi proposto no início do Programa de que seria um sábado por mês. O atraso no início das formações não permitia tal organização, então perguntamos ao/a professor qual a influência do calendário, proposto pela rede para realização das formações, na sua decisão de participar do Pnaic.

A subseção seguinte apresenta o resultado dessa pesquisa.

2.4.2.3 Quanto à influência do cronograma proposto pela rede para realização dessas formações na decisão de participar do Pnaic

Antes de iniciar, no entanto, as apresentações dos dados e nossa análise em relação a estes aspectos, consideramos importante postar alguns esclarecimentos. A proposta inicial do Pnaic, apresentada pelo MEC era que ele começaria junto com o ano letivo, logo nos primeiros meses, no entanto isto não aconteceu em nenhum dos anos de sua existência. Em 2013, as formações tiveram início em julho e em 2014 e 2015 iniciaram em agosto. O atraso no início das formações comprometeu demais o

cronograma. Se antes a proposta, socializada pelo MEC, era realizar a formação em um sábado por mês, com o atraso tornava-se impossível cumprir esta intenção. Em média o Pnaic tinha 11 encontros de formação (em 2014 foram 13, em 2015 foram 15) e com este quantitativo de encontros tornava-se impossível organizar um calendário onde fosse respeitado um encontro por mês, principalmente porque tínhamos que concluir a formação no mesmo ano. Como desenvolver 11, 13 ou 15 encontros, uma vez por mês, se as formações começavam mais ou menos em julho, se de julho a dezembro só temos 6 meses? Impossível tal proeza. Acabamos por comprometer mais de um sábado por mês, como veremos nos quadros 2 e 3, onde consta o cronograma de formação do Pnaic em 2013 e 2014.

Quadro 2 - Cronograma de formação do Pnaic/2013

JULHO Encontro 1	AGOSTO Encontro 2	AGOSTO Encontro 3	AGOSTO Encontro 4	SETEMBRO Encontro 5	SETEMBRO Encontro 6
27	03	17	31	14	28
OUTUBRO Encontro 7	NOVEMBRO Encontro 8	NOVEMBRO Encontro 9	DEZEMBRO Encontro 10	DEZEMBRO Seminário final	
19	09	23	07	14	

Fonte: elaboração própria com base no cronograma de formação do Pnaic / 2013.

Quadro 3 - Cronograma de formação do Pnaic/2014

ABRIL Encontro 1	AGOSTO Encontro 2	AGOSTO Encontro 3	AGOSTO Encontro 4	SETEMBRO Encontro 5	SETEMBRO Encontro 6	OUTUBRO Encontro 7
15	09	23	30	13	20	18
OUTUBRO Encontro 8	NOVEMBRO Encontro 9	NOVEMBRO Encontro 10	NOVEMBRO Encontro 11	DEZEMBRO Encontro 12	FEVEREIRO Seminário final	
25	01	22	29	20	07	

Fonte: elaboração própria com base no cronograma de formação do Pnaic /2014

O quadro 2 mostra o cronograma de formação do Pnaic 2013. Podemos observar que as formações começaram no segundo semestre de 2013, exatamente no dia 27 de julho, na volta do recesso escolar. O calendário foi organizado cuidadosamente de maneira que as formações acontecessem a cada 15 dias e não sobrecarregassem os professores. Neste ano foram 11 encontros de formação, incluindo o Seminário de Encerramento. Podemos ver no quadro 2 que no mês de

agosto, por exemplo, aconteceram 3 formações; no mês de setembro, novembro e dezembro aconteceram duas formações. Podemos ver também que nem sempre foi possível garantir os 15 dias de distância entre um encontro e outro. Do primeiro para o segundo encontro, por exemplo, o intervalo de uma formação para outra foi de uma semana apenas. Isto aconteceu também no intervalo entre o 10º encontro e o Seminário Final. Isto tornava as atividades muito cansativas para todos os envolvidos no processo: Professores Alfabetizadores, Orientadores de Estudo, Coordenação Local e equipes de apoio.

Já no quadro 3, onde consta o Cronograma do Pnaic 2014, observamos que, com exceção do encontro 1, que foi o encontro de abertura das formações, todos os demais encontros aconteceram no segundo semestre, a partir do mês de agosto.

Importante salientar que a quantidade de encontros aumentou, mas a quantidade de bolsas pagas ao Professor Alfabetizador para participar das formações permaneceu a mesma, 10 (dez), e com o mesmo valor pago em 2013 (R\$ 200,00). Houve momentos em 2014 que, para ter direito a receber uma bolsa, os Professores Alfabetizadores tiveram que participar de 2 (dois) encontros de formação.

Com o aumento no número de encontros e as formações iniciando tardiamente, assim como em 2013, não foi possível manter a distância de 15 dias entre um encontro e outro. Houve um período em que eles aconteceram semanalmente. Nos meses de agosto e novembro, por exemplo, aconteceram 3 encontros. Não foi possível realizar o Seminário de Socializações de Experiência neste mesmo ano. Ele teve que ser adiado para fevereiro de 2015.

Como já dito antes, a proposta inicial do MEC era que os encontros acontecessem uma vez por mês, para não sobrecarregar os professores, porém não deu as condições necessárias para que isto acontecesse. Houve atrasos no processo de inserção dos Professores Alfabetizadores no Simec e nas formações dos Orientadores de Estudo. Sem inserção dos professores e sem a formação dos orientadores não havia condições de iniciar as formações, mesmo porque o seu início estava atrelado à liberação das bolsas. O município não poderia iniciar uma formação em dias de sábado sem garantir que as bolsas saíam, a não ser que ele assumisse o

risco, com a possibilidade de arcar com as despesas, caso as bolsas não fossem liberadas.

É importante ressaltar que o atraso no início das formações é um acontecimento nacional. No primeiro ano, as formações dos Orientadores/as de Estudo aconteceram logo no mês de janeiro. Havia a expectativa então de começarmos as formações com os Professores Alfabetizadores logo após a formação dos Orientadores/as, no entanto não pudemos começar porque os cadernos de formação só foram entregues, pelo MEC, no final do primeiro semestre. Iniciamos a formação então no final do mês de julho. No ano de 2014 o atraso no início das formações também foi um evento nacional. As formações dos Orientadores/as de Estudo aconteceram em maio, no entanto as formações com os Professores Alfabetizadores só tiveram início no mês de agosto. Todos os municípios ficaram aguardando autorização do MEC para iniciar.

A inquietação era geral. Ninguém entendia porque um Programa já consolidado como o Pnaic, com verbas já predestinadas, não iniciava junto com o ano letivo. A rede de ensino municipal do Recife ficava, a cada ano, impossibilitada de organizar seu calendário de formação, incluindo o Pnaic na pauta, pois não havia certezas em relação a datas prováveis de início. Aliás, não havia certezas sequer se o Programa de fato aconteceria.

Perguntamos então ao/a professor sobre o quanto o calendário/cronograma de formação do Pnaic, proposto pela rede municipal do Recife, influenciou sua decisão de participar das formações. Pedimos também que os professores indagassem seus colegas de escolas, que não participaram das formações, sobre os motivos que os levaram a não aderir ao Pnaic e obtivemos as seguintes respostas:

“Falta de disponibilidade aos finais de semana”. (E.M.V.S. L, 2016).

“O curso é bom, mas o atraso em iniciar dificulta a participação”. (E.M.A. M, 2016).

“Temática pertinente e material pedagógico adequado, porém os Professores não gostam das formações serem realizadas ao sábado” (E.M.J.C.M. N, 2016).

“O Pnaic é um programa muito bom, porém o professor é muito exigido durante a semana e ainda passar 2 ou 3 sábados por mês com este compromisso é demais”. (E.M.V.S.L, 2016).

No comentário postado pela Professora da Escola Municipal G.M.A, podemos perceber uma satisfação em relação ao Pnaic enquanto proposta de formação, porém, mais uma vez o dia destinado à realização das formações entra como fator impeditivo da continuidade.

Quando iniciei os estudos no PNAIC, fiquei muito satisfeita, pois a proposta vai de encontro as minhas ideias e prática pedagógica nesses 14 anos de trabalho em escola pública. A importância dos estudos é indiscutível, apenas esbarrou na dificuldade de ser aceito devido ao dia de formação, pois fica difícil por ser nos sábados. (E.M.G.M. A, 2016).

Na entrevista junto aos Orientadores de Estudo, questionamos sobre as fragilidades e potencialidades do Programa e obtivemos as seguintes respostas:

Como Orientadora de Estudos, percebi falhas no período de início da Formação. Em 2013 e 2014 as Formações vieram ter início no segundo semestre, precisamente em julho e agosto. Dessa maneira os 10 encontros tiveram que acontecer aos sábados e, em alguns meses foram bem seguidos, tornando a Formação exaustiva, complicada e, às vezes, desestimulantes para os Professores. Vejo isso como um ponto importante de fragilidade. (Entrevista. OE1).

A Orientadora de Estudo 1 deixa a entender que as formações só vieram a acontecer nos dias de sábado devido ao atraso no início das formações. Acontece que a proposta de acontecer em dias de sábado não foi da rede municipal, mas sim do próprio MEC, para não afetar o dia letivo do estudante, haja vista as redes públicas em geral não terem um quadro de professores efetivos para substituírem os Professores Alfabetizadores que estivessem em formação. O problema foi que com o atraso no início das formações, não poderíamos dar conta de todo o curso, utilizando apenas um sábado por mês. Como já visto nos calendários mostrados nos quadros 2 e 3, houve meses em que, de fato, foram utilizados mais de um sábado. Alguns meses foram utilizados até três sábados.

Desabafos como o da Orientadora 2 eram comuns entre Orientadores/as e Professores.

(...) as fragilidades nos dizem respeito a pouca importância quanto à questão estrutural; fazendo com que começassem as aulas no segundo semestre e em sábados consecutivos. Muitos Professores reclamando a desorganização (Entrevista. OE2).

Para tornar mais complexo o processo, o ano de 2014 foi um ano de greves, paralisações e atos públicos. Esses dias parados sem aula tiveram que ser repostos para que fosse garantido o direito do estudante aos 200 dias letivos e alguns sábados foram tomados para reposição desses dias de paralisações, greves e atos públicos.

O calendário de reposição de greve foi criado e, como mostra o quadro 4 apresentado mais adiante, a atividade de reposição começou antes do Pnaic, pois o primeiro encontro aconteceu em abril. Este foi um encontro de abertura e não de formação propriamente dito. As formações tiveram início de fato no mês de agosto. Sem falar que esse calendário passava por vários momentos de organização. Havia previsão, por exemplo, de começar as formações em maio, então parávamos para organizar as datas. Maio chegava e as formações não começavam. A expectativa agora era junho. Novamente parávamos para reorganizar as datas. Julho chegava e as formações não começavam e novamente tínhamos que mexer com as datas já pré-agendadas. E assim íamos até as formações iniciarem de fato.

O quadro 4 mostra como ficou o cronograma de formação do Pnaic/2014 junto com o calendário de reposição de greve.

Quadro 4 - Cronograma de formação do PNAIC/2014 e o calendário de reposição de greve

Abril Encontro 1	Julho Reposição de greve	Agosto Encontro 2	Agosto Encontro 3	Agosto Encontro 4	Setembro Encontro 5	Setembro Encontro 6	Setembro Reposição de greve	Outubro Reposição de greve
15	26	09	23	30	13	20	27	11
Outubro Encontro 7	Outubro Encontro 8	Novembro Encontro 9	Novembro Reposição de greve	Novembro Encontro 10	Novembro Encontro 11	Dezembro Encontro 12	Fevereiro Seminário final	
18	25	01	08	22	29	20	07	

Fonte: elaboração própria com base no cronograma de formação do Pnaic/2014 e no calendário de reposição de greve.

Podemos ver então, através do quadro 4, que os Professores Alfabetizadores e os Orientadores/as de Estudo que eram Coordenadores/as Pedagógicos e que participaram das manifestações ficaram praticamente sem sábados livres. Foi um ano sufocante. Muitos professores que haviam sinalizado interesse em participar das formações acabaram desistindo devido à quantidade de sábados trabalhados. Sem

contar que tiveram seu período de recesso, no mês de julho, subtraído também para reposição dos dias de greve, que foram num total de 17 dias. Não havia como flexibilizar o calendário, porque simplesmente não havia mais sábados disponíveis. Todos os sábados foram utilizados ou para formação do Pnaic ou para reposição das aulas devido à greve. Além do mais, precisávamos considerar também a disponibilidade dos espaços de formação que foram locados, pois os mesmos tinham outras programações, independente do Pnaic.

Acreditamos que a junção do calendário do Pnaic com o calendário de reposição da greve fez com que o percentual de desistentes aumentasse passando de 13,6% em 2013, para 19,2% em 2014, pois ficou muito cansativo para o professor administrar os sábados de Pnaic com outros compromissos pessoais, incluindo o lazer e o descanso, merecidos depois de uma semana de trabalho.

Outro fator que poderia estar entre os que favoreceram ou não a decisão do professor participar foi a bolsa paga pelo MEC. Como já dito antes, o Pnaic oferece uma bolsa no valor de R\$ 200,00 aos professores que decidem participar das formações. Para ter direito a esta bolsa o Professor Alfabetizador precisa ter uma frequência mínima de 75% e atingir a nota 7 (sete). Esta nota é obtida pela frequência e pelo desenvolvimento das atividades obrigatórias que o sistema solicita. Há uma crença por parte de alguns Gestores e Coordenadores Pedagógicos de que a decisão dos professores de participar dessas formações está atrelada meramente ao recebimento desta bolsa. Solicitamos então que os professores avaliassem o quanto a bolsa influenciou sua decisão de participar das formações. A subseção a seguir apresenta as respostas a esta pergunta.

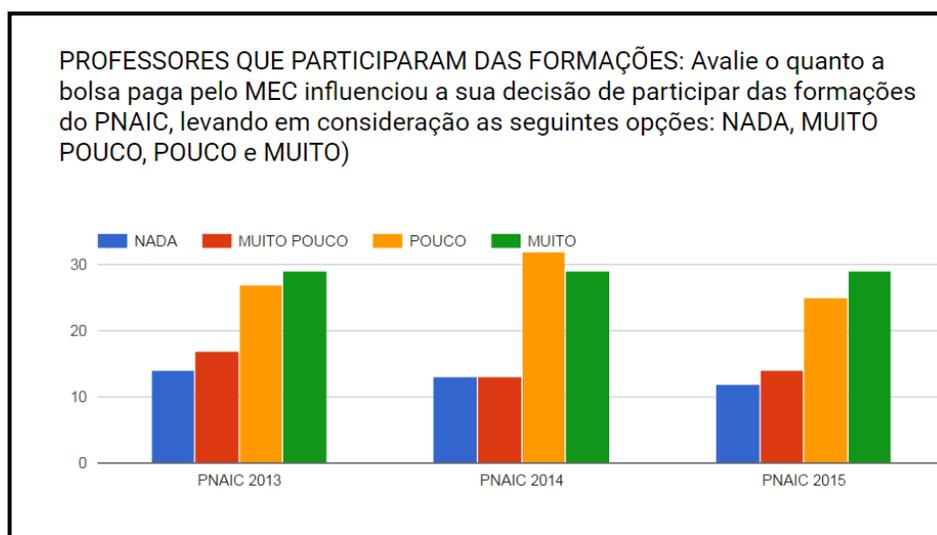
2.4.2.4 Quanto à influência da bolsa paga pelo MEC na decisão do professor em participar das formações

Antes de entrar na análise das respostas obtidas, consideramos importante apresentar nossa leitura em relação à influência da bolsa sobre a decisão de participar ou não das formações. Percebemos que ela não é forte o suficiente para garantir o envolvimento dos professores, se assim o fosse os percentuais de participação seriam

maiores do que o que temos. No entanto, consideramos importante questionar os professores em relação a ela.

O gráfico 7 nos revela que a bolsa teve uma influência positiva, porém, como poderemos ver nos comentários postados a seguir, não foi determinante para a tomada de decisão.

Gráfico 7 - Influência da bolsa paga pelo MEC na decisão de participar das formações



Fonte: Dados produzidos pela autora a partir dos questionários.

A professora da Escola Municipal L.L.G comentou que a bolsa funcionou como uma forma de valorização e de incentivo, porém que a sua participação aconteceria com ou sem ela, pois sempre estava “(...) em busca de meios que contribuía para que a educação acontecesse de forma mais eficaz para todos”. (E.M.L.L.G. 2016)

Outra professora, da Escola Municipal A.M., falou que “A bolsa oferecida pelo MEC é muito insignificante e demora muito a sair”. (E.M.A.M. 2016)

Realmente, o atraso no pagamento da bolsa e o seu valor, que é o mesmo desde o primeiro ano do Pnaic, foram fatores que geraram descontentamentos por parte dos professores. Além do mais, em 2014, os professores viram a quantidade de encontros aumentarem e a quantidade de bolsas permanecer a mesma.

A professora da E.M.M.A.A falou que a bolsa não foi prioridade, mas que não podia ignorar o seu valor, principalmente por que havia, como ela mesma diz, “gastos extras” nos dias de formação.

Já a professora da E.M.M.A.F. disse que a influência da bolsa foi tão pouca que ela não iria participar se não fosse a intervenção da gestora, agindo de forma efetiva no momento em que percebe seu desânimo, tentando convencê-la a participar, mostrando as “benesses adquiridas na U.E” atribuídas por ela (Gestora) à participação dos professores no Pnaic.

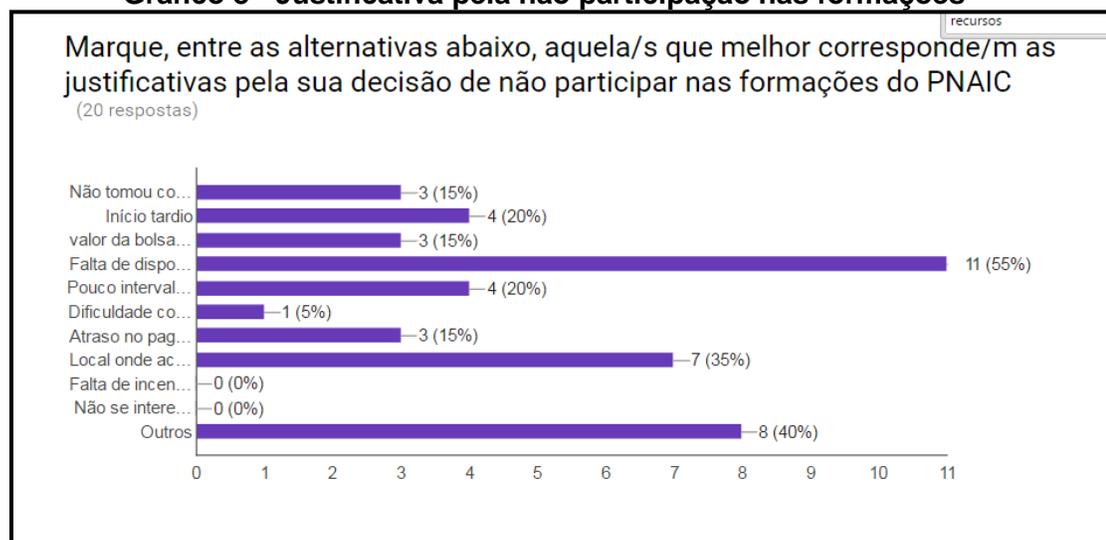
Na verdade a Bolsa oferecida pelo MEC em minha opinião, não influenciou em nada na minha participação com relação ao PNAIC. É tanto que em 2014 já não queria participar devido às experiências do ano anterior ter sido tão ruins, sendo estas retratadas na questão anterior, referentes aos locais escolhidos. A equipe gestora com muito jeito foi mostrando as benesses adquiridas na U.E. Com relação aos ganhos dos educandos, por isso continuei e foi a melhor atitude tomada, pelo fato de ter adquirido novos conhecimentos não só no ensinar, como também no aprender e repassar os conhecimentos adquiridos tanto na área de Matemática, quanto na área de Ciências. Outro fator de extrema importância foi à forma como as formadoras ministraram os cursos, pelo domínio dos conteúdos, a riqueza dos debates, as trocas de experiências, no qual mencionei nas avaliações o meu desejo de desistir e o quanto perderia com esta decisão (E.M.M.A.F. 2016).

Esta gestora poderia ter deixado à mercê da professora a decisão de participar das formações, porém optou por agir, por exercer a liderança, tal como Silva (2009, p. 7) disse “incentivando sua equipe a encontrar a motivação necessária para a prática cotidiana no ambiente de trabalho”.

Infelizmente, não conseguimos uma participação efetiva dos professores que não participaram do Pnaic, respondendo aos formulários, revelando os motivos da sua decisão, pois, como já dito anteriormente, apenas 10% dos que responderam ao formulário estavam nesta condição. Apesar de representação mínima, o gráfico 8 mostra o resultado dessa participação. As opções de respostas eram: não tomou conhecimento; início tardio; valor da bolsa; falta de disposição; dificuldade com o Simec; atraso no pagamento das bolsas; local onde as formações aconteceram; falta de incentivo da equipe técnico pedagógica; não se interessou; outros motivos. Podemos ver que 55% atribuíram à “falta de disponibilidade nos dias de sábado” como

justificativa para não participação. Para esta questão, o/a professor poderia marcar mais de uma alternativa como resposta.

Gráfico 8 - Justificativa pela não participação nas formações



Fonte: Dados produzidos pela autora a partir dos questionários.

A professora da Escola Municipal P.J.O. comentou: “Tenho pouco tempo para descanso e lazer com familiares” (E.M. P.J.O. 2016)

O gráfico 8 confirma então o resultado apresentado no gráfico 4, que foi a síntese da consulta feita pelos Orientadores de Estudo no início das formações do Pnaic 2014, na ocasião em que entraram em contato com os Professores Alfabetizadores e solicitaram confirmação de participação.

No momento da entrevista, a orientadora 2 revelou sua impressão em relação à participação dos professores e falou da influência da bolsa: “Sem a bolsa poucos sairão de suas casas aos sábados com tantos afazeres domésticos acumulados”. (Entrevista. OE2. 2016).

Como vimos, o gráfico 7 mostra que a bolsa teve uma avaliação positiva e os professores disseram que “foi um incentivo a mais”, porém ainda nos comentários postados os professores indicam que ela não foi determinante na decisão de participar, embora entendamos que se ela não existisse a possibilidade do percentual de participação ser bem menor era grande. Realmente, tirar o/a professor dos seus

afazeres, do lazer com a família, do seu descanso nos dias de sábado para participar das formações teria que ter um atrativo a mais, além da possibilidade de aperfeiçoamento profissional.

Vimos também que o professor ocupa os dias de sábado com formação quando parte de um interesse particular, por exemplo, muitos não participam por estar fazendo cursos de pós-graduação. Porém, ao finalizar o curso eles poderão obter outras conquistas, como por exemplo, o enquadramento em sua ficha profissional nas instituições em que trabalham, em um nível mais avançado e isto vai render alguma melhoria salarial; terão também possibilidades de atuar em outras frentes, participando de seleções internas, externas, enfim, mesmo que a busca pela profissionalização seja pessoal, ela sempre visa melhorias, seja salarial, seja profissional numa perspectiva mais ampla.

Outra hipótese que tínhamos era em relação ao valor atribuído às formações do Pnaic pelo/a Professor Alfabetizador. Será que a proposta do Programa era instigante e atraente a ponto de levá-lo a participar? Solicitamos então que avaliassem o Pnaic enquanto proposta de formação, levando em consideração: os conteúdos explorados, os recursos disponibilizados pelo MEC e a contribuição para a melhoria da prática. Logo a seguir solicitamos que postassem comentários caso sentissem necessidade.

A subseção a seguir apresenta os resultados desta questão.

2.4.3 Avaliação da Formação na Perspectiva dos Professores Alfabetizadores e Orientadores de Estudo

O nosso propósito era refletir sobre o Pnaic enquanto proposta de formação a partir da avaliação que Professores Alfabetizadores e Orientadores/as de Estudo fizeram deste Programa. Vimos nas seções anteriores a avaliação desses profissionais em relação à infraestrutura e identificamos os fatores que contribuíram (ou não) para a decisão do/a professor em participar das formações.

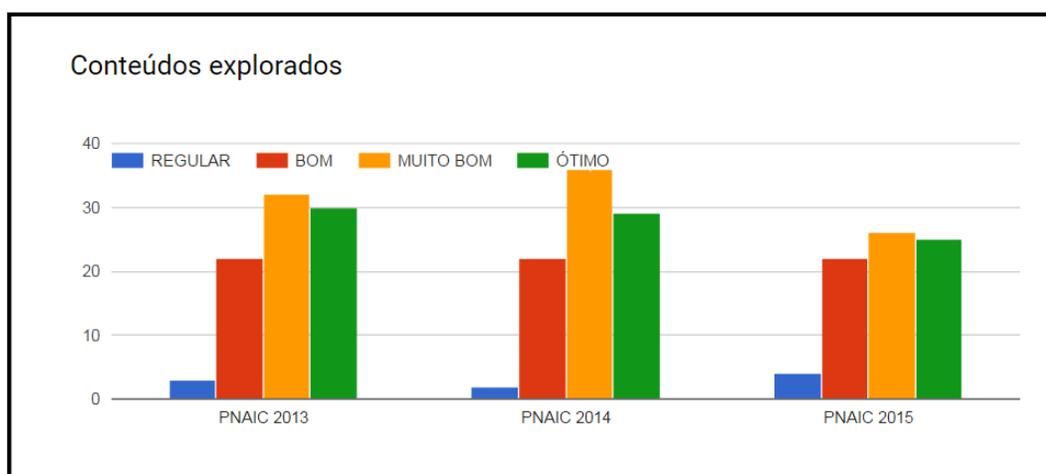
Nesta seção nos propomos então a analisar a opinião dos professores e Orientadores/as de Estudo, em relação aos conteúdos explorados e aos recursos

didáticos disponibilizados pelo Pnaic, assim como da contribuição efetiva das formações do Programa para a melhoria da prática pedagógica.

Iniciamos pedindo a opinião dos professores em relação aos conteúdos explorados e aos recursos disponibilizados pelo Pnaic. Eles estão de acordo com a realidade da sala de aula? A forma como estão sendo explorados está atendendo à necessidade do professor e favorecendo realmente o aprimoramento da sua prática? Os caminhos trilhados pelo Pnaic estão direcionados de fato para o atendimento da meta que é “Alfabetizar todas as crianças ao final do 3º ano, aos 8 anos de idade”?

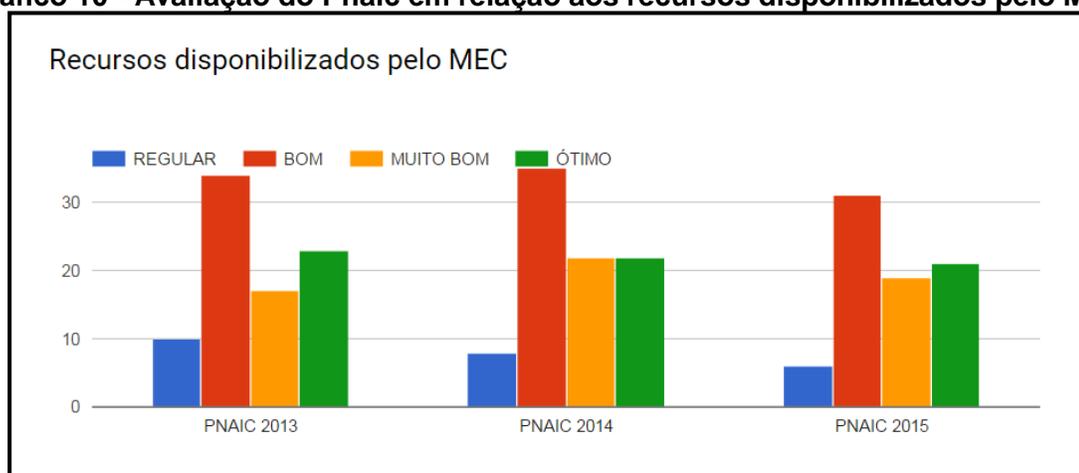
Os gráficos 9 e 10 revelam uma avaliação muito positiva dos Professores Alfabetizadores em relação a esses dois aspectos e os comentários, apresentados mais adiante, confirmam o resultado apresentado nesses gráficos.

Gráfico 9 - Avaliação do Pnaic em relação aos conteúdos explorados



Fonte: Dados produzidos pela autora a partir dos questionários.

O gráfico 9 indica que houve, por parte dos Professores Alfabetizadores, uma boa avaliação em torno dos conteúdos explorados pelo Pnaic desde seu primeiro ano de existência. As condições do local de formação, o ambiente de estudo, o valor das bolsas pagas pelo MEC, a quantidade de sábados trabalhados, entre outros fatores, não interferiram negativamente na avaliação deste aspecto. Entendemos como um reconhecimento do professor pela qualidade da formação.

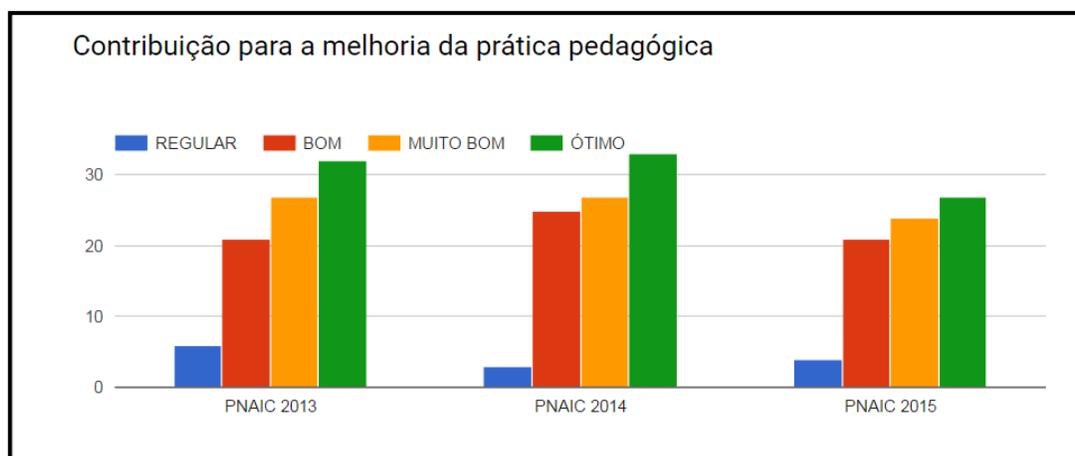
Gráfico 10 - Avaliação do Pnaic em relação aos recursos disponibilizados pelo MEC

Fonte: Dados produzidos pela autora a partir dos questionários.

O gráfico 10 também revela uma avaliação positiva dos professores em relação aos recursos disponibilizados pelo MEC para o desenvolvimento da formação. Este resultado sinaliza uma aprovação do professor em relação à proposta de formação do Pnaic.

Solicitamos também que os Professores Alfabetizadores avaliassem qual a contribuição do Pnaic para a melhoria da sua prática pedagógica. Colocamos entre as opções de respostas: REGULAR, BOM, MUITO BOM e ÓTIMO.

O gráfico 11 apresenta o resultado desta pesquisa.

Gráfico 11 - Avaliação quanto à contribuição do Pnaic para a melhoria da prática pedagógica

Fonte: Dados produzidos pela autora a partir dos questionários.

O gráfico 11 nos revela uma avaliação positiva dos professores em relação a este aspecto. Através dos comentários, percebemos também satisfação desses/as profissionais em relação à proposta de formação do Pnaic. A professora da Escola M. M.A.F, por exemplo, deixou registrado que o Pnaic

(...), supriu lacunas na prática pedagógica, atendeu as expectativas por não termos um olhar mais analítico com relação ao fazer pedagógico, promovendo novos saberes atrelados à proposta pedagógica da rede de ensino, contribuindo cada vez mais para a nossa inovação, promoção de mais pesquisas; leituras de textos diversos; realização de experiências com materiais recicláveis, permitindo aos educandos o contato com a física; com a Matemática; Ciências, ou seja, promove o conhecimento interdisciplinar, sem deixar de lado os eixos, os níveis de cada educando, auxiliando aqueles que ainda não se apropriaram do SEA a ingressarem no mundo letrado, através dos trabalhos em grupos, dos registros (E.M.M.A.F. 2016).

A professora citou em seu comentário a Proposta Pedagógica da Rede, denominada pelo município de Política de Ensino. De fato, o Pnaic chegou ao município do Recife no momento em que toda a rede estava envolvida em um movimento de reescrita da sua proposta pedagógica. A antiga versão, intitulada “Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino do Recife, Construindo Competências”, foi lançada, em versão preliminar, no ano de 2002, durante a IV Conferência Municipal de Educação. Esta proposta, ainda em versão preliminar, orientou, por um período de 10 anos, a produção de documentos e as formações pedagógicas da Secretaria de Educação do município.

Durante a etapa de reescrita desta nova Proposta/Política, os materiais trabalhados no Pnaic também foram explorados, entre tantos outros materiais, pelos grupos de estudo responsáveis pela escrita da nova versão. O primeiro caderno Fundamentos Teórico-Metodológicos foi lançado no ano de 2012.

A compreensão de formação de professores explicitada na nova Política de Ensino do município é de que

(...) a formação de Professores (as) (...) não se esgota em uma abordagem apenas tecnicista e pragmática relacionada a uma área de saber. Compreende a imersão na conotação política da docência, associada a uma concepção de Estado e ao contrato social, que é definido entre o conhecimento produzido e a ser ensinado, e os (as) atores (atrizes) sociais que ensinam e que aprendem em cada unidade escolar. Assim, envolve aspectos qualitativos dos conteúdos; um referencial epistemológico amplo que permite a criação de estratégias didático-

pedagógicas inovadoras e pertinentes à aprendizagem dos (as) estudantes; e, sobretudo, à compreensão do papel docente no modelo de formação que se pretende construir. Assim, além dos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, e o de todas as demais áreas, faz parte da proposta curricular da Rede Municipal do Recife, a contextualização ético-política que, a partir da escola, leva os (as) estudantes a conviver com a diversidade, a se indignar com as desigualdades, e respeitar as diferenças como as sócio-étnico-raciais, de território, gênero, múltiplas deficiências, entre outras, cujas diferenças configuram o cenário social (PREFEITURA DO RECIFE, 2012, p. 27).

Este primeiro caderno foi amplamente estudado nas escolas, em momentos de aula atividade, nas reuniões de Gestores e Coordenadores Pedagógicos. Grupos foram formados com representações de todos os cargos (Professores, Coordenadores Pedagógicos, Gestores Escolares, Técnico-pedagógicos, entre outros) para reescrita dos cadernos específicos: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Inclusiva, Tecnologias na Educação e Educação de Jovens e Adultos.

Outro/a Professor Alfabetizador falou sobre as mudanças em sua prática pedagógica, motivadas pelas ideias apresentadas e dinâmicas vivenciadas nos momentos de formação do Pnaic,

A participação no PNAIC foi de suma importância por adotar na sala de aula práticas antes desconhecidas como o “Cantinho da Leitura”, o “Cantinho da Matemática” e este ano estou ampliando com a turma do 4º Ano o “Cantinho das Ciências”, envolvendo as áreas de História, de Ciências, de Geografia, servindo como acervo para preservar as construções dos educandos na formação da consciência crítica, de valores e reconhecimento cultural do seu Estado e da sua Cidade (E.M.M.A.F. 2016).

Pelo comentário desta professora, podemos perceber a importância de se oferecer aos professores momentos de formação tal como desenvolvidos no Pnaic, que contempla em sua rotina momentos de leitura, reflexão, construção, socialização e avaliação. A prática dos cantinhos temáticos, desconhecida pela professora, teve Célestin Freinet (1896-1966) como um dos precursores, ao propor para a escola moderna e democrática a organização dos espaços pedagógicos em cantinhos temáticos. Fantin (2000, p. 92 apud NEHLS, 2012, p. 14) diz que a forma como as salas de aula são organizadas revela a importância que o professor atribui a este espaço e traz também a ideia da organização dos cantinhos, que, segundo ela, “são espaços predeterminados nas salas e que propõem, por sua organização e pelos materiais e

brinquedos disponíveis, brincadeiras e atividades nas quais as crianças possam ficar sozinhas e sem horário pré-fixado”.

Já a professora da Escola Municipal W.V ressaltava a importância do Pnaic ao trazer melhorias para a sua prática e lhe fazer “refletir sobre a mesma e inovar sempre, buscando melhorar ainda mais a nossa prática” (E.M.W.V. 2016).

Percebemos, então, um reconhecimento positivo, por parte dos Professores Alfabetizadores, em relação ao Pnaic, principalmente por favorecer a troca de experiências. Na rotina de formação, o momento para esta prática é previsto e reservado já no planejamento. É considerada uma atividade permanente, junto com os estudos do texto, o momento de leitura e outras atividades. O momento da socialização de experiências, que acontecia geralmente no início das aulas, é/era o momento em que o professor mostrava o seu trabalho, a tarefa de casa solicitada pelos Orientadores de Estudo no encontro anterior. Era a oportunidade que os professores tinham de compartilhar com o grupo suas realizações, suas vivências. Aliás, percebemos nas falas de algumas professoras um pouco de frustração por não ter um momento como este garantido no próprio ambiente de trabalho, para que pudessem compartilhar com as colegas. A rotina escolar muitas vezes não permite que os colegas conheçam o trabalho uns dos outros.

A professora da Escola M. G.M.A.A., em seu comentário, revela seu contentamento com as formações do Pnaic, embora aponte sua preocupação com relação ao futuro das formações, especificamente ao medo delas se tornarem “repetitivas”.

O PNAIC é um processo de formação continuada muito rico, pois proporciona ao professor manter sempre ativo a sua prática didática e os seus conhecimentos. Gosto dos momentos de aprendizagens e de troca de experiências com as parceiras professoras e com as formadoras. O meu receio é que não comece a ficarem repetitivo as falas e os enfoques das formações daqui para frente. Acho importante que tenha continuidade e que cada vez mais seja uma formação valorizada (E.M.G.M.A.A. 2016).

Enfim, esses e tantos outros comentários recebidos dos professores revelam que o Pnaic foi e, continua sendo, “uma excelente oportunidade para ampliar os conhecimentos e melhorar a prática pedagógica” e é visto também como um “Ótimo instrumento de

conhecimento, de troca e aperfeiçoamento” (E.M.P.M.A. 2016). Assim como uma oportunidade do docente “(...) REVISAR-SE em relação a sua teoria e prática” (E.M.D.A.C. 2016).

O Pnaic também recebeu avaliação positiva por parte dos Orientadores de Estudo, como podemos ver no comentário postado pela Orientadora 1.

A proposta foi muito interessante e rica. Nas trocas de experiências e diálogos entre os pares, aconteceram atividades que oportunizaram o amadurecimento e o fortalecimento dos laços de amizade e também de aperfeiçoamento profissional. As pessoas envolvidas estavam sempre em busca de adquirir novos métodos, conhecimentos no intuito de melhorarem a prática educacional e, assim terem uma prática mais humanizada, atenta às diversidades (Entrevista. OE. 1. 2016).

A Orientadora 3 também deixou um comentário bem positivo em relação ao Pnaic.

Acredito que o PNAIC mudou a prática pedagógica dos Professores dos anos iniciais que redirecionaram suas atividades de forma mais lúdica e prazerosa em suas salas de aula. (...) O planejamento das atividades de forma interdisciplinar vem auxiliando aos docentes a promoverem uma educação mais centrada nos Direitos de Aprendizagem dos estudantes de forma mais criteriosa, com um novo olhar para as necessidades reais de aprendizagem. (...) O pacto trouxe aos docentes, aquilo que eles precisavam, uma nova forma de realizar suas práticas onde puderam verificar os avanços e bons resultados, haja vista, a elevação do IDEB de várias escolas (Entrevista. OE. 3. 2016).

Nos relatórios do Pnaic, elaborados pelos Orientadores de Estudo ao final de cada encontro de formação, havia um espaço destinado à avaliação dos encontros e neste espaço encontramos vários registros das falas dos professores, expressando suas opiniões a respeito do Pnaic.

De acordo com os comentários, os momentos de formação do Pnaic eram para os professores uma oportunidade de “Refletir sobre a nossa prática; Descobrir novos meios e conhecer outros profissionais; Compartilhar ideias; Socializar experiências; Aprender mais, levar coisas novas para nossas crianças” (Trechos das avaliações dos Professores Alfabetizadores, retiradas dos relatórios dos Orientadores de Estudo. Pnaic 2014).

Apesar de bem avaliada em relação à contribuição para a melhoria da prática, não quer dizer que não há nada a ser melhorado, aperfeiçoado. Os próprios professores indicam, em seus comentários, alguns aspectos que, em suas opiniões, precisam ser revistos, como, por exemplo, a necessidade de se avaliar o impacto efetivo do Pnaic na prática do professor, como a professora da Escola M.P.J.O. indica em seu comentário: “Uma boa proposta de capacitação de Professores, porém vejo que há necessidade de se avaliar o impacto efetivo do programa nas práticas e resultados dos Professores que foram formados” (E.M.P.J.O. 2016).

De fato, não há, na rede, um instrumento que avalie diretamente a influência do Pnaic na prática do professor participante das formações. Há uma expectativa em torno da melhoria dos resultados das avaliações externas, especificamente nas turmas cujos professores participam das formações, porém a prática propriamente dita desses professores não tem sido objeto de avaliação, embora já tenha sido objeto de discussão da equipe.

Este comentário nos reporta aos estudos de Campos (2006 apud PARENTE, 2016), quando ao tomar como temática de estudo o Programa de Formação para Professores Alfabetizadores – PROFA, desenvolvido, tal como o Pnaic, em parceria com o MEC e as Universidades Federais no ano 2000, percebeu que muitas das mudanças propostas por este Programa não se consolidaram na prática docente. Segundo Campos (2006, p. 10),

[...] além de uma postura de resistência, as ações são lentas e gradativas; [...] não foram constatadas mudanças significativas no contexto educacional no tocante à sala de aula e, conseqüentemente, pouco se notou em eficácia na aprendizagem dos alunos.

Não temos elementos para avaliar se o Pnaic favoreceu ou não mudanças significativas na prática do professor e nos resultados de aprendizagem, tal como Campos (2006) indica, tampouco este foi o objeto de estudo desta dissertação, embora consideremos uma proposta bem pertinente. Em termos gerais, acreditamos que um professor que participa de uma formação e se envolve integralmente com sua proposta, não passa incólume por ela. Alguma mudança ela traz e, espera-se, positiva.

Campos (2006, p. 10 apud PARENTE, 2016) complementa:

[...] os governantes, os intelectuais, os formadores de opinião, os Professores precisam tomar consciência das mudanças a serem introduzidas na escola, em relação aos fatores institucionais e aos fatores intraescolares. Muito há que se investir em relação, especificamente, às formas de se alfabetizar, nas quais perduram ideias e concepções bastante enraizadas, demonstradas nas práticas das professoras, e que perpassam seu fazer pedagógico e sua concepção de ensino.

Penso que esses momentos de formação, acontecendo de forma permanente, podem trazer melhorias para a prática do professor, pois acredito que a relação entre os pares, os momentos de reflexão são muito saudáveis e podem contribuir para arrancar do chão algumas ideias e concepções em torno da alfabetização ou de qualquer outra temática ligada à educação que, como disse Campos (2006), já estão enraizadas e não são fáceis de mudar.

De qualquer forma, a opinião do professor em relação ao Pnaic tem sido bem positiva. A professora da Escola M. M.A.F revela a expectativa negativa que tinha em torno do Pnaic tomando como referência algumas formações anteriores oferecidas pela rede e como mudou de opinião ao conhecer sua proposta.

A princípio não foi uma ideia bem vista por ter participado de formações anteriores pela rede de ensino, deixando muito a desejar. Mas no momento que as formações foram acontecendo apesar dos entraves iniciais, a motivação foi surgindo, por estar egressa em um nível de aprendizado capaz de realizar mudanças significativas no processo de ensino aprendizagem, mobilizando toda a equipe técnica-pedagógica da U.E. na promoção das sugestões apresentadas pelos formadores durante os anos de 2013 a 2014 (período em que participei das formações oferecidas pelo PNAIC). Percebemos também nos educandos de modo geral a rotina para a hora da leitura, deixando suas bolsas na sala, vindo acompanhados de suas professoras e todos participando em conjunto deste momento. Outra contribuição muito importante e significativa do PNAIC, se refere a ludicidade no ensino da Matemática e de Ciências, pelo fato do aluno perceber na prática o que está sendo estudado na teoria, favorecendo a ampliação dos seus conhecimentos. (E.M.M.A.F. 2016)

Outros professores, no entanto, alertam para a falta de condições de desenvolverem na sala de aula tudo o que é sugerido nas formações. Reclamam da falta de recursos para produzirem junto com os alunos as ideias que compartilham nos momentos de formação. Isso pode ser verificado na seguinte fala: “*É necessário que as escolas tenham materiais e recurso para que possamos produzir, construir e utilizar com os alunos, pois sempre temos de comprar os materiais e assim fica muito difícil realizar um trabalho diferenciado*” (E.M.P.M. 2016).

Esta falta de recursos que a professora reclama já havia sido apontada por Alferes (2009 apud PARENTE, 2016) com relação a outro Programa de formação de professores, também desenvolvido nas redes municipais em parceria com o MEC e as universidades públicas no ano de 2007, que foi o Pró-letramento. Para Alferes (2009), o Programa Pró-Letramento era uma medida necessária, porém não suficiente para a promoção da qualidade da educação oferecida às classes populares. Ele defendia a ideia de que

[...]a promoção de tal qualidade demanda o encaminhamento de uma série de outras ações que ultrapassam a formação continuada de Professores, tais como: uma maior valorização dos profissionais da educação, garantia de melhorias na infraestrutura das escolas, estímulo para a construção de propostas curriculares com a participação dos Professores, a existência de projetos pedagógicos consistentes nas redes de ensino e nas escolas, a utilização dos resultados obtidos por meio de avaliações para o planejamento de estratégias de intervenção com a participação do coletivo das escolas, entre outras medidas. (ALFERES, 2009, p. 120-121).

Enfim, entendemos que há um longo caminho a seguir em direção à meta de alfabetizar todas as crianças ao final do ciclo de alfabetização, porém entendemos que não chegaremos lá se não unirmos esforços. A parceria entre o MEC, as Universidades Públicas e as redes municipais e estaduais já foram travadas, resta agora estabelecer parcerias entre as Escolas, os Gestores, os Coordenadores Pedagógicos, os Professores Alfabetizadores, a Comunidade escolar em geral. O caminho é longo, mas é necessário persistir. Já existem experiências anteriores nas quais poderemos nos apoiar e evitar erros ou ações desnecessárias.

No capítulo seguinte, apresentaremos um Plano de Ação Educacional – PAE, que tem como objetivo principal a ampliação do número de Professores Alfabetizadores participantes nas formações do Pnaic e também o envolvimento de toda a comunidade escolar em torno de um objetivo maior que é a melhoria da qualidade da educação e, conseqüentemente, a melhoria nos resultados das aprendizagens dos estudantes do ciclo de alfabetização.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – PAE: UMA PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DO PNAIC NO MUNICÍPIO DO RECIFE PARTINDO DA VALORIZAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO

Esta dissertação teve como objetivo analisar a forma como o Pnaic foi estruturado no município do Recife nos anos 2013 e 2014, buscando identificar os elementos que contribuíram para o bom ou mau funcionamento do Programa, com o fim de propor ajustes em sua organização que possam contribuir para a melhoria do Programa e, conseqüentemente, ampliação do número de Professores Alfabetizadores participantes das formações.

Desta forma, objetivamos apresentar neste capítulo um Plano de Ação Educacional – PAE, contendo sugestões para ajustes no desenvolvimento do Programa no município, visando transformá-lo em um Programa de Formação de rede.

Soares (2014) vê na formação de rede uma oportunidade de desenvolvimento profissional dos professores. Ela faz uma distinção entre formação continuada em rede e a formação continuada de rede:

A primeira expressão – formação continuada em rede – refere-se a uma articulação entre o Ministério da Educação (MEC), as universidades e os municípios que, organizando-se em uma rede, oferecem cursos aos professores em exercício. É uma rede que na verdade institui certa hierarquia, tendo o MEC no topo, em seguida as universidades, a quem o MEC propõe que assumam os cursos segundo normas estabelecidas em editais, e, por fim, os municípios, aos quais são oferecidos os cursos (SOARES, 2014, p. 149).

Segundo Soares (2014, p. 149), a formação em rede funciona por adesão, e este é um “sistema sem dúvida, de inspiração democrática mas que pode, ao contrário, gerar resultados pouco democráticos”.

O Pnaic, neste caso, se configura como uma formação em rede onde o MEC está situado no topo da hierarquia, logo em seguida vêm as universidades, que são convidadas a aderir ao Programa, no caso de Pernambuco a UFPE, e depois vêm os municípios que optam por aderir ou não aos cursos. Dentro do município os professores também têm o direito de optar por participar ou não dos cursos.

Ainda segundo Soares (2014, p. 150), esse processo, apesar de democrático, pode ser excludente, pois resulta no entendimento de “quem quiser crescer em

formação cresce, quem não quiser, não cresce”, passando para o professor a responsabilidade pelo seu aperfeiçoamento profissional e, talvez, desobrigando a rede de oferecer oportunidades de formação aos professores. No caso do município do Recife, acrescentaríamos “quem puder crescer”, pois entendemos que alguns fatores, como os apresentados no capítulo anterior, impediram a participação de alguns professores que tinham desejo de participar.

Concordamos com Soares (2014, p. 150) quando diz que este formato

(...) não parece justo quando se trata de educação de crianças e jovens, em que o que se pretende é que todos tenham direito a uma educação de qualidade. A educação não pode ficar sujeita a vontade dos que optaram por nela atuar de aderir ou não aderir a possibilidades de crescimento profissional.

A solução mais adequada, segundo Soares (2014), seria a formação continuada de rede. Neste formato, a formação atinge a rede de ensino em sua totalidade, todos os professores, todos os gestores, todos os coordenadores pedagógicos, enfim, todos que atuam em todas as escolas. Pretende-se, neste formato, segundo a autora, “que a rede se constitua como uma coletividade, um conjunto de pessoas com os mesmos compromissos, tentando alcançar os mesmos objetivos, se esforçando na mesma direção” (SOARES, 2014, p. 150).

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a oportunidade que tivemos de estar à frente do Programa no município, nesses três primeiros anos de existência, muito contribuiu para uma visão mais ampliada do mesmo. Desta forma, entendemos que o que muito colaborou para a existência de lacunas no desenvolvimento do Programa foi a não apropriação, na íntegra, da essência do Programa e a não adequação do mesmo à realidade do município, considerando que este goza de autonomia para fazer as modificações que considerar necessárias. Percebemos também falhas em âmbito estadual e federal. A nosso ver, houve falhas no processo de acompanhamento e monitoramento das ações, que se resumiam a entregas de relatórios por parte dos Orientadores de Estudo e da Coordenação Local.

O ano de 2013, primeiro ano de funcionamento do Programa, foi fundamental para percebermos o que deu certo e o que precisava ser melhorado. Em 2014, como já foi dito, houve empenho por parte da Secretaria de Educação em minimizar alguns

problemas detectados, principalmente os relacionados a questões estruturais, por exemplo: as condições estruturais e de acesso do local da formação, os recursos disponibilizados, a garantia do lanche para os professores e orientadores/as, entre outros aspectos; no entanto, ações voltadas para a garantia da participação dos professores e para o envolvimento da rede, como um todo, em torno das ações do Programa, não foram incisivas.

Entendemos, e concordamos, que a quantidade nem sempre corresponde à qualidade, que uma rede de ensino, comprometida com a educação de qualidade, não pode preparar uma formação, com uma meta tão ampla como a do Pnaic, que é alfabetizar todas as crianças no ciclo de alfabetização, apenas para um grupo de professores, baseado no interesse de cada um. É evidente que há projetos de formação que, por não ter estrutura para abranger toda a rede, possam ser pensados para um público restrito. O Pnaic é um Programa de formação muito amplo, desenvolvido em parceria com os governos federal, municipal e estadual, com assessoria da IES, que visa o envolvimento de todos, portanto as estratégias têm que ser pensadas em um sentido amplo. A sua meta é grandiosa, como já dito, e envolve a alfabetização de todas as crianças aos 8 anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. É evidente que entendemos que o grau de envolvimento individual é construído pelas relações sociais, ou seja, entre os envolvidos encontraremos aqueles que se lançarão com vontade para apropriar-se da essência do Programa e terão aqueles que se farão apenas presentes, ou talvez nem presentes, no entanto, entendemos que a oportunidade deverá ser dada a todos.

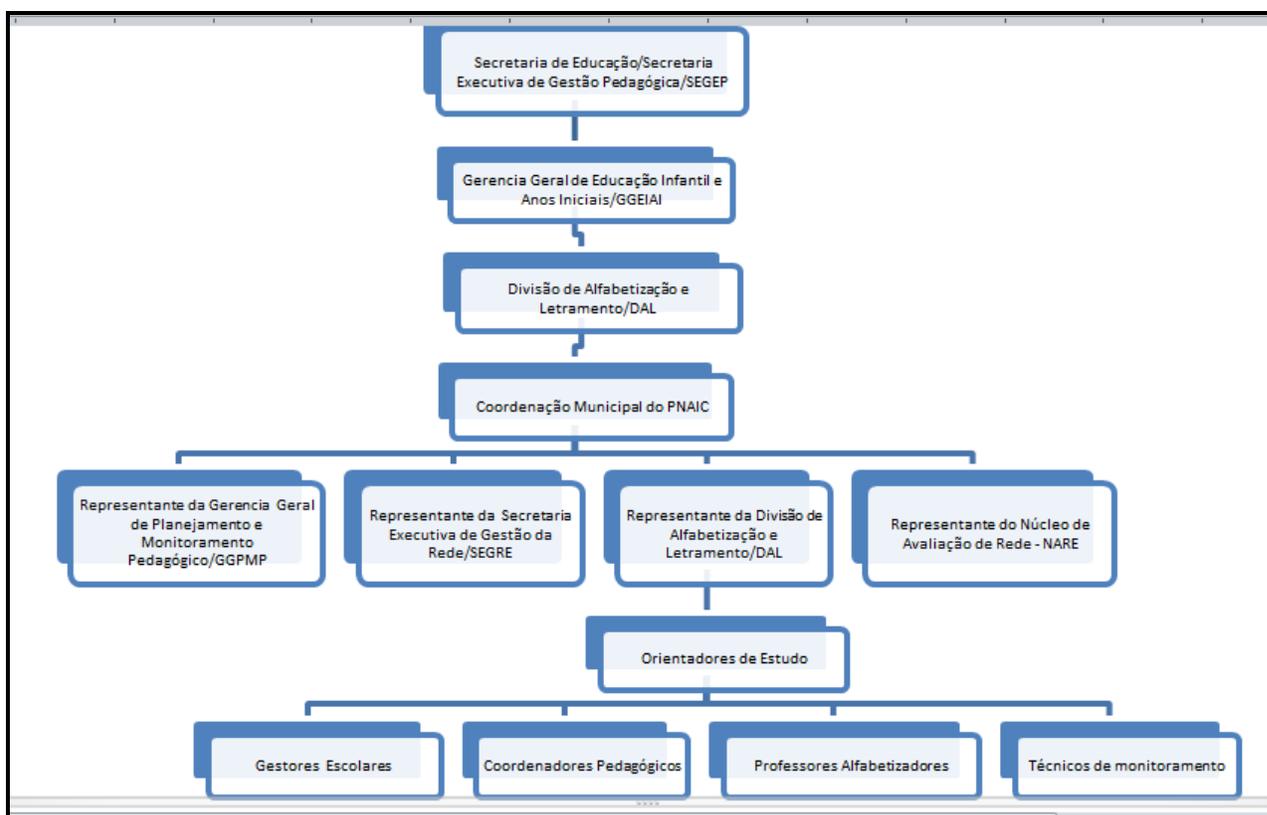
Apresentaremos, então, o nosso PAE, que será desenvolvido em 13 (treze) ações, começando pela definição da equipe que estará à frente das ações do Programa. Com quais profissionais a Secretaria de Educação conta para o desenrolar das ações no município?

De acordo com a Portaria nº 867/12 caberá ao município: V - designar coordenador(es) para se dedicar(em) às ações do Pacto e alocar equipe necessária para a sua gestão, inclusive em suas unidades regionais, se houver.

O Pnaic é um Programa de Formação de Professores Alfabetizadores, no entanto para que o resultado da sua ação seja pleno, é mister que outras pessoas e

setores sejam envolvidos, tal como sugerido por Soares (2014), em uma formação de rede, incluindo Gestores Escolares, Coordenadores Pedagógicos e Professores Alfabetizadores. Na figura 3, apresento uma proposta de organograma do PAE, indicando as Secretarias, Gerências, Divisões e pessoas que devem ser envolvidas. O Pnaic envolve ação de monitoramento e avaliação e vai exigir, por exemplo, o envolvimento de equipes específicas da rede que desenvolvem ações de monitoramento e atuam diretamente com os Gestores Escolares e Coordenadores Pedagógicos, assim como o envolvimento de equipes específicas que tratam das avaliações internas e externas da rede. Estas equipes, que já existem dentro do organograma da rede, precisam unificar suas ações alinhando-as com o Pnaic.

Figura 3. Organograma do Plano de Ação Educacional - PAE



Fonte: elaboração própria tomando como base o organograma atual da rede.

A segunda ação é a reunião de toda a equipe para análise dos documentos básicos e consequente apropriação do Pnaic, a começar pela portaria que o instituiu, a

de nº 867/2012, além de outros documentos oficiais, disponíveis no site do MEC. Na portaria de nº 867/12 é possível encontrar o detalhamento do Programa que muito facilitará sua aplicabilidade. A leitura atenta das atribuições da Coordenação Municipal, por exemplo, é suficiente para entender que ela não pode ser desenvolvida por apenas uma pessoa e por uma equipe esporádica. É necessária, de fato, uma equipe permanente, pois as atribuições postas neste documento envolvem permanentes e variadas ações.

Apesar de já apresentada anteriormente nesta dissertação, convém chamar atenção para alguns aspectos:

A Coordenação Municipal do Pnaic está dentro do eixo de Gestão, Controle e Mobilização Social; fica a cargo da Secretaria Municipal de Educação e, de acordo com esta portaria, é responsável pela “gestão, supervisão, monitoramento das ações do Pacto no âmbito da rede municipal e pela interlocução com a coordenação estadual”. Está dentro das ações da Coordenação Municipal “Reunir-se constantemente com o titular da Secretaria de Educação com o intuito de avaliar a implementação das ações do Pacto e implantar as medidas corretivas eventualmente necessárias”.

Após definição da equipe e análise dos documentos, a terceira ação é a elaboração, por parte desta equipe, de estratégias para o desenvolvimento das ações apontadas no documento, adequando-as à realidade do município e a definição dos papéis de cada um dos envolvidos neste processo.

A quarta ação é a mobilização da rede em torno do Pnaic. Entendemos que de nada adianta os governos estabelecerem PACTOS se estes não chegam aos conhecimentos da base, que é responsável direta pela ação, execução do Programa. Gestores Escolares, Coordenadores Pedagógicos e Professores Alfabetizadores precisam ser envolvidos, sensibilizados. Só desta forma conseguiremos que se comprometam com a causa.

A quinta ação é a seleção dos Orientadores de Estudo que serão responsáveis pela execução da formação junto aos Professores Alfabetizadores (Pela experiência adquirida, já sabemos que a seleção será para complemento do quadro, pois muitos Orientadores de Estudo, que atuaram no Programa em anos anteriores, permanecem na função).

A sexta ação é a apresentação da proposta para Gestores Escolares, Coordenadores Pedagógicos e Professores Alfabetizadores. Até este momento, o processo não estará concluído. Será dada a esses profissionais a oportunidade de interferirem no processo com sugestões, indicações de melhoria etc.

As sétima e oitava ações estão interligadas, dizem respeito a procedimentos internos, que são organização das turmas e do calendário. Essas duas ações ficarão a cargo direto da Coordenação Municipal e da equipe alocada para sua execução.

A realização das formações, propriamente ditas, corresponde às ações 9, 10 e 11 e ficarão sob a responsabilidade direta dos Orientadores de Estudo, com acompanhamento da Coordenação Municipal e equipe.

A ação 12 perpassará todo o Pnaic, pois diz respeito ao processo de acompanhamento e avaliação da formação. Esta ação é muito importante, pois nos dará oportunidade de ajustar as ações à medida que formos percebendo necessidade.

Por fim, teremos a ação 13, que corresponde ao Seminário de Socialização de Experiência que será vivenciado em dois momentos do Pnaic: no meio e no final do processo de formação. A intenção é que, neste momento, os professores sintam-se confiantes para expor sua prática para colegas da rede.

O quadro 5 mostra o cronograma do PAE, com informações a respeito da ação, do responsável pela ação, da data e do local onde a ação será desenvolvida e do público alvo da ação.

Os custos relacionados a estas ações já fazem parte da rotina da rede. Não há gastos extras com relação à alocação de prédios para funcionamento, nem com recursos técnicos, pois todas as formações acontecerão dentro da Efaer, prédio próprio da rede, que já tem toda estrutura preparada para o desenvolvimento de ações deste tipo.

Quadro 5 - Cronograma do PAE

Nº	AÇÃO	RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	QUANDO	ONDE	PÚBLICO ALVO
1ª	Definição da equipe do PNAIC/2017	GGEIAI, DAL e Coordenação Municipal do Pnaic.	Outubro/2016	Centro de Apoio Pedagógico	GGEIAI, DAL e Coordenação Municipal do Pnaic.
2ª	Reunião da equipe para estudo e apropriação do Programa	DAL e Coordenação Municipal	Novembro/2016	Efaer	Representante da DAL, Coordenadora Municipal, Orientadores de Estudo
3ª	Reunião da equipe para elaboração de estratégias para o Pnaic/2017 e definições do papel de cada um	DAL e Coordenação Municipal	Novembro/2016	Efaer	Representante da DAL, Coordenadora Municipal, representante da equipe de Orientadores de Estudo; representante do NARE, SEGRE, EFAER.
4ª	Mobilização da rede em torno do PACTO pela alfabetização.	DAL/ Coordenação Municipal/ Representantes da GGPMP e da SEGRE, do NARE.	Novembro /2016 a Fevereiro/2017	EFAER, Escolas da rede.	Gestores Escolares, Coordenadores Pedagógicos e Professores Alfabetizadores.
5ª	Seleção de Orientadores de Estudo para complementação do quadro ³¹ .	DAL e Coordenação Municipal	Dezembro/2016	Efaer	GGEIAI, DAL e Coordenação Municipal do PNAIC.
6ª	Apresentação da proposta de formação para Gestores Escolares, Coordenadores Pedagógicos e Professores Alfabetizadores.	DAL/ Coordenação Municipal/ Representantes da GGPMP e da SEGRE.	Dezembro/2016	Efaer	Gestores Escolares, Coordenadores Pedagógicos e Professores Alfabetizadores.
7ª	Organização das turmas de Professores.	DAL e Coordenação Municipal do Pnaic	Janeiro/2017	CAP	DAL e Coordenação Municipal do Pnaic
8ª	Organização do calendário de formação dos Professores, Coordenadores Pedagógicos e	Coordenação Municipal do Pnaic e representantes da Efaer, GGMP, Nare e	Janeiro/2017	Efaer	DAL e Coordenação Municipal do PNAIC e representantes da Efaer, GGMP, Nare e Segre.

³¹ Observar critérios estabelecidos pelo MEC e pela Secretaria Municipal de Educação.

	Gestores Escolares.	Segre.			
9 ^a , 10 ^a e 11 ^a	Realização das formações dos Professores Alfabetizadores/ Coordenadores Pedagógicos e Gestores Escolares	Orientadores de Estudo.	Fevereiro/2017 a Dezembro/2017	Efaer	Professores Alfabetizadores/ Coordenadores Pedagógicos/ Gestores Escolares
12 ^a	Acompanhamento e avaliação das formações.	Coordenação Municipal do Pnaic e GGMP.	Fevereiro/2017 a Dezembro/2017	Efaer	Coordenação Municipal do Pnaic e GGMP.
13 ^a	Seminário de Socialização de Experiências.	Todos os envolvidos	Julho e Dezembro/2017	Efaer	Todos os envolvidos

Fonte: elaboração própria.

Este PAE, portanto, se consubstancia em uma proposta de ajuste do Pnaic. A ideia é que seja desenvolvido basicamente para três grupos de profissionais da educação do município: Professores Alfabetizadores, Coordenadores/as Pedagógicos e Gestores Escolares. No entanto, dado o seu papel no cotidiano escolar a ação será desenvolvida com mais intensidade junto aos Professores Alfabetizadores. A carga horária de formação, por exemplo, será maior para este profissional. O envolvimento da Gestão Escolar e da Coordenação Pedagógica se justifica pela importância do seu papel no acompanhamento das ações pedagógicas e nos resultados das aprendizagens dos estudantes. Entendemos que o envolvimento desses dois profissionais no processo é de fundamental importância. A formação será organizada então em três formatos: formato 1, para os Professores Alfabetizadores, formato 2, para Coordenadores Pedagógicos e formato 3 para Gestores Escolares³².

3.1 Aporte legal para o PAE no município

A Portaria de nº 867/12, em seu artigo VII, diz que cabe ao município estimular e garantir a participação dos Professores Alfabetizadores nas atividades de formação, no

³² Importante ressaltar que apenas os professores terão direito aos recursos enviados pelo MEC, tais como Cadernos de Formação e recebimento da bolsa. A inclusão dos Gestores e Coordenadores Pedagógicos é uma ação do município para não deixá-los de fora do processo diante dos seus papéis no cotidiano da escola.

entanto diz também que não poderá haver prejuízo da carga horária em sala de aula, ou seja, os professores devem participar das formações, mas seus alunos não podem ficar sem o dia letivo garantido na LDB/96. O dia de sábado foi escolhido para formação devido ao fato da rede não contar com um quadro de professores em número suficiente para substituir os professores em formação. No entanto, esses três anos de funcionamento do Pnaic nos mostraram que este não foi um bom dia para o desenvolvimento de uma formação que deveria abranger toda a rede, pois muitos professores, por motivos particulares diversos, não puderam participar. Observamos então, a partir da pesquisa realizada com os professores e Orientadores de Estudo, além da leitura dos relatórios e avaliações feitas por orientadores e professores, que a melhor maneira para garantir o envolvimento de todos é trazendo esses encontros de formação para o turno de trabalho do professor e este é o momento propício, pois a rede encontra-se envolvida na luta pela garantia de 1/3 da aula atividade.

Este PAE, portanto, traz a proposta de ser desenvolvido utilizando o tempo previsto no calendário da rede para a formação de professores e 1/3 da carga horária que deve ser destinado a momentos de aula-atividade, previsto na Lei Nº 11.738³³, de 16/07/2008, no art. 2º, parágrafo 4º, “Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos” (BRASIL, 2008). E na Lei Municipal Nº 18.033/14³⁴, que dispõe sobre a implementação da aula-atividade para o Professor I em regência, em seu artigo 1º parágrafo único:

Art. 1º - A aula atividade, nos percentuais fixados na Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, será implementada, em sua integralidade, a partir de junho de 2014.

Parágrafo único: A aula atividade, correspondente a 1/3 (um terço) da carga horária do professor, será destinada a atividades extraclasse, tais como atividades de capacitação, planejamento, avaliação e reuniões, bem como outras atribuições específicas do cargo do grupo ocupacional magistério que não configurem atividades de interação com os educandos (RECIFE, 2014).

³³ Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2016, que regulamenta o piso salarial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm>. Acesso em: 14 jun. 2015.

³⁴ Lei nº 18.033/2014, Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial-acervo/exibemateria.php?cedicacodi=74&aedicaano=2014&ccadecodi=2&csecaocodi=49&cmatercodi=1&QP=18.033&TP=>>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

No ano de publicação desta lei, como medida para implantação paulatina da aula atividade, foram dados aos professores regente I, que lecionam nos primeiros anos do Ensino Fundamental, o direito de optar pelo recebimento da aula atividade em pecúnia ou em gozo, como especificado no artigo 2º desta lei:

Art. 2º - A partir de 1º de julho de 2014 o professor I, em regência de classe na rede municipal de ensino do Recife poderá, na forma e prazo definidos em regulamento da Secretaria de Educação, optar pelo recebimento de abono especial, permanecendo em atividades de interação com os educandos.

No entanto, no ano de 2016, este formato foi alterado e comunicado aos professores através do ofício circular nº 81/2016 – GAB/SE (em anexo), com o seguinte texto:

(...)

O professor receberá 50% do valor do abono pago em 2015, referente à carga horária da aula atividade.

O professor terá 5h/a de redução de carga horária de interação com o estudante a cada 15 dias.

Dentro da carga horária de redução de interação com o estudante, o professor deverá participar de 5h/a de formação mensal (...). O restante desta carga horária deverá ser vivenciado pelos Professores na unidade de ensino para realização do seu planejamento individual.

(...)

Os Professores que até dezembro de 2015 tiveram carga horária integral de aula atividade permanecerão da mesma maneira, porém devem respeitar o cronograma de formação.

(...)

A rede pretende atingir a implantação integral de 1/3 da carga horária, com a redução da interação com o estudante para todos os professores, no entanto este objetivo ainda não foi atingido e a situação atual da rede é a seguinte: alguns professores, aproximadamente 20%, gozam integralmente o tempo previsto em lei de 1/3 da carga horária com a redução da interação com o estudante, outros, aproximadamente 80%, dividem este tempo recebendo 50% em pecúnia e os outros 50% com a redução da interação com o estudante. Este quadro se deve ao fato da Secretaria de Educação não contar, ainda, com um quadro efetivo de professores substitutos em número suficiente para atender toda a rede.

Encontramos respaldo para apresentação desta proposta nos comentários dos Professores Alfabetizadores. Entendemos que o baixo número de participantes do

Pnaic não está atrelado a uma avaliação negativa das formações deste Programa. Pelo contrário, percebemos que há uma boa aceitação e uma credibilidade dos professores em relação à sua proposta. Os comentários evidenciam que o maior problema do Pnaic está no fato de ser realizado em dias de sábado. Algumas chegam a citar, inclusive, o momento da aula atividade como sugestão para os dias de estudos.

A proposta do PNAIC é bastante relevante para o exercício do profissional em educação, inclusive todos os anos deveriam ser contemplados com os estudos, porém, estes estudos deveriam ocorrer em outro dia da semana. Com a mudança no formato da Aula Atividade, poderia ser direcionado um dia para estudo dos conteúdos do PNAIC. (E.M.G.M.A.A. 2016).

Esperamos, com uma formação realizada nestes moldes, atingir todos os profissionais e estarmos também promovendo a valorização de todos e o reconhecimento dos diversos fazeres pedagógicos. Todos terão oportunidade de desenvolver uma prática reflexiva, à medida que lhes será dada oportunidade de desenvolver sua prática, refletir sobre ela e novamente agir, tendo, desta forma, mais possibilidades de transformar o seu cotidiano.

Esta proposta de formação traz a ideia da flexibilidade e exigirá, de todos os envolvidos, competência para redirecionar seus planejamentos, à medida que for recebendo devolutivas do cotidiano. A intenção é estimular o protagonismo e a autonomia de todos: Professores Alfabetizadores, Coordenadores Pedagógicos e Orientadores de Estudo, pois, apesar do Pnaic trazer uma proposta pronta de temas, espera-se que, com a experiência profissional de todos envolvidos, consigam abordar esses temas de forma a atender as necessidades de cada um e incluir novas temáticas, sempre que considerarem necessário.

3.2 Estrutura do PAE³⁵

Nesses dois anos de existência, o Pnaic contribuiu para a formação de um grupo de formadores da rede, os Orientadores de Estudo. Esses profissionais pertencem ao quadro de efetivos e atuam na rede, basicamente, em duas funções: Coordenadores Pedagógicos ou Técnicos Pedagógicos. Eles têm, portanto, uma carga horária específica de trabalho na rede,

³⁵ A proposta é que este PAE seja posto em prática logo no início do ano, pois trazendo as formações do Pnaic para os momentos de aula atividade do professor não haverá necessidade de atrelar seu início ao calendário do MEC. O professor precisa ter ciência que a bolsa paga por este Programa é um complemento e que terão direito a ela os professores que já estiverem envolvidos em todo o processo formativo, desenvolvendo todas as atividades propostas. A inserção no Programa será feita a partir da comprovação da frequência nesses momentos.

independente do Programa, e desenvolvem grande parte das atividades deste Programa dentro desta carga horária, com exceção da formação dos professores, que, na proposta atual, são desenvolvidas nos dias de sábado. Planejamento da formação dos professores, participação dos Seminários em Caruaru, são exemplos de atividades que são desenvolvidas dentro da carga horária desses profissionais na rede.

Este PAE apresenta a proposta de trazer a formação dos professores, que atualmente acontece nos dias de sábado, como já foi dito, para os dias da semana. Para isto, apresenta a sugestão de utilizar os momentos de aula atividade, previstos em leis, para a formação, deixando de fora da carga horária de trabalho dos professores atividades que possam ser desenvolvidas em casa (ou em qualquer outro ambiente) em um horário de acordo com as disponibilidades de cada um.

A ideia é potencializar o grupo de Orientadores de Estudo e ampliar o alcance do seu trabalho para além dos Professores Alfabetizadores, envolvendo também Coordenadores Pedagógicos e Gestores Escolares. O desenho do Pnaic não contempla a formação desses profissionais embora sinalize para a necessidade de envolvê-los no processo.

Propomos, então, a seguinte estruturação para o Pnaic:

- ✓ Que sejam organizados três grupos de estudos/formação:
 - Grupo 1 – Formação para os Professores Alfabetizadores
 - Grupo 2 – Formação para Coordenadores Pedagógicos
 - Grupo 3 – Formação para Gestores Escolares

A responsabilidade pela realização da formação desses profissionais será dos Orientadores de Estudo que recebem formação específica do Pnaic. Cada grupo, no entanto, terá um objetivo diferente de formação. Na formação do grupo 1 o foco será no processo de alfabetização, na dinâmica da sala de aula, na construção de recursos didáticos, ou seja, na potencialização da prática pedagógica do professor. Na formação do Grupo 2, o foco será no acompanhamento da prática e no desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes tendo sempre como norte as orientações do Programa. Na formação do Grupo 3, o foco será também no acompanhamento da prática pedagógica do professor e no desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes, porém em um âmbito mais geral, envolvendo a escola como um todo. O objetivo de envolver coordenadores e gestores é fazer valer a ideia de pacto, afinal o Pnaic foi um

compromisso estabelecido entre os governos e para dar certo é importante que todos sejam envolvidos neste compromisso.

Nas subseções a seguir apresentaremos com mais detalhes a proposta de trabalho para cada grupo.

3.2.1 Proposta de formação para os Professores Alfabetizadores

A formação dos professores será desenvolvida em duas etapas: uma etapa presencial, a ser desenvolvida em um ambiente externo à Unidade Educacional, em um centro de formação - a Efaer será o local ideal - e outra etapa à distância, que será desenvolvida na escola em momentos distintos: um nos momentos de aula atividade na escola, planejando sua prática, e outro na sala de aula, colocando em prática o que foi discutido e planejado nos momentos de formação.

O quadro 6 mostra a estruturação do PAE para os Professores Alfabetizadores.

Quadro 6 - Estruturação do Plano de Ação Educacional – PAE (Público alvo: Professores Alfabetizadores)³⁶

Mês				
Período	Modalidade	Local	Responsável pela ação	Atividade
1ª semana do mês	Etapa presencial (4h)	Efaer	Orientadores de Estudo	Momento de estudo com os pares: aprofundamento teórico, socialização de experiências.
2ª semana do mês	Etapa a distância – na escola (4h)	Escola (momento de aula atividade)	Professor Alfabetizador/ Coordenador Pedagógico	Registro da prática; preparação do material para socialização; elaboração, criação de material para o desenvolvimento das atividades solicitadas no momento presencial. Desenvolvimento das atividades obrigatórias do Simec.
3ª semana do mês	Etapa presencial (4h)	Efaer	Orientadores de Estudo	Momento de estudo com os pares: aprofundamento teórico, socialização de experiências.
4ª semana do mês	Etapa a distância – na escola (4h)	Escola (momento de aula atividade)	Professor Alfabetizador/ Coordenador Pedagógico	Registro da prática; preparação do material para socialização; elaboração, criação de material para o desenvolvimento das atividades solicitadas no momento presencial. Desenvolvimento das atividades obrigatórias do Simec.

³⁶ Contamos neste momento com a implantação de 100% da aula atividade para todos os professores.

Permanente	Sala de aula	Escola (momento de aula normal)	Professor Alfabetizador	Desenvolvimento das atividades planejadas no momento presencial e a distância.
Total de carga horária mensal	16 horas			

Fonte: elaboração própria.

O quadro 6 mostra a estruturação do PAE para os Professores Alfabetizadores. A proposta é que este PAE seja iniciado em março de 2017, independente do calendário de formação do Pnaic nacional. Os Orientadores de Estudo tomarão como base para o início das formações os materiais trabalhados nos anos anteriores: Alfabetização em Língua Portuguesa (PNAIC 2013); Alfabetização Matemática (PNAIC 2014) e Interdisciplinaridade (PNAIC 2015), além de outros materiais cujo foco seja a alfabetização.

Quando o Pnaic nacional tiver início, as turmas do Pnaic municipal já estarão organizadas e dentro de um ritmo de formação. Os novos conteúdos serão inseridos dentro da proposta em andamento.

Na etapa presencial os professores terão oportunidade de aprofundamento teórico, troca de ideias, socialização de experiências e compartilhamento de recursos com seus pares; na etapa à distância, os professores terão oportunidade de refletirem sobre o seu fazer pedagógico e sistematizarem os conhecimentos adquiridos nos momentos presenciais, através dos registros de suas práticas, resignificando, desta forma, a relação entre a teoria e a prática. É uma oportunidade também de resgatar a função do “Professor autor, aquele que produz o conhecimento para si, para e com seus pares, para a escola – como lócus de sua formação e exercício da profissão – seus alunos e para a sociedade” (PAULA, 2014, p. 127).

Consideramos importante que o professor tenha, em seu processo de formação, oportunidade de participar de cursos e treinamento oferecidos pelas redes a qual estão vinculados, no entanto entendemos que uma formação de professores, para ser completa e atender de fato às suas necessidades, não pode se resumir a estes momentos. Não podemos desconsiderar a riqueza que o ambiente escolar oferece diariamente ao professor e observamos que algumas propostas de formação ignoram essas vivências levando o professor a discutir/estudar a realidade de outros, quando

poderiam estar discutindo ou estudando a sua própria realidade, tomando-a como objeto de pesquisa, resgatando o papel de pesquisador e produtor de conhecimentos. Acreditamos que o ambiente escolar é o cenário perfeito para a realização de uma formação mais adequada para o professor, no entanto acreditamos também que “a eficácia dessa formação depende também da atitude do professor, de se compreender como alguém que, por profissão, precisa estar em contínua formação” (BRASIL, 2002, p. 102), ou seja, é necessário que o professor esteja implicado neste processo do começo ao fim.

De acordo com Nóvoa (1997, p. 14),

O diálogo entre os Professores é fundamental para consolidar saberes emergentes da prática profissional. Mas a criação de redes coletivas de trabalho constitui, também, um fator decisivo de socialização profissional e de afirmação de valores próprios da profissão docente. O desenvolvimento de uma nova cultura profissional dos Professores passa pela produção de saberes e de valores que deem corpo a um exercício autônomo da profissão docente.

O objetivo deste PAE vai além da ampliação do número de participantes nas formações do Pnaic; pretende também contribuir para a construção da identidade do Professor Alfabetizador e fortalecer as relações nos ambientes escolares, levando para este espaço a oportunidade de ser tomado como objeto de estudo. Acreditamos que, desta forma, conseguiremos envolver mais do que os Professores Alfabetizadores no processo formativo, mas também toda a equipe técnico-pedagógica, assim como todos os demais professores de outros ciclos, em um clima de estudo, pesquisa e produção.

Sobre a escola, enquanto espaço de formação, McBride (1989 apud NÓVOA, 1992, p. 18) diz que

(...) o desafio consiste em conceber a escola como um ambiente educativo, onde trabalhar e formar não sejam atividades distintas. A formação deve ser encarada como um processo permanente, integrado no dia-a-dia dos Professores e das escolas, e não como uma função que intervém à margem dos projetos profissionais e organizacionais.

A nossa expectativa é de que, através deste PAE, possamos contribuir para a elevação da autoestima do professor, à medida que será dada visibilidade ao trabalho que desenvolve em seu cotidiano e, conseqüentemente, despertar nele o prazer pelo

estudo, levando-o a reconhecer-se como produtor da sua profissão, tal como Nóvoa (1992, p. 17) disse:

Os Professores têm que se assumir como produtores da "sua" profissão. Mas sabemos hoje que não basta mudar o profissional; é preciso mudar também os contextos em que ele intervém. Isto é, da mesma maneira que a formação não se pode dissociar da produção de saber, também não se pode alhear de uma intervenção no terreno profissional. As escolas não podem mudar sem o empenhamento dos Professores; e estes não podem mudar sem uma transformação das instituições em que trabalham. O desenvolvimento profissional dos Professores tem que estar articulado com as escolas e os seus projetos.

Com esta estrutura o Professor Alfabetizador terá realizado, a cada mês, 16 horas de formação: 8 horas presenciais e 8 horas a distância. Todas as demandas do Programa serão atendidas (leitura, socialização, produção de material, entre outros) e será resolvido um problema, que fez com que muitos professores deixassem de participar das formações: o tempo. Basicamente toda a carga horária será desenvolvida dentro do turno de trabalho do professor, com exceção das atividades ligadas ao registro da prática e à realização das atividades obrigatórias solicitadas pelo Simec, que poderão ser desenvolvidas fora do turno de trabalho, num local e tempo a critério do professor. A participação do professor na íntegra em todas as etapas fará jus ao recebimento da bolsa oferecida pelo Programa.

3.2.2 Proposta de formação para os Coordenadores Pedagógicos

O objetivo de inserir neste PAE uma proposta de formação para os Coordenadores Pedagógicos é envolver esses profissionais em torno do Pnaic. Vimos, em alguns comentários, os professores reclamando da falta de conhecimento do Pnaic por parte de alguns Coordenadores Pedagógicos e da falta de incentivo por parte deles. Diante disto, incluímos neste PAE estratégias de sensibilização desses profissionais em relação ao Pnaic. O objetivo é levá-los a conhecer a dinâmica de formação, conhecer os materiais disponibilizados aos professores e envolvê-los no compromisso de acompanhamento da prática do Professor Alfabetizador e dos resultados de aprendizagens dos alunos. A formação para esses profissionais consistirá em um encontro mensal, com duração de 4 horas, onde serão desenvolvidas atividades de

apropriação do Programa e momentos de reflexão em torno do seu papel no processo, além de solicitação de atividades específicas visando instrumentalizar os coordenadores para o melhor exercício da sua função, orientando-os sobre o acompanhamento ao professor da sua prática em sala de aula e nos momentos de aula atividade. Desta forma, esses profissionais terão o compromisso de apoiar e acompanhar das ações do Programa em sua escola.

Para Géglío (2003, p. 115), o Coordenador Pedagógico “Exerce um relevante papel na formação continuada do Professor em serviço, e esta importância se deve à própria especificidade de sua função, que é planejar e acompanhar a execução de todo o processo didático-pedagógico da instituição”.

Todas as escolas da rede municipal do Recife contam com a presença do Coordenador Pedagógico, umas durante todos os turnos, outras em apenas um turno, mas todas são contempladas com este profissional e eles têm sido grandes parceiros da Secretaria de Educação em várias situações. Deixá-los de fora de um processo formativo como este é desconhecer a importância dessa parceria.

A carga horária de formação para estes profissionais não será a mesma destinada aos professores, mesmo porque em seu cotidiano os coordenadores são chamados a atender várias outras demandas, tais como: acompanhamento pedagógico dos alunos de outras turmas, além do ciclo de alfabetização, atendimento aos professores, aos pais, preparação de reuniões pedagógicas, análise de materiais etc., além de outras demandas que não dizem respeito especificamente à sua função, mas que no dia a dia fica difícil, volta e meia, não se envolver com elas, tais como: responsabilizar-se pela entrada e saída de alunos, servir merendas, ser apoio nos momentos de recreios, entre outras.

A proposta de formação para este profissional não terá a mesma carga horária destinada aos Professores Alfabetizadores. Para este profissional, a formação terá uma carga horária de 12 horas mensais e acontecerá também em três etapas: uma presencial e duas a distância. A etapa presencial será desenvolvida uma vez por mês, em um ambiente externo à escola, na Efaer ou em algum outro Centro de Formação, a depender das disponibilidades dos espaços, e as etapas a distância serão desenvolvidas durante todo o mês, na escola, e consistirão basicamente em

acompanhamento e apoio das atividades realizadas pelo Professor Alfabetizador em sala de aula e nos momentos de aula atividade. Dentro da carga horária das atividades à distância, será considerado também o momento de planejamento e registro das ações do Coordenador Pedagógico.

O quadro 7 apresenta a estruturação da formação dos Coordenadores Pedagógicos no PAE.

Quadro 7 - Estruturação do Plano de Ação Educacional – PAE (Público alvo: Coordenadores Pedagógicos)

Mês:				
Período	Modalidade	Local	Responsável pela ação	Atividade
1ª semana do mês	Etapa presencial (4h)	Efaer	Orientadores de Estudo	Momento de estudo com os pares: aprofundamento teórico, socialização de experiências e planejamento da prática.
3ª semana do mês	Etapa a distância – na escola (4h)	Escola	Coordenador Pedagógico	Momento de planejamento e registro da prática.
Permanente	Etapa a distância – na escola (4h)	Escola	Coordenador Pedagógico	Acompanhamento e apoio às atividades do professor em sala de aula e nos momentos de planejamento.
Total de carga horária mensal	12 horas			

Fonte: elaboração própria.

3.2.3 Proposta de formação com os Gestores Escolares

Entendemos que o compromisso com a alfabetização dos estudantes envolve muito mais profissionais do que só os professores do ciclo de alfabetização. É uma proposta de escola que, a nosso ver, deve estar prevista no Projeto Político Pedagógico como compromisso de todos. Partindo desta premissa, este PAE apresenta algumas medidas que visam atrair também os Gestores Escolares para esta ação. Observamos, através dos comentários dos professores, reclamações a respeito da falta de conhecimento e falta de estímulo por parte da Gestão Escolar em torno das atividades desenvolvidas por eles em sala de aula, não apenas em relação ao Pnaic.

Entendemos que este profissional, em seu cotidiano, está imerso em muitas outras demandas, muitas delas concentradas na parte burocrática da administração.

Isto os torna ausente do fazer pedagógico dos professores, delegando a parte pedagógica aos Coordenadores Pedagógicos e professores. Acreditamos, no entanto, que é urgente a desburocratização da função do gestor escolar, pois a conquista de uma educação de qualidade é algo muito amplo e complexo e é uma ação que deve ser desenvolvida a muitas mãos. O gestor escolar não pode distanciar-se deste compromisso. Coordenadores Pedagógicos e Professores Alfabetizadores não conseguirão muitas coisas sozinhos, mesmo porque falta-lhes autonomia para tomada de algumas decisões.

A proposta de formação para os Gestores Escolares incluída neste PAE terá uma carga horária de 8 horas mensais. Esses encontros consistirão em momentos de atualização em torno das ações do Pnaic e de socializações de experiências desenvolvidas pelas escolas da rede. Dentro desta carga horária, serão considerados também os momentos de acompanhamento e apoio à prática do Coordenador Pedagógico e do Professor Alfabetizador.

O quadro 8 apresenta a estruturação do PAE para a formação dos Gestores Escolares.

Quadro 8 - Estruturação do Plano de Ação Educacional – PAE (Público alvo: Gestores Escolares)

Mês:				
Período	Modalidade	Local	Responsável pela ação	Atividade
1ª semana do mês	Etapa presencial (4h)	Efaer	Orientadores de Estudo	Momento de estudo com os pares: aprofundamento teórico, socialização de experiências e planejamento da prática.
Permanente	Etapa a distância – na escola (4h)	Escola	Gestor Escolar	Acompanhamento e apoio às atividades do Coordenador Pedagógico.
Total de carga horária mensal	8 horas			

Fonte: elaboração própria.

3.3 Pessoal envolvido no PAE e seus respectivos papéis

Serão envolvidos na execução deste PAE a Coordenação local do Pnaic, os Orientadores de Estudo, os Professores Alfabetizadores, os Coordenadores

Pedagógicos, os Gestores Escolares e representantes das Gerências e Divisões citadas no organograma apresentado na figura 3.

À Coordenação local, juntamente com sua equipe, caberão as demandas postas pelo Pnaic: organização das turmas, acompanhamento das ações do Orientador de Estudo e dos Professores Alfabetizadores, entre outras especificadas em documento próprio do Programa e já apresentadas anteriormente.

Ao Orientador de Estudo caberão também as demandas postas pelo Pnaic, em documento próprio, embora em uma estrutura diferente. Continuarão responsáveis pela realização da formação junto aos Professores Alfabetizadores e pelo acompanhamento semanal das atividades realizadas por este profissional. Serão acrescentados às suas demandas a formação e o acompanhamento das ações do Coordenador Pedagógico e dos Gestores Escolares, com foco no desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes do ciclo de alfabetização.

Ao Professor Alfabetizador permanecem as demandas ligadas à realização e ao registro das atividades planejadas nos momentos presenciais e das atividades obrigatórias solicitadas pelo Simec, além da frequência obrigatória aos momentos de formação e ao envio permanente dos relatórios para os Orientadores de Estudo. O que este PAE traz de diferente para o professor são os dias em que as formações deverão acontecer.

Aos Coordenadores Pedagógicos e Gestores Escolares caberão as demandas relacionadas ao acompanhamento da prática pedagógica no Professor Alfabetizador, no sentido de contribuir para a melhoria da prática pedagógica.

Aos representantes das Divisões caberão ações específicas ligadas às suas demandas. À representante da Segre, por exemplo, caberá o acompanhamento e a participação na organização das ações ligadas aos Gestores Escolares; ao representante da GGPMP, caberão o acompanhamento e a participação na organização das ações ligadas aos Coordenadores Pedagógicos e o monitoramento pedagógico e ao representante do Nare caberão o acompanhamento e a participação nas ações ligadas a avaliações externas e internas da rede.

3.4 Orientações complementares para o funcionamento do PAE

Este PAE deverá ser implementado em toda a rede municipal de ensino do Recife e deverá envolver todos os Professores Alfabetizadores que atuam no ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano do Ensino Fundamental), todos os Coordenadores Pedagógicos e Gestores Escolares que atuam em escolas que atendam a esta etapa do ensino fundamental.

A previsão para a realização deste PAE é o ano de 2017. A intenção é que suas ações comecem a ser executadas logo no início do ano letivo, independente do início das ações do Pnaic em nível nacional. Para que isto aconteça, será necessário, ainda em 2016, reservar tempo para o planejamento das ações. Será necessário, por exemplo, estabelecer a priori, os temas que serão abordados nas formações e as estratégias que serão utilizadas com o grupo de Coordenadores Pedagógicos e os Professores Alfabetizadores. Neste momento, também deverão ser organizados os grupos de trabalho de forma que cada Orientador de Estudo tenha conhecimento de qual grupo deverá acompanhar em 2017. Os grupos de trabalho envolvendo Gestores Escolares e Coordenadores Pedagógicos, por não comporem a dinâmica do Pnaic, deverão ser distribuídos entre os Orientadores de Estudo. Cada Orientador de Estudo será responsável pelo desenvolvimento da formação de um grupo de Professores Alfabetizadores, para atender à exigência do Pnaic. No entanto, todos eles, ou apenas um grupo deles, ficarão responsáveis também pelo desenvolvimento das formações junto aos Coordenadores Pedagógicos e Gestores Escolares.

Para a escolha dos temas a serem trabalhados em 2017, antes do início das formações do Pnaic nacional, serão utilizados como base os materiais trabalhados no Pnaic nos anos 2013 (Língua Portuguesa), 2014 (Matemática), 2015 (Interdisciplinaridade) e 2016 (interdisciplinaridade). Quando o Pnaic 2017 tiver início nacionalmente, as temáticas propostas para este ano deverão ser incorporadas ao planejamento dos Orientadores de Estudo.

Este PAE será apresentado à Secretaria de Educação no final de 2016, para que sejam calculados os recursos necessários à sua implementação assim como a fonte desses recursos.

3.5 Monitoramento e avaliação do PAE

Para efeito de acompanhamento das ações desenvolvidas no PAE, será solicitado dos Orientadores de Estudo, Professores Alfabetizadores, Coordenadores Pedagógicos e Gestores Escolares registros específicos das atividades realizadas, individual e/ou coletivamente, em formato a ser definido posteriormente: diário de bordo, portfólio, entre outros.

A avaliação será formativa e processual e servirá de subsídios para detectar eventuais lacunas que possam se apresentar durante o processo, favorecendo desta forma o ajuste do Programa durante sua execução. Será realizada também a partir de parâmetros discutidos e acordados pela Secretaria de Educação, juntamente com todos os envolvidos no PAE, antes e/ou durante sua implementação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – Pnaic ofereceu à Secretaria Municipal de Educação do Recife a possibilidade do diálogo entre a escola pública e a universidade, constituindo-se, desta forma, em uma oportunidade de formação dos Professores Alfabetizadores numa parceria entre essas duas instituições, resgatando o papel formador de alguns profissionais, tais como os Coordenadores Pedagógicos que assumiram a função e os Técnicos Pedagógicos cuja essência da função é mesmo a formação de professores.

O objetivo deste PAE é oferecer estratégias para melhor ajustar o Programa à realidade da rede, considerando as experiências vivenciadas nesses três anos de existência. Consideramos, neste estudo, apenas as falas dos Professores Alfabetizadores e Orientadores de Estudo, deixando de fora outros profissionais que poderiam ter sido envolvidos no processo de pesquisa, tais como os Gestores Escolares e Coordenadores Pedagógicos, haja vista o curto espaço de tempo para desenvolver os estudos.

A análise do desenho da formação do Pnaic, empreendida nesta dissertação, identificou aspectos que precisam ser revistos, uns pela gestão municipal do Programa e outros pela gestão nacional. Pela gestão municipal, temos questões ligadas à infraestrutura, ao processo de divulgação e mobilização, ao cronograma, entre outros aspectos discutidos nessa dissertação. Em âmbito nacional temos o processo de inscrição dos professores, o início tardio das formações, a bolsa paga aos envolvidos, tanto o valor quanto o período de liberação das mesmas, a concentração, pelo MEC, das informações enviadas pelos professores via Simec, entre outros fatores.

Entendemos que o Pnaic, da forma como está estruturado, deixou de fora um percentual elevado de Professores Alfabetizadores, não favorecendo, desta forma, as mudanças pretendidas nas práticas pedagógicas e, conseqüentemente, a melhoria dos resultados de aprendizagens da rede.

Identificamos também como fragilidade do Programa a ausência do Coordenador Pedagógico, como público alvo dessa formação, dada a relevância do seu papel no cotidiano da escola, como formador de professores. Entendemos que o envolvimento

desses profissionais na formação contribuirá para uma atuação mais assertiva com relação à formação continuada dos professores da escola em que atua.

Trata-se, segundo Paula (2014, p. 142), de

(...) instituir uma cultura do pensar a profissão docente e suas especificidades, pensar a prática e ressignificá-la em um movimento de reflexão imbricado ao conceito de rede, ou seja, formar e ser formado, produzir conhecimento e recebê-lo, na troca de experiência, debate e problematização das situações pedagógicas que se apresentam nas escolas e no cotidiano do exercício da profissão de professor.

Outra fragilidade que identificamos no Pnaic, e que poderia ser utilizado, talvez, como objeto de estudo de outra dissertação, foi a ausência de uma avaliação sistemática da prática do professor, a fim de identificar as contribuições efetivas do Programa na sua prática. Enfim, as questões apresentadas neste estudo não esgotam as possibilidades em torno do Pnaic, ao contrário, há muito ainda a ser estudado, aprofundado. No entanto, vamos chegando ao fim desta etapa, com uma sensação muito positiva de estar deixando registrada a memória de uma formação.

Esperamos, com este trabalho, estar contribuindo para outros estudos que tenham a formação continuada dos professores como temática.

REFERÊNCIAS

ALFERES, M. A. **Formação continuada de professores alfabetizadores**: uma análise crítica do Programa Pró-Letramento. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2009.

ALVES, Arany Monteiro. **Formação continuada**: os direitos de aprendizagem no ciclo de alfabetização. 2014. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro, 2014.

BASE NACIONAL COMUM (BNC). Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 jul. 2016.

_____. Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. **Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de Programas de formação inicial e continuada de Professores para a educação básica**.

_____. Decreto nº 6.094 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante Programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica**. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 18 jul. 2016.

_____. Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008 . **Que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm>. Acesso em: 03 jun. 2016.

_____. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. **Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a Programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências**. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em: 18 jul. 2016.

_____. Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010 . **Dispõe sobre os Programas de material didático e dá outras providências**. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htm>. Acesso em: 18 jul. 2016.

_____. Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. **Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais.** Diário Oficial da União, Brasília, 05 jul. 2012a..

_____. Portaria nº 1.458, de 14 de dezembro de 2012. **Define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, na forma do art. 2º, inciso I, da Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012b.** Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/port_1458_141212.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.

_____. Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013. **Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis nos 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001.** Diário Oficial da União, ano CL nº 79, 2013.

_____. Lei nº 18.033/2014. **Dispõe sobre a implementação da aula-atividade para o professor I em regência de classe na rede municipal de ensino e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial-acervo/exibemateria.php?cedicacodi=74&aedicaano=2014&ccadercodi=2&csecaocodi=49&cmatercodi=1&QP=18.033&TP=>>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

_____. MEC. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. A escola como espaço de formação docente. In: _____. **PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias.** Brasília: MEC, SEMTEC, 2002, p. 101-102. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

_____. MEC. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: formação do Professor Alfabetizador: caderno de apresentação.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012a. 40 p.

_____. MEC. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: vamos brincar de construir as nossas e outras histórias: ano 02. Unidade 04/** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012b. 47 p.

_____. MEC. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: currículo inclusivo: o direito de ser alfabetizado: ano 3: unidade 1.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012c. 48 p

_____. MEC. **Elementos conceituais e metodológicos para definição dos Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do ensino fundamental.** 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12827-texto-referencia-consulta-publica-2013-cne-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 fev. 2015.

CAMPOS, R. G. M. **Programa de Formação de Professores Alfabetizadores – PROFA – e suas implicações pedagógicas:** concepção de alfabetização, atuação profissional e resultados obtidos. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

CUTRIN, Ana Caroline et al. **Estudo sobre satisfação no trabalho com Professores de uma escola pública e suas consequências físicas, psicológicas e profissionais.** 2013. Disponível em: <<https://psicologado.com/atuacao/psicologia-organizacional/estudo-sobre-satisfacao-no-trabalho-com-Professores-de-uma-escola-publica-e-suas-consequencias-fisicas-psicologicas-e-profissionais>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

EDUCAÇÃO EM FOCO: **Revista de educação Universidade Federal de Juiz de Fora Faculdade de Educação / Centro Pedagógico Educação em Foco**, edição especial, fev. 2015. Quadrimestral 386 p. v. 1, n. 1, jan./jun. 1995 Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013 ISSN 0104-3293. Educação - Periódicos 2. Ensino – Pedagógico

ESTEVES, José M. **O mal-estar docente:** a sala de aula e a saúde dos professores. Tradução de Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/files/Autonomia.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

FREIRE, P. **Política e educação.** São Paulo: Cortez, 1997. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_politica_e_educacao.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2015.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a03v31n2>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

GÉGLIO, Paulo César. O papel do Coordenador Pedagógico na formação do Professor em serviço. In: PLAGGO, Vera Maria Nigro. **O Coordenador Pedagógico e o cotidiano da escola.** São Paulo: Loyola, 2003. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ikcUmCeZLOIC&oi=fnd&pg=PA113&dq=o+papel+do+coordenador+pedag%C3%B3gico&ots=7ScTq1kgy->>

&sig=ZdMErW7bnlZrcJBRh0DnqDDSWHY#v=onepage&q=o%20papel%20do%20coord enador%20pedag%C3%B3gico&f=false>. Acesso em: 03 jul. 2016.

GONÇALVES, Aparecida Ilma. **Autoestima e saúde na prática docente, emergindo como desafios para professores do ensino fundamental**. P@rtes.V.00 p.eletrônica. Agosto, 2010. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/autoestimaesauade.asp>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

JÚNIOR, Plácido Ferreira Lopes. **A autoestima e sua influência no espaço escolar com a atuação dos Orientadores Educacional e Pedagógico**. Monografia (Pós-graduação Lato Sensu) – Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/t205693.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2016.

KRAHE, Elisabeth D.; TAROUÇO, Liane M. R.; KONRATH, Mary L. P. **Desafios do trabalho Docente: mudança ou repetição**. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/renote/article/download/14291/8207>. Acesso em: 28 jun. 2016.

LEAL, Telma Ferraz. Currículo no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: os Direitos de Aprendizagem em discussão. **Educação Em Foco**: revista de educação Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Centro Pedagógico Educação em Foco, edição especial, fev. 2015.

LÚCIO, Elizabeth Orofino. O Pacto Nacional pelos Direitos do Professor Alfabetizador: por uma política de responsabilidade e uma docência de responsividade. **Revista Práticas de Linguagem**, v. 3, p. 1-124, 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/praticasdelinguagem/files/2013/07/112-118-Fale-para-o-professor.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

MEC. PNAIC. **Documentos. Critérios para ser Orientador de Estudo do PNAIC**. 2012. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/orientador_de_estudo.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2016.

MEC. PNAIC. **Documento orientador das ações de formação em 2015**. Disponível em: <<http://www.pnaic.fe.unicamp.br/pf-pnaic/pub/cm-compartilhados/documentos/pnaic-doc.orientador2015.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2016

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. SP-RJ: Hucitec-Abrasco, 1994.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000. Disponível em: <www.ufjf.br/grupar/files/2014/09/RESENHA_Moran_Masetto_Behrens.doc>. Acesso em: 14 jun. 2016.

MORAN, José Manuel. Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n. 12, p.13-21, Mai/Ago 2004.

MOYSÉS, Lúcia. **A autoestima se constrói passo a passo**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

NEHLS, Michele. **Diversificar e brincar com espaços e tempos na educação infantil**. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/130073/artespedinfpljve1ed031.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

NÓVOA, António (coord.). Formação de Professores e Profissão Docente. In: _____. **Os Professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. ISBN 972-20-1008-5. pp. 13-33. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4758>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

NÓVOA, António. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 3. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **A condição dos professores**: recomendação internacional de 1966, um instrumento para a melhoria da condição dos Professores. Genebra: OIT/ Unesco, 1984.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e seus vínculos com as políticas de formação de professores alfabetizadores nos municípios paulistas. **Educação em Revista**, Marília, v. 17, p. 7-24, 2016, Edição Especial.

PAULA, Elizabeth Queiroz de. **A política de formação de professores do Programa de Intervenção Pedagógica – Alfabetização no Tempo Certo da rede estadual de ensino do estado de Minas Gerais**, 2014. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/a-politica-de-formacao-de-Professores-do-programa-de-intervencao-pedagogica-alfabetizacao-no-tempo-certo-da-rede-estadual-de-ensino-do-estado-de-minas-gerais/>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

PERRENOUD, Philippe. Formar professores em contextos sociais em mudança prática reflexiva e participação crítica. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 12, p. 5-21, Set-Dez, 1999.

PREFEITURA DO RECIFE. **Educação. 2. Política de Ensino. 3. Currículo**. I. Maçaira, Élia de Fátima Lopes (Org.). II. Souza, Katia Marcelina de (Org.). III. Del Guerra, Marcia Maria (Org.). IV. Título. V. Série. 2012. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/efaerpaulofreire/politica-de-Ensino>>. Acesso em: 31 jul. 2016

RESENDE, Valéria Aparecida Dias Lacerda de. **Análises dos pressupostos de linguagem nos cadernos de formação em língua portuguesa do pacto nacional pela alfabetização na idade certa - Pnaic**. 2015. 215 f.: il. color. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/123673>>. Acesso em: 31 jul. 2016

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Princípios Orientadores da Base Nacional Comum Curricular (BNC)**. 2016. Disponível em: <<http://educadores.educacao.ba.gov.br/system/files/private/midioteca/documentos/2016/ac-01-textos-introductorios-bncdireitos-educacao.doc>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

SILVA, Eliene Pereira da. **A importância do gestor educacional na instituição escolar**. Revista Conteúdo, Capivari, v. 1, n. 2, jul./dez. 2009 – ISSN 1807-9539. Disponível em: <<http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/viewFile/21/23>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

SILVA, Rosalina Carvalho. **A falsa dicotomia qualitativo-quantitativo: paradigmas que informam nossas práticas de pesquisas**. 1998. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/Nepaids/Captulos_de_livros/falsa_dicotomia.pdf>. Acesso em: 16.04.2016.

SOARES, Magda. Formação de rede: uma alternativa de desenvolvimento profissional de Alfabetizadores. **Cadernos Cenpec**. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 146-173, dez. 2014. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/294/298>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

SOUSA, Maria Goreti da Silva. **A formação continuada e suas contribuições para a profissionalização de professores dos anos iniciais do ensino fundamental de Teresina- PI**. Revelações a partir de histórias de vida. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –UFPI, 2008. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertacao/2008/formacao_ensino_medio.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2016.

SOUZA, Elaine Eliane Peres de. **A Formação Continuada do Professor Alfabetizador nos Cadernos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)**. Florianópolis, SC, 2014. 358 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/130952/332914.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 13, jan/fev/mar/abril. 2000. Disponível em: <http://anped.org.br/rbe/numeros_rbe/revbrased13.htm>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES: AVALIAÇÃO DAS FORMAÇÕES DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – PNAIC NO MUNICÍPIO DO RECIFE NOS ANOS 2013, 2014 E 2015

Caríssimos Professores Alfabetizadores, durante o período de 2014 a 2015 estive coordenando as ações do PNAIC no município do Recife e resolvi tomá-lo como objeto de estudo no mestrado. Gostaria muito de contar com a colaboração de vocês e para isto peço que respondam ao questionário abaixo. Se você era professor do ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano) nos anos de 2013 e 2014, **participante ou não do PNAIC**, por gentileza, responda as questões apresentadas a seguir. Isto não tomará muito do seu tempo e será muito importante para a minha pesquisa. Algumas questões são obrigatórias, porém outras estão direcionadas especificamente a Professores que NÃO PARTICIPARAM e outras a Professores que PARTICIPARAM. Esta informação está localizada logo no início da questão, ok?

Desde já agradeço a participação.

Abraços!
Rozineide Santos

*Obrigatório

DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

1. Sexo *
2. Faixa etária (Professores que NUNCA PARTICIPARAM das formações)
3. Faixa etária (Professores que PARTICIPARAM das formações)
4. Unidade Educacional que atua em 2015 *
5. RPA onde está localizada a escola (RPA 1, RPA 2, RPA 3, RPA 4, RPA 5, RPA 6)
6. Ano de regência * (Marque as turmas onde você lecionou nos anos 2013, 2014 e 2015. Se, em alguns desses anos, você não atuou no ciclo de alfabetização, marque a alternativa “outro”).

	ANO 1	ANO 2	ANO 3	OUTRO
PNAIC 2013				
PNAIC 2014				
PNAIC 2015				

7. Tempo de regência em sala de aula (Professores que NUNCA PARTICIPARAM das formações do PNAIC)
8. Tempo de regência em sala de aula (Professores que PARTICIPARAM das formações)

9. Formação acadêmica (Professores que NUNCA PARTICIPARAM das formações do PNAIC) (Marque, entre as alternativas apresentadas, a que corresponde a sua última formação)
10. Formação acadêmica (Professores que PARTICIPARAM das formações do PNAIC) - (Marque, entre as alternativas apresentadas, que corresponde à sua última formação)
11. Participação em congressos, cursos, simpósios, palestras e outros. (Professores que NUNCA PARTICIPARAM das formações do PNAIC) - (Marque, entre as opções apresentadas, os eventos que você participou nos últimos 5 anos)
Seminários, Simpósios, Palestras, Cursos ou minicursos, mesa redonda, Congresso, Não participou
12. Participação em congressos, cursos, simpósios, palestras e outros. (Professores que PARTICIPARAM das formações do PNAIC) - (Marque, entre as opções apresentadas, os eventos que você participou nos últimos 5 anos).
13. Seminários, Simpósios, Palestras, Cursos ou minicursos, mesa redonda, Congresso, Não participou

SOBRE A PARTICIPAÇÃO NAS FORMAÇÕES DO PNAIC

14. Marque os anos em que você PARTICIPOU das formações do PNAIC *

	SIM	NÃO	NUNCA PARTICIPOU
PNAIC 2013			
PNAIC 2014			
PNAIC 2015			

Comentários:

SOBRE A NÃO PARTICIPAÇÃO NAS FORMAÇÕES DO PNAIC

(Questão direcionada a Professores que NUNCA PARTICIPARAM das formações do PNAIC)

15. Marque, entre as alternativas apresentadas, aquela/s que melhor corresponde/m as justificativas pela sua decisão de não participar nas formações do PNAIC.
Não tomou conhecimento, Início tardio, valor da bolsa divulgado pelo MEC, Falta de disponibilidade em dias de sábado, Pouco intervalo de tempo entre um encontro e outro, Dificuldade com o SIMEC, Atraso no pagamento das bolsas pelo MEC, Local onde aconteceram as formações, Falta de incentivo por parte da equipe técnico pedagógica da escola (gestor e coordenador pedagógico), Não se interessou pela proposta, Outro:

Comentário

SOBRE A PARTICIPAÇÃO NAS FORMAÇÕES DO PNAIC

16. Marque, entre as alternativas apresentadas, aquela/s que melhor correspondem a justificativa pela sua decisão de participar das formações do PNAIC.

Busca do aperfeiçoamento profissional, Condição para permanecer na regência no ciclo de alfabetização, Oportunidade de socialização e troca de experiências, Incentivo por parte da equipe técnico-pedagógica da escola (gestor e coordenador pedagógico), Incentivo por parte da equipe de Professores Alfabetizadores da escola, Bolsa paga pelo MEC, Outro:

Comentário

17. Se você iniciou a participação, mas não concluiu, justifique o/s motivos da sua desistência. (Se esta não é sua situação, passe para a questão seguinte)

18. Se você participou em 2013, mas não participou em 2014, indique o motivo da sua não participação neste ano. (Se não corresponde a sua situação, passe para a questão seguinte)

19. Quantos Professores Alfabetizadores que lecionam na mesma escola em que você leciona, participaram das formações do PNAIC? *

100%, 50%, ACIMA DE 50%, ABAIXO DE 50%, NINGUÉM PARTICIPOU.

Comentário

20. Em termos gerais, qual a percepção dos Professores Alfabetizadores, que lecionam na mesma escola que você, tem do PNAIC?

21. Além do PNAIC que outras formações você participou nos anos de 2013 e 2014 oferecidos pela Secretaria de Educação?

PROLER, PALAVRA CANTADA, ONDAS DA LEITURA, NÃO PARTICIPOU DE NENHUMA FORMAÇÃO, Outro:

SOBRE O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO/DIVULGAÇÃO DAS FORMAÇÕES DO PNAIC NO MUNICÍPIO DO RECIFE

22. Você tomou conhecimento do processo de inscrição e do início das formações em tempo hábil? Ou seja, em tempo de participar das formações? (Avalie de acordo com o ano). *

	SIM	NÃO	Tomou conhecimento, mas optou por não participar.
PNAIC 2013			
PNAIC 2014			
PNAIC 2015			

Comentários:

23. Através de que meios ou pessoas, você tomou conhecimento do período de inscrição e do início das formações do PNAIC no município do Recife?

Gestor da Unidade Educacional, Coordenadora Pedagógica, Coordenadora Local do PNAIC, Orientador de Estudo, Outro Professor Alfabetizador, Comunicados oficiais da rede (gestor em rede), Não tomou conhecimento, Outro:

24. Avalie o nível de influência da Gestão da sua Unidade Educacional, na sua decisão de participar ou não das formações do PNAIC? Considerando as seguintes opções: NADA, MUITO POUCO, POUCO e MUITO. *

	NADA	MUITO POUCO	POUCO	MUITO
PNAIC 2013				
PNAIC 2014				
PNAIC 2015				

Comentário *

25. Avalie o nível de influência da Coordenação Pedagógica da sua Unidade Educacional, na sua decisão de participar ou não das formações do PNAIC? Considerando as seguintes opções: NADA, MUITO POUCO, POUCO e MUITO. *

	NADA	MUITO POUCO	POUCO	MUITO
PNAIC 2013				
PNAIC 2014				
PNAIC 2015				

Comentários: *

Sua resposta

SOBRE A ESTRUTURA DAS FORMAÇÕES NO MUNICÍPIO DO RECIFE (PROFESSORES QUE PARTICIPARAM DAS FORMAÇÕES)

26. Avalie a estrutura da formação do PNAIC no município do Recife, considerando os anos 2013, 2014 e 2015.

Serão avaliados neste item: Local (considerando o acesso e a acessibilidade); Condições da sala (quanto a espaço e climatização).

- a) Local da formação

	RUIM	BOM	MUITO BOM	ÓTIMO
PNAIC 2013				
PNAIC 2014				
PNAIC 2015				

- b) Condições da sala de aula (espaço e climatização)

	RUIM	BOM	MUITO BOM	ÓTIMO
PNAIC 2013				
PNAIC 2014				
PNAIC 2015				

Comentários

27. PROFESSORES QUE NUNCA PARTICIPARAM: Avalie o quanto o local da formação e as condições das salas de aula influenciaram sua decisão de NÃO PARTICIPAR das formações do PNAIC, levando em consideração as seguintes opções: NADA, MUITO POUCO, POUCO e MUITO)

	NADA	MUITO POUCO	POUCO	MUITO
PNAIC 2013				
PNAIC 2014				
PNAIC 2015				

28. PROFESSORES QUE PARTICIPARAM DAS FORMAÇÕES: Avalie o quanto a bolsa paga pelo MEC influenciou a sua decisão de participar das formações do PNAIC, levando em consideração as seguintes opções: NADA, MUITO POUCO, POUCO e MUITO.

	NADA	MUITO POUCO	POUCO	MUITO
PNAIC 2013				
PNAIC 2014				
PNAIC 2015				

29. Professores que NUNCA PARTICIPARAM das formações: avalie o quanto o cronograma da formação influenciou sua decisão de NÃO PARTICIPAR das formações, levando em consideração as seguintes opções: NADA, MUITO POUCO, POUCO e MUITO.

	NADA	MUITO POUCO	POUCO	MUITO
PNAIC 2013				
PNAIC 2014				
PNAIC 2015				

Comentários

AVALIAÇÃO DO PNAIC ENQUANTO PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES. (PROFESSORES QUE PARTICIPARAM DAS FORMAÇÕES)

30. Neste item o PNAIC será avaliado em relação aos seguintes aspectos: conteúdos explorados, recursos disponibilizados, contribuição para a melhoria da prática pedagógica e atuação do Orientador de Estudo, considerando os anos 2013, 2014 e 2015, em uma escala de 1 a 4, onde 1 é igual a REGULAR, 2 é igual a BOM e 3 é igual a MUITO BOM e 4 é igual a ÓTIMO.

a) Conteúdos explorados

	REGULAR	BOM	MUITO BOM	ÓTIMO
PNAIC 2013				
PNAIC 2014				
PNAIC 2015				

b) Recursos disponibilizados pelo MEC

	REGULAR	BOM	MUITO BOM	ÓTIMO
PNAIC 2013				
PNAIC 2014				
PNAIC 2015				

c) Contribuição para a melhoria da prática pedagógica

	REGULAR	BOM	MUITO BOM	ÓTIMO
PNAIC 2013				
PNAIC 2014				
PNAIC 2015				

Comentário

AVALIAÇÃO GERAL DO PNAIC *

31. Registre nesse espaço qual sua visão, opinião, em termos gerais, com relação ao PNAIC.

ANEXO 2 – ROTEIRO DA ENTREVISTA

PÚBLICO ALVO: ORIENTADORES DE ESTUDO DO PNAIC.

Avaliação do PNAIC (2013 E 2014) no município do Recife, pelos Orientadores/as de Estudo. (Destinado aos Orientadores de Estudo que exercem a função de Coordenadores Pedagógicos e atuaram no PNAIC 2013 e 2014).

1. Enquanto Orientador de Estudo, atuando no PNAIC nos anos 2013 e 2014, que avaliação você faz desse Programa enquanto proposta de formação de Professores Alfabetizadores?
2. Que avaliação você faz da forma como este Programa foi estruturado em nível nacional, em 2013 e 2014? Identifique potencialidades e fragilidades.
3. Que avaliação você faz da forma como este Programa foi estruturado em nível local, em 2013 e 2014? Identifique potencialidades e fragilidades.
4. Tomando como base as turmas que você acompanhou nesses dois primeiros anos, enquanto Orientador de Estudo, como você descreveria o perfil do Professor participante? Especifique por ano. (2013 e 2014)
5. Na escola em que você atua como Coordenador Pedagógico havia quantos Professores atuando no ciclo de alfabetização e quantos desses Professores participaram do PNAIC nos anos 2013 e 2014? Especifique por ano.
6. Com relação aos Professores que participaram das formações, em sua opinião, que fatores contribuíram para que eles tomassem esta decisão?
7. Com relação aos Professores que NÃO participaram das formações, em sua opinião, que fatores contribuíram para que eles tomassem esta decisão? Justifique sua resposta.
8. Enquanto Orientador de Estudo você considera que a participação dos Professores em termos numéricos foi satisfatória em 2013 e 2014? Justifique sua resposta.
9. Em sua opinião que medidas poderiam ser implementadas para aumentar a participação dos Professores nas formações do PNAIC em termos quantitativos e qualitativos?
10. Enquanto Orientador de Estudo, quais as contribuições que o PNAIC trouxe para a sua prática na Coordenação Pedagógica?

ANEXO 3 – QUADROS DOS DIREITOS DE APRENDIZAGENS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Quadro 9 – Direitos Gerais de Aprendizagem: Língua Portuguesa

Direitos gerais de aprendizagem: <u>Língua Portuguesa</u>
Compreender e produzir textos orais e escritos de diferentes gêneros, veiculados em suportes textuais diversos, e para atender a diferentes propósitos comunicativos, considerando as condições em que os discursos são criados e recebidos.
Apreciar e compreender textos do universo literário (contos, fábulas, crônicas, poemas, dentre outros), levando-se em conta os fenômenos de fruição estética, de imaginação e de lirismo, assim como os múltiplos sentidos que o leitor pode produzir durante a leitura.
Apreciar e usar em situações significativas os gêneros literários do patrimônio cultural da infância, como parlendas, cantigas, trava línguas.
Compreender e produzir textos destinados à organização e socialização do saber escolar/científico (textos didáticos, notas de enciclopédia, verbetes, resumos, resenhas, dentre outros) e à organização do cotidiano escolar e não escolar (agendas, cronogramas, calendários, cadernos de notas...).
Participar de situações de leitura/escuta e produção oral e escrita de textos destinados à reflexão e discussão acerca de temas sociais relevantes (notícias, reportagens, artigos de opinião, cartas de leitores, debates, documentários...).
Produzir e compreender textos orais e escritos com finalidades voltadas para a reflexão sobre valores e comportamentos sociais, planejando e participando de situações de combate aos preconceitos e atitudes discriminatórias (preconceito racial, de gênero, preconceito a grupos sexuais, preconceito linguístico, dentre outros).

Fonte: PNAIC 2013. Ano 1. Caderno 1. Pag. 32

Quadro 10 - Direitos de Aprendizagem. Eixo: Leitura

Leitura	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Ler textos não-verbais, em diferentes suportes.	I/A	A/C	A/C
Ler textos (poemas, canções, tirinhas, textos de tradição oral, dentre outros), com autonomia.	I/A	A/C	C
Compreender textos lidos por outras pessoas, de diferentes gêneros e com diferentes propósitos.	I/A	A/C	A/C
Antecipar sentidos e ativar conhecimentos prévios relativos aos textos a serem lidos pelo professor ou pelas crianças.	I/A	A/C	A/C
Reconhecer finalidades de textos lidos pelo professor ou pelas crianças.	I/A	A/C	A/C
Ler em voz alta, com fluência, em diferentes situações.	I	A	C
Localizar informações explícitas em textos de diferentes gêneros, temáticas, lidos pelo professor ou outro leitor experiente.	I/A	A/C	C
Localizar informações explícitas em textos de diferentes gêneros, temáticas, lidos com autonomia.	I	A/C	A/C
Realizar inferências em textos de diferentes gêneros e temáticas, lidos pelo professor ou outro leitor experiente.	I/A	A/C	A/C
Realizar inferências em textos de diferentes gêneros e temáticas, lidos com autonomia.	I	I/A	A/C
Estabelecer relações lógicas entre partes de textos de diferentes gêneros e temáticas, lidos pelo professor ou outro leitor experiente.	I/A	A/C	A/C
Estabelecer relações lógicas entre partes de textos de diferentes gêneros e temáticas, lidos com autonomia.	I	A	A/C
Apreender assuntos/temas tratados em textos de diferentes gêneros, lidos pelo professor ou outro leitor experiente.	I/A	A/C	C
Apreender assuntos/temas tratados em textos de diferentes gêneros, lidos com autonomia.	I	A	A/C
Interpretar frases e expressões em textos de diferentes gêneros e temáticas, lidos pelo professor ou outro leitor experiente.	I/A	A/C	A/C
Interpretar frases e expressões em textos de diferentes gêneros e temáticas, lidos com autonomia.	I/A	A/C	A/C
Estabelecer relação de intertextualidade entre textos.	I	I/A	C
Relacionar textos verbais e não-verbais, construindo sentidos.	I/A	A/C	A/C
Saber procurar no dicionário os significados das palavras e a acepção mais adequada ao contexto de uso.		I	A

I - Introduzir; A - Aprofundar; C - Consolidar.

Quadro 11 – Direitos de Aprendizagem. Eixo: Produção de textos escritos

Produção de textos escritos	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Planejar a escrita de textos considerando o contexto de produção: organizar roteiros, planos gerais para atender a diferentes finalidades, com ajuda de escriba.	I/A	A/C	A/C
Planejar a escrita de textos considerando o contexto de produção: organizar roteiros, planos gerais para atender a diferentes finalidades, com autonomia.	I	A	A/C
Produzir textos de diferentes gêneros, atendendo a diferentes finalidades, por meio da atividade de um escriba.	I/A	A/C	C
Produzir textos de diferentes gêneros com autonomia, atendendo a diferentes finalidades.	I	I/A	A/C
Gerar e organizar o conteúdo textual, estruturando os períodos e utilizando recursos coesivos para articular ideias e fatos.	I	I/A	A/C
Organizar o texto, dividindo-o em tópicos e parágrafos.		I	A/C
Pontuar os textos, favorecendo a compreensão do leitor.		I	A/C
Utilizar vocabulário diversificado e adequado ao gênero e às finalidades propostas	I/A	A/C	A/C
Revisar coletivamente os textos durante o processo de escrita em que o professor é escriba, retomando as partes já escritas e planejando os trechos seguintes.	I/A	A	A/C
Revisar autonomamente os textos durante o processo de escrita, retomando as partes já escritas e planejando os trechos seguintes.		I/A	A/C
Revisar os textos após diferentes versões, reescrevendo-os de modo a aperfeiçoar as estratégias discursivas.		I	A

Fonte: PNAIC 2013. Ano 1. Caderno 1. Pag. 34

Quadro 12 – Direitos de Aprendizagem. Eixo: Oralidade

Oralidade	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Participar de interações orais em sala de aula, questionando, sugerindo, argumentando e respeitando os turnos de fala.	I/A	A/C	C
Escutar com atenção textos de diferentes gêneros, sobretudo os mais formais, comuns em situações públicas, analisando-os criticamente.	I/A	A/C	A/C
Planejar intervenções orais em situações públicas: exposição oral, debate, contação de história.	I	A/C	C
Produzir textos orais de diferentes gêneros, com diferentes propósitos, sobretudo os mais formais comuns em instâncias públicas (debate, entrevista, exposição, notícia, propaganda, relato de experiências orais, dentre outros).	I	I/A	A/C
Analisar a pertinência e a consistência de textos orais, considerando as finalidades e características dos gêneros.	I	A	A/C
Reconhecer a diversidade linguística, valorizando as diferenças culturais entre variedades regionais, sociais, de faixa etária, de gênero dentre outras.	I	A	A/C
Relacionar fala e escrita, tendo em vista a apropriação do sistema de escrita, as variantes linguísticas e os diferentes gêneros textuais.	I	A	C
Valorizar os textos de tradição oral, reconhecendo-os como manifestações culturais.	I/A/C	A/C	A/C

Fonte: PNAIC 2013. Ano 1. Caderno 1. Pag. 35

Quadro 13 - Direitos de Aprendizagem. Eixo: análise linguística: discursividade, textualidade e normatividade.

Análise linguística: discursividade, textualidade e normatividade	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Analisar a adequação de um texto (lido, escrito ou escutado) aos interlocutores e à formalidade do contexto ao qual se destina.	I/A	A/C	A/C
Conhecer e usar diferentes suportes textuais, tendo em vista suas características: finalidades, esfera de circulação, tema, forma de composição, estilo, etc.	I/A/C	A/C	C
Reconhecer gêneros textuais e seus contextos de produção.	I/A/C	I/A/C	I/A/C
Conhecer e usar palavras ou expressões que estabelecem a coesão como: progressão do tempo, marcação do espaço e relações de causalidades.	I	A	A/C
Conhecer e usar palavras ou expressões que retomam coesivamente o que já foi escrito (pronomes pessoais, sinônimos e equivalentes).	I	A	A/C
Usar adequadamente a concordância e reconhecer violações de concordância nominal e verbal.		I	A/C
Conhecer e fazer uso das grafias de palavras com correspondências regulares diretas entre letras e fonemas (P, B, T, D, F, V).	I/A	A	C
Conhecer e fazer uso das grafias de palavras com correspondências regulares contextuais entre letras ou grupos de letras e seu valor sonoro (C/QU; G/GU; R/RR; SA/SO/SU em início de palavra; JA/JO/JU; Z inicial; O ou U/ E ou I em sílaba final; M e N nasalizando final de sílaba; NH; ã e ão em final de substantivos e adjetivos).		I	A/C
Conhecer e fazer uso de palavras com correspondências irregulares, mas de uso frequente.		I	A
Saber usar o dicionário, compreendendo sua função e organização.		I	A/C
Saber procurar no dicionário a grafia correta de palavras.		I	A/C
Identificar e fazer uso de letra maiúscula e minúscula nos textos produzidos, segundo as convenções.	I	A	A/C
Pontuar o texto.		I	A/C
Reconhecer diferentes variantes de registro de acordo com os gêneros e situações de uso.	I	A	C
Segmentar palavras em textos.	I	A/C	

Fonte: PNAIC 2013. Ano 1. Caderno 1. Pag. 36

Quadro 14 - Direitos de Aprendizagem. Eixo: análise linguística: apropriação do sistema de escrita alfabética.

Análise linguística: apropriação do Sistema de Escrita Alfabética	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Escrever o próprio nome.	I/A/C		
Reconhecer e nomear as letras do alfabeto.	I/A/C		
Diferenciar letras de números e outros símbolos.	I/A/C		
Conhecer a ordem alfabética e seus usos em diferentes gêneros.	I/A/C		
Reconhecer diferentes tipos de letras em textos de diferentes gêneros e suportes textuais.	I/A	A/C	
Usar diferentes tipos de letras em situações de escrita de palavras e textos.	I	A/C	C
Compreender que palavras diferentes compartilham certas letras.	I/A/C		
Perceber que palavras diferentes variam quanto ao número, repertório e ordem de letras.	I/A/C		
Segmentar oralmente as sílabas de palavras e comparar as palavras quanto ao tamanho.	I/A/C		
Identificar semelhanças sonoras em sílabas e em rimas.	I/A/C		
Reconhecer que as sílabas variam quanto às suas composições.	I/A/C		
Perceber que as vogais estão presentes em todas as sílabas.	I/A/C		
Ler, ajustando a pauta sonora ao escrito.	I/A/C		
Dominar as correspondências entre letras ou grupos de letras e seu valor sonoro, de modo a ler palavras e textos.	I/A	A/C	C
Dominar as correspondências entre letras ou grupos de letras e seu valor sonoro, de modo a escrever palavras e textos.	I/A	A/C	C

Fonte: PNAIC 2013. Ano 1. Caderno 1. Pag. 37

ANEXO 4 – QUADROS DOS DIREITOS DE APRENDIZAGEM EM MATEMÁTICA

Quadro 15 - Direitos gerais de aprendizagem: síntese

Direitos gerais de aprendizagem: Síntese	Ano 1	Ano 2	Ano 3
NÚMEROS E OPERAÇÕES - Identificar os números em diferentes contextos e funções; utilizar diferentes estratégias para quantificar, comparar e comunicar quantidades de elementos de uma coleção, nas brincadeiras e em situações nas quais as crianças reconheçam sua necessidade. Elaborar e resolver problemas de estruturas aditivas e multiplicativas utilizando estratégias próprias como desenhos, decomposições numéricas e palavras.	I	A	A
GEOMETRIA - Explicitar e/ou representar informalmente a posição de pessoas e objetos, dimensionar espaços, utilizando vocabulário pertinente nos jogos, nas brincadeiras e nas diversas situações nas quais as crianças considerarem necessário essa ação, por meio de desenhos, croquis, plantas baixas, mapas e maquetes, desenvolvendo noções de tamanho, de lateralidade, de localização, de direcionamento, de sentido e de vistas. Descrever, comparar e classificar verbalmente figuras planas ou espaciais por características comuns, mesmo que apresentadas em diferentes disposições (por translação, rotação ou reflexão), descrevendo a transformação com suas próprias palavras.	I	A	A
GRANDEZAS E MEDIDAS - Comparar grandezas de mesma natureza, por meio de estratégias pessoais e uso de instrumentos de medida adequado com compreensão do processo de medição e das características do instrumento escolhido. Fazer estimativas; reconhecer cédulas e moedas que circulam no Brasil.	I	A	A
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO - Ler, interpretar e transpor informações em diversas situações e diferentes configurações (do tipo: anúncios, gráficos, tabelas, propagandas), utilizando-as na compreensão de fenômenos sociais e na comunicação, agindo de forma efetiva na realidade em que vive. Formular questões, coletar, organizar, classificar e construir representações próprias para a comunicação de dados coletados.	I	A	A

I - Introduzir; A - Aprofundar; C - Consolidar.

Fonte: PNAIC 2014. Ano 2. Caderno 4. Pag. 33.

Quadro 16 - Direitos de Aprendizagem em Matemática. Eixo: Números e operações

Números e operações	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Identificar números nos diferentes contextos em que se encontram, em suas diferentes funções: indicador da quantidade de elementos de uma coleção discreta (cardinalidade); medida de grandezas (2 quilos, 3 dias, etc); indicador de posição (número ordinal); e código (número de telefone, placa de carro, etc.).	I	A	C
Utilizar diferentes estratégias para quantificar e comunicar quantidades de elementos de uma coleção, nas brincadeiras e em situações nas quais as crianças reconheçam sua necessidade: contagem oral, pareamento, estimativa e correspondência de agrupamentos; comunicar quantidades, utilizando a linguagem oral, a notação numérica e/ou registros não convencionais.	I	A	C
Associar a denominação do número a sua respectiva representação simbólica.	I/A	C	
Identificar posição de um objeto ou número numa série, explicitando a noção de sucessor e antecessor.	I/A	C	
Comparar ou ordenar quantidades por contagem; pela formulação de hipóteses sobre a grandeza numérica, pela identificação da quantidade de algarismos e da posição ocupada por eles na escrita numérica.	I	A	C
Contar em escalas ascendentes e descendentes de um em um, de dois em dois, de cinco em cinco, de dez em dez, etc., a partir de qualquer número dado.	I/A	C	
Identificar regularidades na série numérica para nomear, ler e escrever números menos frequentes.	I	A	C
Utilizar calculadora para produzir e comparar escritas numéricas.	I	A	C
Resolver e elaborar problemas com os significados de juntar, acrescentar quantidades, separar e retirar quantidades, utilizando estratégias próprias como desenhos, decomposições numéricas e palavras.	I	A	C
Reconhecer frações unitárias usuais (um meio, um terço, um quarto e um décimo) de quantidades contínuas e discretas em situação de contexto familiar, sem recurso à representação simbólica.		I	A
Reconhecer termos como dúzia e meia dúzia; dezena e meia dezena; centena e meia centena, associando-os às suas respectivas quantidades.	I	A	C
Resolver e elaborar problemas aditivos envolvendo os significados de juntar e acrescentar quantidades, separar e retirar quantidades, comparar e completar quantidades, em situações de contexto familiar e utilizando o cálculo mental ou outras estratégias pessoais.	I	A	A
Resolver e elaborar problemas de multiplicação em linguagem verbal (com o suporte de imagens ou materiais de manipulação), envolvendo as ideias de adição de parcelas iguais, elementos apresentados em disposição retangular, proporcionalidade e combinatória.	I	A	A
Resolver e elaborar problemas de divisão em linguagem verbal (com o suporte de imagens ou materiais de manipulação), envolvendo as ideias de repartir uma coleção em partes iguais e a determinação de quantas vezes uma quantidade cabe em outra.	I	A	A

Quadro 17 - Direitos de Aprendizagem em Matemática. Eixo: Geometria

Geometria	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Explicitar e/ou representar informalmente a posição de pessoas e objetos, dimensionar espaços, utilizando vocabulário pertinente nos jogos, nas brincadeiras e nas diversas situações nas quais as crianças considerarem necessário essa ação, por meio de desenhos, croquis, plantas baixas, mapas e maquetes, desenvolvendo noções de tamanho, de lateralidade, de localização, de direcionamento, de sentido e de vistas.	I	A	C
Estabelecer comparações entre objetos do espaço físico e objetos geométricos — esféricos, cilíndricos, cônicos, cúbicos, piramidais, prismáticos — sem uso obrigatório de nomenclatura.		I	A
Perceber semelhanças e diferenças entre cubos e quadrados, paralelepípedos e retângulos, pirâmides e triângulos, esferas e círculos.		I	A
Construir e representar formas geométricas planas, reconhecendo e descrevendo informalmente características como número de lados e de vértices.		I	A
Descrever, comparar e classificar verbalmente figuras planas ou espaciais por características comuns, mesmo que apresentadas em diferentes disposições (por translação, rotação ou reflexão), descrevendo a transformação com suas próprias palavras.	I	A	C
Usar rotação, reflexão e translação para criar composições (por exemplo: mosaicos ou faixas decorativas, utilizando malhas quadriculadas).	I	A	C
Descrever e classificar figuras espaciais iguais (congruentes), apresentadas em diferentes disposições, nomeando-as (cubo, bloco retangular ou paralelepípedo, pirâmide, cilindro e cone).		I	A
Identificar e descrever a localização e a movimentação de objetos no espaço, identificando mudanças de direções e considerando mais de um referencial.	I	A	C

Fonte: PNAIC 2014. Ano 2. Caderno 4. p. 35

Quadro 18 - Direitos de Aprendizagem Matemática. Eixo: Grandezas e Medidas

Grandezas e medidas	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Comparar comprimento de dois ou mais objetos por comparação direta (sem o uso de unidades de medidas convencionais) para identificar: maior, menor, igual, mais alto, mais baixo, mais comprido, mais curto, mais grosso, mais fino, mais largo, etc.	I	A/C	
Comparar de grandezas de mesma natureza, por meio de estratégias pessoais e uso de instrumentos de medida conhecidos — fita métrica, balança, recipientes de um litro, etc.	I	A/C	
Selecionar e utilizar instrumentos de medida apropriados à grandeza a ser medida (por exemplo: tempo, comprimento, massa, capacidade), com compreensão do processo de medição e das características do instrumento escolhido.	I	A	C
Identificar ordem de eventos em programações diárias, usando palavras como: antes, depois.	I/A/C		
Identificar unidades de tempo — dia, semana, mês, bimestre, semestre, ano — e utilizar calendários.	I	C	
Relação entre unidades de tempo — dia, semana, mês, bimestre, semestre, ano.	I	A	C
Leitura de horas, comparando relógios digitais e de ponteiros.	I	A/C	
Fazer e utilizar estimativas de medida de tempo e comprimento.	I	A/C	
Comparar intuitivamente capacidades de recipientes de diferentes formas e tamanhos.	I	A/C	
Identificação dos elementos necessários para comunicar o resultado de uma medição e produção de escritas que representem essa medição.	I	A	C
Reconhecer cédulas e moedas que circulam no Brasil e de possíveis trocas entre cédulas e moedas em função de seus valores em experiências com dinheiro em brincadeiras ou em situações de interesse das crianças.	I	A	C

Fonte: PNAIC 2014. Ano 2. Caderno 4. Pag. 36

Quadro 19 - Direitos de Aprendizagem Matemática. Eixo: Tratamento da informação

Tratamento da informação	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Ler, interpretar e transpor informações em diversas situações e diferentes configurações (do tipo: anúncios, gráficos, tabelas, propagandas), utilizando-as na compreensão de fenômenos sociais e na comunicação, agindo de forma efetiva na realidade em que vive.	I	A	C
Formular questões sobre aspectos familiares que gerem pesquisas e observações para coletar dados quantitativos e qualitativos.	I	A	A
Coletar, organizar, classificar, ordenar e construir representações próprias para a comunicação de dados coletados.	I	A	A
Interpretar e elaborar listas, tabelas simples, tabelas de dupla entrada, gráfico de barras para comunicar a informação obtida, identificando diferentes categorias.		I	A
Produção de textos escritos a partir da interpretação de gráficos e tabelas.		I	A
Resolver e elaborar problema a partir das informações de um gráfico.		I	A

Fonte: PNAIC 2014. Ano 2. Caderno 4. Pag. 37

ANEXO 5 – OFÍCIO Nº 81/2016 – SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA AULA ATIVIDADE NO MUNICÍPIO DO RECIFE



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Recife, 31 de março de 2016.

Ofício Circular nº 81/2016– GAB/SE

Senhores Gestores,

Considerando a implementação paulatina da aula atividade, no ano de 2016, seguem as orientações abaixo para o professor que recebeu o abono até dezembro de 2015.

O professor receberá 50% do valor do abono pago em 2015, referente a carga horária da aula atividade.

O professor terá 5h/a de redução de carga horária de interação com o estudante a cada 15 dias.

Dentro da carga horária de redução de interação com o estudante, o professor deverá participar de 5h/a de formação mensal, respeitando o cronograma que segue em anexo. O restante desta carga horária deverá ser vivenciada pelos professores na unidade de ensino para realização do seu planejamento individual.

A organização da carga horária dos professores temporários deverá respeitar o cronograma de formação que segue em anexo, bem como os dias de planejamento individual.

Os professores que até dezembro de 2015 tiveram carga horária integral de aula atividade, permanecerão da mesma maneira, porém devem respeitar o cronograma de formação.

Esclarecemos que o mês de abril, será o primeiro mês de funcionamento desta nova rotina, como esta rotina envolve todas as unidades e professores, qualquer ajuste necessário, deverá ser alinhado junto a Gerência Geral de Gestão de Pessoas.

Agradecemos o envolvimento de todos para o sucesso desta ação e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos através dos telefones 33555985, 33555981 e 33559103.

Na oportunidade, apresentamos nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

ROSSANA ALBUQUERQUE
Secretária Executiva de Gestão da Rede
Secretaria de Educação

Senhores
GESTORES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE

CAIS DO APOLLO, 925 – 4º ANDAR – CEP 50.030-230 – RECIFE-PE – FONE: 3355.9134 - FAX: 3355.9159

ANEXO 6 – MODELO DE PLANEJAMENTO DO ENCONTRO COM OS PROFESSORES. PNAIC 2013 – LÍNGUA PORTUGUESA. UNIDADE 5 – DIFERENTES TIPOS DE TEXTOS

HORÁRIO	ATIVIDADE	OBSERVAÇÕES
7h30	Boas vindas	15 minutos
7h45	Vivência dos jogos elaborados pelas professoras alfabetizadoras e vivenciados em suas turmas.	30 minutos
8h15	Identificação dos Direitos de Aprendizagem contemplados nos jogos	20 minutos
8h35	Resgate da tarefa de casa: <ul style="list-style-type: none"> • Socialização da atividade realizada com os alunos. 	30 minutos
9h05	Leitura compartilhada: <ul style="list-style-type: none"> • Iniciando a conversa; • Objetivos da Unidade 05. 	10 minutos
9h15	Discussão em grande grupo às questões: <ul style="list-style-type: none"> • Você acredita que existem gêneros mais fáceis e mais difíceis de serem apropriados pelas crianças? Por quê? • Quais critérios você utiliza para escolher os gêneros textuais que irá abordar com seus alunos ao longo do ano letivo? • Você acha que o mesmo gênero textual pode ser trabalhado em anos diferentes de escolaridade? Por quê? 	30 minutos
9h55	Dinâmica de formação de subgrupos de acordo com a classificação dos gêneros textuais.	10 minutos Os grupos se agruparão relacionando os gêneros com o tipo textual.
10h05	Intervalo	15 minutos
10h20	Leitura, discussão e registro escrito do texto “Os Gêneros Textuais em Foco: pensando na seleção e na progressão dos alunos” Ano 3 - Unidade 05.	20 minutos
10h35	Socialização das respostas com o grande grupo.	45 minutos
11h30	Almoço.	1h30
INTERVALO DO ALMOÇO		
13h00	Leitura Deleite do livro do acervo complementar: “Livro das Adivinhas?” Antonio Mota, acervo do PNLD	15 minutos
13h15	Leitura e discussão do texto “Relatando uma experiência de 3º ano do Ensino Fundamental: os gêneros textuais a serviço da ampliação dos conhecimentos dos alunos”. Unidade 05 texto 02. As equipes deverão responder as perguntas a seguir de acordo com o trecho lido do relato: <ul style="list-style-type: none"> • Qual é a etapa do projeto lida? • Quais áreas do conhecimento foram exploradas? • Quais gêneros textuais foram abordados? • O que os alunos puderam aprender com essa experiência? 	1h Texto dividido em 5 partes. Cada equipe lerá uma parte do texto e responderá às questões feitas.
14h45	Socialização das respostas no grande grupo.	50 minutos
15h35	Leitura dos quadros de Direitos de Aprendizagem de Ciências e Geografia relacionando-os ao Projeto Didático da Profª Célia.	40 minutos
16h15	Avaliação do encontro. Tarefa de casa	5 minutos

ANEXO 7 - MODELO DE RELATÓRIO DO ENCONTRO COM OS PROFESSORES ALFABETIZADORES REFERENTES AO TRABALHO COM A UNIDADE 5. DIFERENTES TIPOS DE TEXTOS

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Nome do orientador(a) de estudo:

Município:

Nome da formadora:

Unidade referente a este relatório: 05 (diferentes tipos de textos)

Local dos encontros de formação:

Total de Professores inscritos:

Data:

2. FREQUÊNCIA

Momento 1 – manhã - _____ Momento 2 – tarde - _____

3. ATIVIDADES PLANEJADAS/REALIZADAS

Momento 1

Manhã – Unidade 05

Atividades planejadas	Atividades realizadas	Comentários
Boas vindas	Atividade realizada	7h30 Recepção dos Professores.
Vivência dos jogos elaborados pelas professoras alfabetizadoras e que foram vivenciados com os estudantes	Atividade realizada	8h A professora Mariana apresentou o jogo que realizou com seus alunos: <i>Descobrimo o Número</i> . Devido ao grande interesse despertado, ficou acordado que o jogo seria digitalizado e escrito as suas regras para ser enviado por e-mail para todas as participantes da turma.
Identificação dos Direitos de Aprendizagem contemplados nos jogos	Atividade realizada	8h30 As professoras identificaram, nos jogos apresentados, os Direitos de Aprendizagem em diversos eixos do conhecimento.
Resgate da tarefa de casa: Socialização da atividade realizada com os alunos.	Atividade realizada	8h30 Apenas 7 professoras socializaram a aplicação da sequência didática. Falaram que alguns livros do acervo complementar apresentam “estruturas complexas” de compreensão para os estudantes do 3º ano, por estes, em sua maioria, não serem ainda letrados.
Leitura compartilhada: Iniciando a conversa; Objetivos da Unidade 05.	Atividade realizada	9h25
Discussão em grande grupo às	Atividade	9h35

questões: Você acredita que existem gêneros mais fáceis e mais difíceis de serem apropriados pelas crianças? Por quê? Quais critérios você utiliza para escolher os gêneros textuais que irá abordar com seus alunos ao longo do ano letivo? Você acha que o mesmo gênero textual pode ser trabalhado em anos diferentes de escolaridade? Por quê?	realizada	As professoras concluíram que a maioria dos gêneros textuais pode ser trabalhado com os estudantes, desde que se observe o nível de escolaridade, maturidade estágio de apropriação do SEA por parte das crianças e a complexidade do texto, aprofundando-o, em termos de complexidade, a sua exploração.
Dinâmica de formação de subgrupos de acordo com a classificação dos gêneros textuais.	Atividade realizada	9h55 Sem comentários.
Intervalo	Atividade realizada	10h05
Leitura, discussão e registro escrito do texto “Os Gêneros Textuais em Foco: pensando na seleção e na progressão dos alunos” Ano 3 - Unidade 05.	Atividade realizada	10h20 Cada grupo recebeu uma pergunta diferente para síntese do texto
Socialização das respostas com o grande grupo.	Atividade realizada	10h40 As professoras ressaltaram que é importante uma boa apresentação positiva e significativa do gênero aos alunos para eles ficarem mais motivados e receptivos.
Almoço.	Atividade realizada	11h30

Tarde – Unidade 05

Atividades planejadas	Atividades realizadas	Comentários
Leitura Deleite do livro do acervo complementar: “Livro das Adivinhas?” Antônio Mota, Acervo do PNLD	Atividade realizada	13h Sem comentários.
Leitura e discussão do texto “Relatando uma experiência de 3º ano do Ensino Fundamental: os gêneros textuais a serviço da ampliação dos conhecimentos dos alunos”. Unidade 05 texto 02. As equipes deverão responder as perguntas apresentadas, de acordo com a parte lida do relato: Qual é a etapa do projeto lida? Quais áreas do conhecimento foram exploradas? Quais gêneros textuais foram abordados? O que os alunos puderam aprender com essa experiência?	Atividade realizada	13h10 Atividade realizada por 5 grupos. Com apoio de ficha para resposta.
Leitura dos quadros de Direitos de Aprendizagem de Ciências e Geografia.	Atividade realizada	15h30
Avaliação do encontro.	Atividades realizadas	16h10

Tarefa de casa.		
-----------------	--	--

4. ANÁLISE DOS ENCONTROS

4.1 Os objetivos foram alcançados totalmente ou parcialmente?

Foram alcançados de maneira satisfatória.

4.2 Quais foram os aspectos positivos dos encontros de formação dessa unidade?

Foi à socialização feita pelas professoras de diversos jogos de aprendizagem elaborados por elas na tarefa de casa, onde demonstraram avanços qualitativos na produção das sequências didáticas.

4.3. Quais foram os aspectos negativos dos encontros de formação dessa unidade?

Foi à insatisfação de algumas professoras com relação ao tempo insuficiente para realizar as atividades durante os momentos de formação aprofundando a temática; outras com relação ao horário integral da formação aos sábados. Dentre outros comentários não muito relevantes.

4.4. Dinâmica da turma: Como foi o entrosamento do grupo e a troca de experiências entre os Professores?

A turma sempre apresenta uma boa dinâmica com condições muito favorável ao processo de formação.

4.5 Quais temas foram mais apreciados pelos Professores?

Foi à relação dos gêneros com as áreas do conhecimento.

ANEXO 8 - DEZ DOMÍNIOS DE COMPETÊNCIAS RECONHECIDAS COMO PRIORITARIAS NA FORMAÇÃO CONTÍNUA DOS PROFESSORES (REFERENCIAL COMPLETO). (PERRENOUD, 1999)

Competências de referência	Competências mais específicas para serem trabalhadas na formação contínua (exemplos)
1. Organizar e coordenar as situações de aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer, para uma dada disciplina, os conteúdos a ensinar e sua tradução em objetivos de aprendizagem • Trabalhar a partir das representações dos alunos • Construir e planificar dispositivos e seqüências didáticas • Engajar os alunos em atividades de pesquisa, em projetos de conhecimento
2. Gerir a progressão das aprendizagens	<ul style="list-style-type: none"> • Conceber e gerir situações-problemas adequadas aos níveis e possibilidades dos alunos • Adquirir uma visão longitudinal dos objetivos do ensino primário • Estabelecer vínculos com as teorias subjacentes às atividades de aprendizagem • Observar e avaliar os alunos nas situações de aprendizagem, segundo uma abordagem formativa • Fazer balanços periódicos de competências e tomar decisões de progressão
3. Conceber e fazer evoluir dispositivos de diferenciação	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir a heterogeneidade no interior do grupo classe • Superar barreiras, ampliar a gestão da classe para um espaço mais vasto • Praticar o apoio integrado, trabalhar com os alunos com grande dificuldade • Desenvolver a cooperação entre alunos e algumas formas simples de ensino mútuo
4. Envolver os alunos em sua aprendizagem e seu trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Suscitar o desejo de aprender, explicitar a relação com o saber, o sentido do trabalho escolar e desenvolver a capacidade de auto-avaliação nas crianças • Instituir e fazer funcionar um conselho de alunos (Conselho de Classe ou de escola) e negociar com os alunos diversos tipos de regras e contratos • Oferecer atividades de formação optativas, de modo que o aluno componha livremente parte de sua formação • Favorecer a definição de um projeto pessoal do aluno
5. Trabalhar em equipe	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um projeto de equipe, representações comuns • Coordenar um grupo de trabalho, conduzir reuniões • Formar e renovar uma equipe pedagógica • Confrontar e analisar juntos situações complexas, práticas e problemas profissionais • Gerir crises ou conflitos entre pessoas
6. Participar da gestão da escola	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e negociar um projeto da escola • Gerir os recursos da escola • Coordenar e estimular uma escola como todos os parceiros (para-escolares, do bairro, associações de pais, Professores de língua e cultura de origem)
7. Informar e envolver os pais	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar as reuniões de informação e de debate • Conduzir as entrevistas • Envolver os pais na valorização da construção de saberes
8. Servir-se de novas tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar os programas de edição de textos • Explorar as potencialidades didáticas de programas com relação aos objetivos dos vários domínios do ensino
9. Enfrentar os deveres e dilemas éticos da profissão	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenir a violência na escola e na cidade • Lutar contra os preconceitos e as discriminações sexuais, étnicas e sociais • Participar na definição de regras de vida comum no tocante à disciplina na escola, as sanções e a apreciação da conduta • Analisar a relação pedagógica, a autoridade e a comunicação em classe

	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver o senso de responsabilidade, a solidariedade, o sentimento de justiça
10. Gerir sua própria formação contínua	<ul style="list-style-type: none">• Saber explicitar suas práticas• Fazer seu próprio balanço de competências e seu programa pessoal de formação contínua• Negociar um projeto de formação comum com os colegas (equipe, escolas, rede)• Envolver-se em atividades no domínio de um setor do ensino ou do DIP6• Colher e participar da formação dos colegas

Fonte: Classeur Formation Continue: programme des cours (1996-1997). Genève, Enseignement primaire, Service du perfectionnement, 1996.

ANEXO 9 - AVALIAÇÃO DAS FORMAÇÕES DO PNAIC /2013 PELOS PROFESSORES ALFABETIZADORES (AVALIAÇÃO REALIZADA AO FINAL DO PRIMEIRO ENCONTRO - 27.07.2013)

<u>QUE BOM</u>	<u>QUE TAL</u>	<u>QUE PENA</u>
Que o PNAIC começou	Se as formadoras questionarem mais os cursistas?	Algumas questões burocráticas que precisam ser ajustadas.
Aprendemos com as falas dos colegas	A Rede refletir sobre formações para educação infantil com uma proposta que concorde com os princípios desta?	Ser aos sábados e não termos na escola um espaço (tempo) para realizarmos planejamentos mais efetivos e coerentes com a proposta do PNAIC
O encontro foi discursivo	Se começarmos na hora certa?	A desorganização da prefeitura do Recife em relação ao programa.
Termos oportunidade para refletir sobre nossa prática	Incluir vídeos na formação?	Que tudo vem muito em cima da hora.
O material e a explanação das professoras	A utilização de vídeos?	Que não tinha papel higiênico no banheiro.
É sempre bom se capacitar, descobrir novos meios e conhecer outros profissionais.	Se esse encontro durasse mais alguns meses?	Não poderemos socializar com toda escola essa experiência, o calendário da rede não permite!
Estarmos reunidos para compartilhar ideias	Ser mais dinâmico?	Que alguns colegas faltaram ao encontro de hoje
Mais uma oportunidade de socializar experiências	Aplicar dinâmicas para movimentar mais as aulas?	Que o lugar é quente
As coordenadoras do curso foram muito seguras e compreensivas	Se pudéssemos trocar experiências vivenciadas na sala de aula através de slides ou outros recursos?	Que é muito corrido e temos que sacrificar nossos sábados
Que o primeiro encontro foi bem agradável	Propor atividades fazendo o uso das tecnologias?	Atrasou muito o início e o material muito texto corrido (enfadonho)
Este momento oportuno para aprender mais, levar coisas novas para nossas crianças	Diminuir o tempo das aulas?	Sacrificar nossos sábados
A oportunidade de cursar a formação e as socializações que muito contribuem	Melhorar a organização?	Começado tão tarde
Que os estudos começaram de forma prazerosa e integrada	Diminuir os sábados?	Local quente, desconfortável
Trocamos conhecimentos e experiências	Mais atividades práticas?	Cronograma apertado demais
PNAIC	Não correremos tanto para compensar o tempo perdido?	Que ficou um pouco cansativo no final.
Os temas são pertinentes	Se fizemos levantamentos de conhecimentos prévios dos temas?	Que deveria ter começado antes!
O encontro com união e estudo	Propor atividades fazendo uso das tecnologias?	Que o curso não iniciou em março/13
Que trocamos experiências	Diminuir o horário do curso das 8h30 às 16h?	Que não poderemos fazer um acompanhamento fidedigno porque etapas foram cortadas.

<u>QUE BOM</u>	<u>QUE TAL</u>	<u>QUE PENA</u>
As trocas de experiências e a socialização da realidade comum	Diminuir o tempo das aulas?	Que o tempo é curto.
Que teremos oportunidade de refletir nossa prática e dividirmos nossas angústias		Começarmos o curso tão tarde!
Que o PNAIC começou		A distância do local e o cronograma estar tão apertado
Que o encontro foi discursivo		O adiamento do início do Programa, pois poderia ter começado no tempo certo.
Podermos socializar as experiências e agregar novos conhecimentos		Que a sala é desconfortável
Encontrar colegas de trabalho preocupadas com os alunos e com tantas experiências para trocar		
Poder participar desde encontro que irá melhorar minha prática em sala de aula		
Que eu não estou só neste barco.		